



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO
AMBIENTE**



**Doutorado em Desenvolvimento
e Meio Ambiente**

**Associação Plena
em Rede**



UFPI UFC UFRN UFPB UFPE UFS UESC

EDIVÂNIO SANTOS ANDRADE

**A ÉTICA DO RESPEITO COMO ALTERNATIVA VIÁVEL
NA PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

São Cristóvão/Se

Agosto, 2016

EDIVÂNIO SANTOS ANDRADE

**A ÉTICA DO RESPEITO COMO ALTERNATIVA VIÁVEL NA
PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

Tese do Curso de Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente, do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Sergipe.

Orientadora: Profa. Dra. Maria José Nascimento Soares

São Cristóvão/Sergipe/Brasil

Agosto, 2016

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

Andrade, Edivânio Santos.
A553e A ética do respeito como alternativa viável na promoção da sustentabilidade ambiental / Edivânio Santos Andrade; orientadora Maria José Nascimento Soares . – São Cristóvão, 2016.
100 f. : il.

Tese (Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) –
Universidade Federal de Sergipe, 2016.

1. Meio ambiente e desenvolvimento sustentável. 2. Ética ambiental. 3. Respeito. 4. Assentamentos humanos. I. Soares, Maria José Nascimento, orient. II. Título.

CDU 502.1:17

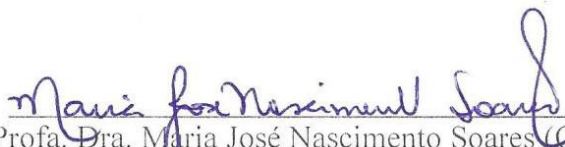
EDIVÂNIO SANTOS ANDRADE

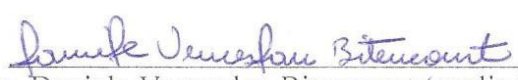
A ÉTICA DO RESPEITO COMO ALTERNATIVA VIÁVEL NA PROMOÇÃO
DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Tese do Curso de Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente, do
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da
Universidade Federal de Sergipe.


Aprovada em 26 de agosto de 2016

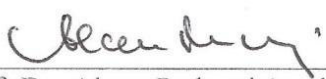
BANCA EXAMINADORA


Profa. Dra. Maria José Nascimento Soares (Orientadora)
Universidade Federal de Sergipe


Profa. Dra. Daniela Venceslau Bitencourt (avaliadora externa)
Universidade Federal de Sergipe – PRODEMA/UFS


Profa. Dra. Clara Angelica Gonçalves Dias (avaliadora externa)
Instituto Federal de Sergipe – DDI/UFS


Prof. Dr. Sandro Luiz da Costa (avaliador externo)
Faculdade Direito - FANESE


Prof. Dr. Alceu Pedrotti (avaliador interno)
Universidade Federal de Sergipe

São Cristóvão/Sergipe/Brasil
Julho, 2016

Ao meu amado filho Francisco pelos valerosos momentos ao seu lado e a minha adorável sobrinha Anna Clara por me ajudar a suportar aqueles em que ele não está.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, em especial a minha mãe. Cheguei até aqui somente por causa da renúncia de sua vida em prol da minha. Não deixei, não deixo e nunca deixarei que tenha sido em vão;

Aos meus irmãos por tudo pelo que passamos, pois nada é por acaso;

Aos meus familiares e amigos mais próximos; a cacun, por todo apoio especial e aos meus sobrinhos;

Não é demais lembrar mais uma vez da professora Dra. Maria José Nascimento Soares. Em seu apoio profissional e contundente muitas vezes no processo de construção da tese. Obrigado por sua confiança em mim e por acreditar até mais de uma vez que poderia ser possível. Quero externar meu respeito e admiração na condição deste trabalho. Evitando que eu desistisse no meio do caminho, pois foram diversos os problemas que enfrentei. Assim, reitero o quão importante foi o seu apoio acadêmico na finalização de tão exaustivo empreendimento. Vida longa, saúde e paz;

Aos professores que contribuíram direta e indiretamente na minha formação acadêmica;

Aos colegas que nesse percurso compartilhamos nossas experiências e ideias;

Aos Trabalhadores Rurais Sem Terra que convivem nos Assentamentos pelas contribuições à pesquisa;

A todos, sem distinção;

A tudo, sem exceção;

Ao Tempo.

CONSCIÊNCIA

“Penso, logo existo” – Já disseram um dia
mas não viram nossa gente convalescendo
nem a agonia de um filho ao ver na cama sombria
o olhar entristecido de sua mãe morrendo.

Pensem na vida dura das favelas Ribeirinhas
no tiro certo dos pais suicidas
do velho mendigando uma aposentadoria
nas vítimas das doenças sem cura.

Tentem existir depois destes pensamentos?
uma vida voltada para o próximo é mister
a fim de amenizar tanta dor e sofrimento.

O sentido da vida é dar sentido a ela
é agir sem pensar de forma constante
e fazer valer a pena toda existência.

(ANDRADE, 2001, p. 10)

RESUMO

Esta pesquisa objetivou compreender de que forma a sustentabilidade ambiental em áreas de assentamentos rurais pode ser viabilizada com base numa ética que vise o respeito à sociobiodiversidade. Nesta perspectiva nos ancoramos em reflexões teóricas sobre ética, sustentabilidade e ambiente, conferindo especial atenção ao pensamento filosófico de Albert Schweitzer, o qual prioriza a ética de reverência pela vida voltada não apenas para o ser humano, mas a toda forma de vida existente na Natureza baseado numa Ética do respeito. Almejamos comprovar que há uma ética do respeito implícita em assentados nos projetos de reforma agrária vinculados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), enquanto uma alternativa para a sustentabilidade ambiental em todo o seu entorno, conservando áreas legalmente protegidas, como por exemplo: Reserva Legal, Unidade de Conservação e Áreas de Preservação Permanente. O referido estudo teve caráter teórico filosófico, sendo o campo empírico realizado em quinze assentamentos da Região Centro Sul do Estado de Sergipe, localizados nos municípios de Lagarto, Tobias Barreto, Poço Verde, Simão Dias, Pinhão e Macambira. Os assentados foram submetidos a entrevistas semiestruturadas relativas às atividades ambientais desenvolvidas no assentamento, cujas respostas levou-nos a considerar que há uma Ética do respeito inata evidenciando, portanto, sua viabilidade para uma sustentabilidade ambiental local. Encontramos em cada assentado uma ética do respeito internalizada, fomentada pela correlação de reverência e dependência direta com a natureza, uma vez que os mesmos apreendem a importância do ecossistema no seu entorno, auxiliando-os a sobreviverem coletivamente quando mediados pelo processo formativo de autoconsciência que os conduzem pela via ética do respeito mútuo na promoção da sociobiodiversidade.

Palavras-chave: Sustentabilidade ambiental. Autoconsciência formativa. Ética do Respeito.

ABSTRACT

This research aims to understand how environmental sustainability in areas of rural settlements can be made possible on the basis of ethics that seeks respect for sociobiodiversity. Therefore, we intend to anchor our study in theoretical reflections on ethics, sustainability and environment, with special attention to the philosophical thought of Albert Schweitzer, which prioritizes the ethics of reverence for life turned not only to humans but to all forms of existing life including Nature - an Ethics of Respect. We aim to prove that there is an ethic of implicit respect of the settlers in land of agrarian reform projects linked to Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), as an alternative to environmental sustainability in all its surroundings, keeping legally protected areas, such as: legal reserve environment, conserving legally protected areas, such as: Legal Reserve, Conservation Unit and Permanent Preservation Areas. The study was philosophical theoretical character, and the empirical field research conducted in fifteen settlements in the South Central region of the State of Sergipe, in the municipalities of Tobias Barreto, Poço Verde, Simão Dias, Pinhão and Macambira. Settlers underwent semistructured interviews concerning environmental activities in the settlement, whose answers led us to consider that there is an innate respect Ethics thus demonstrating its viability to environmental sustainability site. We find in each setting an ethic of respect internalized, fostered by the correlation of reverence and direct dependence on nature, since they perceive the importance of the ecosystem in their surroundings, helping them to survive collectively when mediated by the formation of self-awareness process leading to the ethical way of mutual respect in promoting sociobiodiversity

Keywords: Environmental sustainability. Formative self-awareness. Ethics of Respect

RESUMEN

Esta investigación objetivó comprender de que forma la sustentabilidad ambiental en áreas de asentamientos rurales puede ser viabilizada con base en una ética que vise el respeto a la sociobiodiversidad. En esta perspectiva nos anclamos en reflexiones teóricas sobre ética, sustentabilidad y ambiente, confiriendo especial atención al pensamiento filosófico de Albert Schweitzer, el cual prioriza la ética de la reverencia por la vida dirigida no solamente para el ser humano sino a toda forma de vida existente en la Naturaleza basado en una Ética de respeto. Pretendemos comprobar que hay una ética del respeto implícita en asentados en los proyectos de la reforma agraria vinculados al Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST), en cuanto una alternativa para la sustentabilidad ambiental en todo su entorno, conservando áreas legalmente protegidas, como por ejemplo: Reserva Legal, Unidad de Conservación y Áreas de Preservación Permanente. El referido estudio tuvo carácter teórico filosófico, siendo el campo empírico realizado en quince asentamientos de la Región Centro Sul del Estado de Sergipe, localizados en los municipios de Lagarto, Tobias Barreto, Poço Verde, Simão Dias, Pinhão y Macambira. Los asentados fueron sometidos a la entrevista semiestructurada relativas a las actividades ambientales desarrolladas en el asentamiento, cuyas respuestas nos llevaron a considerar que hay una Ética del respeto innata evidenciando, por lo tanto, su viabilidad para una sustentabilidad ambiental local. Encontramos en cada asentado una ética de respeto internalizada, causada por la correlación de la reverencia y de la dependencia directa con la naturaleza, una vez que los mismos aprenden la importancia del ecosistema a su alrededor, ayudándoles a sobrevivir colectivamente cuando mediados por el proceso formativo de la autoconsciencia que les conduce por la vía ética del respeto mutuo en la promoción de la socio biodiversidad.

Palabras-clave: Sustentabilidad ambiental. Autoconsciencia formativa. Ética del Respeto.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AGAPAN	Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural
APA	Área de Proteção Ambiental
APP	Áreas Permanente de Preservação
Conama	Conselho Nacional de Meio Ambiente
CNDDA	Campanha pela Defesa e Desenvolvimento da
CNPq	Amazônia
	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e
CONTAG	Tecnológico
	Confederação Nacional dos Trabalhadores na
CPT	Agricultura
DDT	Comissão Pastoral da Terra
FBCN	Dicloro-Difenil-Tricloroetano
FNDF	Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza
IBAMA	Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal
	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos
INCRA	Naturais Renováveis
IUCN	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MASTER	International Union for Conservation of Nature
MST	Movimento dos Agricultores Sem Terra
PRONERA	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PROPED	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
	Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia para
	Beneficiários da Reforma Agrária vinculada aos
RL	assentamentos do Nordeste.
Sema	Reversa Legal
SFB	Secretaria Especial de Meio Ambiente
Sisnama	Serviço Florestal Brasileiro
UC	Sistema Nacional de Meio Ambiente
UPAN	Unidade de Conservação
WWF	União Protetora do Ambiente Natural
	World Wide Fround for Nature

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Demonstrativo dos Assentamentos Pesquisados.....	22
---	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Quantitativo da faixa etária dos participantes	23
---	----

SUMÁRIO

RESUMO.....	7
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS	10
LISTA DE QUADROS.....	11
LISTA DE GRÁFICOS.....	12
INTRODUÇÃO.....	15
Percurso Metodológico: fio condutor da pesquisa.....	20
CAPITULO 1 – CONTEXTO HISTÓRICO, POLÍTICO E ORGANIZACIONAL DO MST	27
CAPITULO 2 – A GÊNESE DA ÉTICA AMBIENTAL: E SUAS CONEXÕES.....	39
2.1 - Pressupostos filosóficos e práticos da ética em assentamentos.....	57
CAPITULO 3 – A ÉTICA DO RESPEITO E A SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL EM RELAÇÃO À SOCIOBIODIVERSIDADE.....	64
3.1 - Albert Schweitzer e a reverência pela vida	65
3.2 – A sustentabilidade ambiental em relação à sociobiodiversidade.....	67
3.3 – A ética do respeito como alternativa viável na promoção da sustentabilidade ambiental em áreas de assentamentos.....	72
CONSIDERAÇÕES FINAIS	84
REFERÊNCIAS.....	87
ANEXOS.....	96

O homem não será realmente ético, senão quando cumprir com a obrigação de ajudar toda a vida à qual possa acudir, e quando evitar causar prejuízo a nenhuma criatura viva. Não perguntará então por que razão esta ou aquela vida merecerá a sua simpatia, como sendo valiosa, nem tampouco lhe interessará saber se, e a que ponto, ela for ainda suscetível de sensações. A vida como tal lhe será sagrada. Ele não arrancará folhas de árvores; não cortará flores; cuidará em não pisar em nenhum bicho (SCHWEITZER, 1953).

INTRODUÇÃO

“[...] resta-nos apenas uma reviravolta radical para tentarmos encontrar a solução dos problemas de modo adequado por meio da compreensão e da confiança apropriada” (SCHWEITZER, 2013, p. 309).

Estudos realizados no período do mestrado em 2011 sobre a concepção de natureza com os futuros professores de Assentamentos, concludentes do Curso de Pedagogia da Terra¹, da Universidade Federal de Sergipe evidenciou naturalmente que estes possuem uma ideia de natureza realçada na visão antropocêntrica, porque a consideram como “mãe” uma vez que dela se “extrai tudo que necessitam para viver” e também disponibiliza tudo que necessitam para sua sobrevivência no Assentamento, revelando assim uma ideia de natureza utilitária em virtude de explorarem seus elementos para benefício próprio.

Nas experiências vivenciadas no Curso de Mestrado, evidenciou-se também entre o grupo de professores de Assentamentos uma relação direta com a natureza tendo uma visão de conservação, pois essa compareceu nas discussões e debates em aulas na universidade, nos encontros e reuniões com os assentados; nas místicas elaboradas antes de cada atividade e nas práticas pedagógicas desenvolvidas em sala, entre outros. A ênfase dessa pesquisa em nível de Mestrado que mereceu maior atenção foram a visão de conservação dos assentados sobre as espécies nas matas ciliares e margens dos rios, bem como a conscientização desse processo formativo para minimizar a problemática ambiental das espécies nativas em seu ecossistema demonstradas nas declarações dos participantes. A conscientização “[...] é um ato de conhecimento, uma aproximação crítica da realidade” (FREIRE, 1980, p. 25) e ainda um processo em continuidade uma vez que a “[...] realidade transformada assume um novo perfil” (FREIRE, 1978, p. 97).

Dessa maneira fomos instigados a aprofundar estudos relacionados à forma pela qual os assentados viabilizam a sustentabilidade ambiental em seus assentamentos, enquanto atitude autoconsciente uma vez que são responsáveis pela formação das

¹ Na posposta pedagógica do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia para os beneficiários da Reforma Agrária, vinculados aos assentamentos do Nordeste – PROPED, conhecido como “Pedagogia da Terra” ao enfatizar uma reflexão sobre questões agrárias; superar a dicotomia campo-cidade e reafirmar relações de pertença dos sujeitos ao campo, como contribuição para o desenvolvimento humano e social das pessoas que nele vivem.

gerações futuras e pela conservação do meio em que vivem, externando assim uma ética do respeito à biodiversidade em seus habitats.

Logo, faz-se necessário investir na formação humana para que seja possível promover mudanças de atitudes éticas no ambiente em que se vive, pois, a realidade dos assentados carece da produção do conhecimento de modo que essas sejam capazes de avaliar o ambiente para que venham a contextualizar/problematizar antes e durante a ação formativa, refletindo sua importância na realidade social, ou seja, entender seu entorno e os propósitos da vida naquele território.

Soares (2010), ao investigar o processo formativo-educativo dos profissionais da educação que atuam nos assentamentos rurais, destaca que há existência de princípios sustentáveis oriundos do modo vida dos assentados envolvidos no processo formativo. Pois, há o aproveitamento de resíduos no plantio, na colheita, na elaboração de místicas² sobre o desperdício de alimentos, na utilização de galhos para a confecção de objeto de ornamentação entre outros. Tais atitudes foram sendo consolidadas a partir de uma visão diferenciada do ambiente como também da convivência com o entorno. Assim, os alunos em processo formativo à época procuraram atender aos anseios dos assentados (quando do desenvolvimento de práticas de estágios nas escolas dos assentamentos e acampamentos), tanto no que se refere à sua prática pedagógica quanto na resolução de problemas de ordem ambiental³.

Dáí se justifica a necessidade da formação pela ação (relação teoria-prática) em que se “[...] convergem saberes e sensibilidades ambientais diversificados, condensando profissão, valores pessoais e militância” (CARVALHO, 2008, p. 156) em relação aos múltiplos saberes e conhecimentos sobre a natureza dos quais são articulados também na produção do conhecimento e nas trocas de experiências.

² Soares considera a mística nesse processo como sendo um elemento integrador da prática e é “[...] utilizada como estratégia para o agir social, na expressão de um sentimento valorativo que os próprios trabalhadores envolvidos são capazes de defini-la porque se apresenta no indivíduo de forma particularizada e subjetiva” (2006, p. 193). E ainda emerge da necessidade de fortalecer os laços entre os assentados nos assentamentos como uma forma estratégica de manter viva a vontade de consolidar as relações interpessoais, pelo sentimento de solidariedade, de cooperação e de organização de uma comunidade.

³ Vale ressaltar que os alunos do Curso de Pedagogia da Terra, os quais fizeram parte da pesquisa no mestrado desenvolveram projetos de ensino articulando o meio ambiente como ponto de partida para a construção do conhecimento em séries iniciais e que resultou na publicação de dois Livros intitulados “Prodocência em ação: Dinâmicas Pedagógicas em construção” e o “Prodocência em ação: Dinâmicas Pedagógicas em construção” em 2013, os quais se encontram publicados eletronicamente. Estes livros foram resultados do trabalho de formação pedagógica desenvolvido pelo Departamento de Educação da UFS, naquela época.

Isto nos leva a conjecturar a questão da Ética do Respeito como possibilidade viável para que haja mudanças nos assentamentos de modo que a autoconsciência possa florescer, ou seja, promover ações amenizadoras e/ou corretivas para uma auto formação sobre o uso ou não de fertilizantes na produção de alimentos para comercialização, e assim se construa um ambiente sustentável. As pesquisas realizadas por Pedlowski *et al*, (2006) afirmam que os assentados fazem uso indiscriminadamente de agrotóxicos na produção por que segundo Kulesza, a “[...] minguada educação científica dos trabalhadores rurais contribui decisivamente para o tratamento superficial da questão ambiental” (2008, p. 308).

Entende-se que os profissionais que atuam em assentamentos de reforma agrária⁴ reconhecem a importância dos valores éticos para a sustentabilidade dos assentamentos; são imbuídos de conhecimentos ancorados na proposta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), os quais afirmam compromisso formativo e teórico com uma responsabilidade social⁵ para com os moradores locais possuidores de uma visão ambiental.

Tais valores estão encaixados/articulados/conectados aos processos cíclicos da natureza, portanto, dependentes, porque dela extraímos nossas necessidades primárias e secundárias. Nesta perspectiva, Karkotli (2007) assiná-la que a responsabilidade social busca

o compromisso que uma organização deve ter para com a sociedade, expresso por meio de atos e atitudes que a afetam positivamente de modo amplo e a alguma comunidade de modo específico, atingindo proativamente e coerentemente no que tange a seu papel específico na sociedade” (KARKOTLI, 2007, p. 70).

Ademais, as práticas socioambientais (reflorestamento das margens dos rios que passam no entorno do assentamento; aproveitamento de resíduos para plantações dos

⁴ Concordando com Freire “[...] a reforma agrária deve ser um processo de desenvolvimento do qual resulte necessariamente a modernização dos campos, com a modernização da agricultura” (1985, p. 57).

⁵ Para Toldo (2002) a questão da responsabilidade social tornou-se evidente em 1919, mediante julgamento na Justiça americana do caso de Henry Ford, presidente da Ford Motor Company, e seu grupo de acionistas liderados por John e Horace Dodge. Em 1916, argumentando a realização de objetos sociais, Ford decidiu não distribuir parte dos dividendos aos acionistas e investiu na capacidade de produção, no aumento de salários e em fundo de reserva para diminuição esperada de receitas devido à redução dos preços dos carros. A Suprema Corte decidiu a favor de Dodge, entendendo que as corporações existem para o benefício de seus acionistas e que os diretores precisam garantir o lucro, não podendo usá-lo para outros fins. Nos anos 60 do século passado, autores europeus se destacavam, discutindo problemas sociais e suas possíveis soluções, e nos Estados Unidos as empresas já se preocupavam com a questão ambiental e em divulgar suas atividades no campo social.

produtos para benefício próprio; separação de lixo plástico para não matar os animais, entre outros) foram identificados durante a referida pesquisa de mestrado. Há ainda, aspectos e atitudes do agir por vontade própria, de forma inata como, por exemplo: ações em relação ao lixo; desmatamentos; recursos hídricos; matas ciliares entre outros que são incorporadas nos projetos de ensino⁶ desenvolvidos em espaços escolares nos assentamentos e experienciado pelos professores em formação, predominando assim, o modo de vida dos assentados.

Entretanto, nem todos os aspectos foram incorporados integralmente nas propostas pedagógicas das escolas localizadas nos espaços de Assentamentos de Reforma Agrária. Os Estados brasileiros vêm desenvolvendo proposta pedagógicas atendendo as diretrizes Curriculares do Campo, como por exemplo, o Estado do Maranhão que implementou a Escola da Terra e vem realizando cursos de aperfeiçoamento e atualização nessa perspectiva.

Há ainda outros que incentivam a melhoria da qualidade ambiental, como o município de São Paulo, com a Lei nº 14.933, de 2009, ao estabelecer os seguintes princípios: o poluidor deve arcar com o ônus do dano ambiental decorrente da poluição; o ônus de utilização deve ser arcado pelo utilizador de recurso natural; e grupos ou comunidade cujo modo de vida ou ação auxilie na conservação do meio ambiente, receberão recursos ou benefícios em relação às questões socioambientais.

Em Sergipe, a prática ambiental é, via de regra, fruto da “vontade dos assentados” em espaços de reforma agrária, ainda que os mesmos não se encontrem vinculados à proposta pedagógica da escola e dos programas educacionais de governo de forma continuada. Não raro existam pessoas de má fé nesses espaços, contudo há aqueles que são conhecedores de que conservar o ambiente é uma alternativa viável para a melhoria das condições de vida nos assentamentos, sendo esta uma prática respaldada no respeito mútuo.

Neste sentido, o presente projeto de tese possui a seguinte afirmação: a sustentabilidade ambiental em assentamentos de reforma agrária se origina por uma ética do respeito entre os assentados, formando assim uma autoconsciência para uma sustentabilidade local.

⁶ Corresponde a uma forma de planejamento desenvolvido pelos alunos do Curso de Pedagogia da Terra durante a experiência do estágio curricular ocorrido em escolas dos assentamentos, do qual participei como professor e pesquisador durante o mestrado.

A sustentabilidade é um conceito de difícil aplicabilidade no que se refere ao aspecto individual, pois depende do global para tentar solucionar problemas ambientais entre a relação homem-natureza e todos os seres humanos entre si. Cabe-nos indagar de que maneira a capacidade local dos assentados de agir e sustentar o ambiente encontra respaldo numa Ética do respeito na visão *ethos-humanitas* de Albert Schweitzer⁷ a qual faz reverência a toda forma de vida. Em síntese é possível formar uma autoconsciência mediante uma Ética do respeito ao ambiente articulada ao modo operacional como os assentados vivem nos espaços de reforma agrária para uma sustentabilidade local.

Logo, temos a questão central dessa tese: Como os assentados utilizam a Ética do respeito ao ambiente e ao próximo para atingir maiores níveis de sustentabilidade ambiental em áreas de assentamentos de reforma agrária de Sergipe? Outras questões norteadoras compareceram nessa investigação para se entender o processo:

- a) como os assentados intensificam a capacidade de agir e sustentar o ambiente enquanto espaço de vida?;
- b) como os assentados utilizam da sustentabilidade enquanto dimensão formativa nos assentamentos?

Neste sentido, a tese ora apresentada tem como objetivo geral compreender como a sustentabilidade ambiental ocorre em assentamentos com base na Ética do respeito e à sociobiodiversidade. E como objetivos específicos: expor as atividades socioambientais praticadas pelos assentados que caracterizam uma Ética de Respeito ao ambiente; identificar práticas ambientais em assentamentos relacionadas à Ética do respeito ao ambiente respaldada na visão humanista de Albert Schweitzer; entender as ações éticas que abrangem a realidade do assentamento com primazia às questões sociobiodiversidade.

Percurso Metodológico: fio condutor da pesquisa

⁷ Para Albert Schweitzer (1953), a base de toda ética, como também o fator mais importante, é a *reverência à vida*. Esse princípio, que já havia governado a sua vida, subiu-lhe à mente, de maneira verbal, quando viajava pela África e observava as muitas maravilhas da natureza, tão plena de vida e movimento. Para ele, a reverência à vida tomou-se uma espécie de padrão definitivo da bondade. Nasceu no dia 14 de janeiro de 1875, em Kaysersberg, na Alsácia, ainda sob domínio alemão. Seu pai, descendente de uma estirpe de pastores, professores, organistas e lavradores, era pastor da igreja evangélica de Günsbach, no vale de Münster. Sua mãe era filha de um pároco do Vale, um devoto do órgão e quase uma autoridade em matéria de construção de órgãos. Schweitzer tinha quatro irmãos e o seu lar inspirava serenidade e um tranquilo ambiente de crescimento. Tanto o pai quanto a mãe priorizavam uma disciplina doméstica rígida, e conciliavam bem as tradições franco-alemãs. Morreu em 04 de setembro de 1965. Vale ressaltar que até os dias de hoje o hospital ainda existe e leva seu nome.

A trajetória metodológica foi ancorada na corrente fenomenológica essencialmente de natureza filosófica, pois, “[...] exalta a interpretação do mundo que surge intencionalmente à nossa consciência. Por isso, na pesquisa, eleva o ator com suas percepções dos fenômenos, sobre o observador positivista” (TRIVIÑOS, 2010, p. 47). Assim, por meio da fenomenologia podemos identificar as ações e as atitudes dos assentados de modo a encarar o desenvolvimento sustentável⁸ ambiental de maneira singular, uma vez que é alvo de mudanças socioambientais e inseridas num processo formativo e nas aprendizagens significativas.

Concordando com Novak (2002), a aprendizagem significativa ocorre na medida em que a integração construtiva de pensamentos, sentimentos e ações levam à aprendizagem, na qual implica conhecimentos prévios, sentidos e significados sobre determinada questão, em particular os problemas socioambientais em assentamentos.

No contexto do assentamento, a fenomenologia representa uma forma de explorar e destacar os elementos percebidos por meio da

descrição da estrutura específica do fenômeno [] e, como descrição de estrutura da consciência enquanto constituinte, isto é, condição *a priori* de possibilidades do conhecimento, e o é na medida em que ela, enquanto consciência transcendental, constitui as significações e na medida em que conhecer é pura e simplesmente apreender (no nível empírico) ou constituir (no nível transcendental) os significados dos acontecimentos naturais (HUSSLER, 2001, p. 6-7).

O estudo abrange os elementos de uma pesquisa exploratória, a qual proporciona uma visão ampliada do objeto de estudo, sua definição e delimitação; descritiva por entender que identifica atitudes socioambientais dos assentados em que se caracteriza como sendo uma Ética do respeito ao ambiente em relação a visão interpretativa do olhar do pesquisador sobre as concepções presentes nos fragmentos extraídos das entrevistas semiestruturadas. Do ponto de vista metodológico, a pesquisa se classifica como descritiva explicativa, pois envolve trabalho de sistematização das informações dos assentados, conforme Triviños (2010) e Lakatos e Marconi (2000).

⁸ Para tratar dessa questão corroboro com Dowbor (1993) ao destacar que é a necessidade de introduzir um novo comportamento ambiental, que combata modelos de desenvolvimento com padrões dominantes de consumo que constituem fatores de destruição do meio ambiente. Isto não se faz com regulamentos, e sim com profundas mudanças culturais.

Neste aspecto, a abordagem qualitativa deu enfoque especial ao conceito de humanismo⁹ em Heidegger. Para ele, o “[...] humanismo é isso: meditar e cuidar para que o homem seja humano e não desumano, inumano, isto é, situado fora da sua essência” (1991, p. 6) e sobre a Ética do respeito, “[...] olhar com atenção o mundo que nos rodeia” (ESQUIROL, 2008, p. 138), que foram incorporadas ao texto demonstrando a realidade dos assentados e sua relevância frente às condições socioambientais dos assentamentos com base nos escritos de Albert Schweitzer.

Existe uma problemática no entendimento de como os assentados vivem a Ética do respeito ao ambiente e ao próximo para atingir maiores níveis da sustentabilidade ambiental em áreas de assentamentos de reforma agrária de Sergipe. Esta foi analisada numa perspectiva interdisciplinar¹⁰ envolvendo as áreas do conhecimento filosofia, educação, sociologia, economia, entre outras à medida que compareceram na análise dos dados coletados *in locus*. Segundo Minayo (1994), a proposta de interdisciplinaridade em Gusdorf (1977) encontra-se na ideia de compreensão que se tem, pois,

o projeto da interdisciplinaridade, um dos grandes eixos da história do conhecimento evoca a ‘colocação em comum’ em lugar da ‘justaposição dos saberes’, buscando os limites e indo até aos limites das disciplinas, os contornos e os recortes múltiplos, num regime de cooperação e diálogo, abertura e fecundação mútua, sem formalismo que neutralizam as significações (MINAYO, 1994, p. 49-50).

Esta é a razão pela qual a abordagem interdisciplinar foi utilizada para compreender¹¹ as feições essenciais frente à proposta de um humanismo tão presente nas ideias escritas por Albert Schweitzer. Neste aspecto, Gusdorf afirma que “[...] é preciso restaurar a aliança da ciência com a sabedoria [...] a significação fundamental da

⁹ O fundamento do humanismo segundo o qual “[...] a humanidade é ao mesmo tempo, a origem dos valores e o seu fim supremo. O contexto em que, hoje, é possível assumir um tal princípio é, no entanto, muito diferente daquela que existia em 1789” (BOURG, 1993, p. 256).

¹⁰ Minayo chama a atenção para o debate reafirmando que segundo “[...] Gusdorf a exigência interdisciplinar se inscreve no campo do conhecimento desde os sofistas gregos que já haviam definidos para os seus discípulos um programa de ‘enkuklios paideis’ ou seja, de ensinamentos circular que cobria a totalidade de disciplinas constitutivas da ordem intelectual” (1994, p.44).

¹¹ O entendimento que se tem de compreensão corrobora com as ideias de Morin ao ressaltar que “[...] a compreensão humana comporta não somente a compreensão da complexidade do ser humano, mas também a compreensão das condições em que são forjadas as mentalidades e praticadas as ações” (2007, p. 115). De modo muito particular os assentados em seus contextos e vivências “[...] devem ser reconhecidos para compreender os pensamentos e os atos dos indivíduos oriundos de diferentes culturas, das quais o sagrado, o tabu, o lícito e a honra nos são estranhos a estrangeiros” (MORIN, 2007, p. 115).

interdisciplinaridade é a de uma chamada à ordem do humano, de um humanismo da pluralidade e da convergência” (1977, p. 637).

A pesquisa possuiu caráter intencional e não probabilístico, da qual participaram os assentados com maior nível de acessibilidade e disponibilidade, mediados pelos seus compromissos profissionais nos assentamentos. O universo da pesquisa contemplou os assentados acessíveis no momento da coleta de dados *in locus* e aqueles que se colocaram disponíveis para participar voluntariamente.

Dados cedidos pela Superintendência Regional do INCRA (SR230), em Sergipe afirma que há 9.727 famílias assentadas em 213 (duzentos e treze) projetos de assentamentos rurais (PA) que são supervisionados pelo órgão, ocupando uma área de 177.503,19 ha (1.775,03Km²), correspondendo a 8,09% do território sergipano, conforme mapa exposto no anexo 3.

Concernente ao campo empírico e aos limites da pesquisa, essa foi desenvolvida em 15 (quinze) assentamentos localizados nos municípios do Agreste Sul do Estado de Sergipe, conforme descrito no quadro abaixo. Para tanto, obtivemos a participação de 45 (quarenta e cinco) assentados, uma média de 2 (dois) a 4 (quatro) assentados por assentamento, que se colocaram à disposição para informar, por meio da entrevista semiestruturada, as atividades ambientais desenvolvidas nos assentamentos.

Quadro 1- Demonstrativo dos Assentamentos Pesquisados no Estado de Sergipe

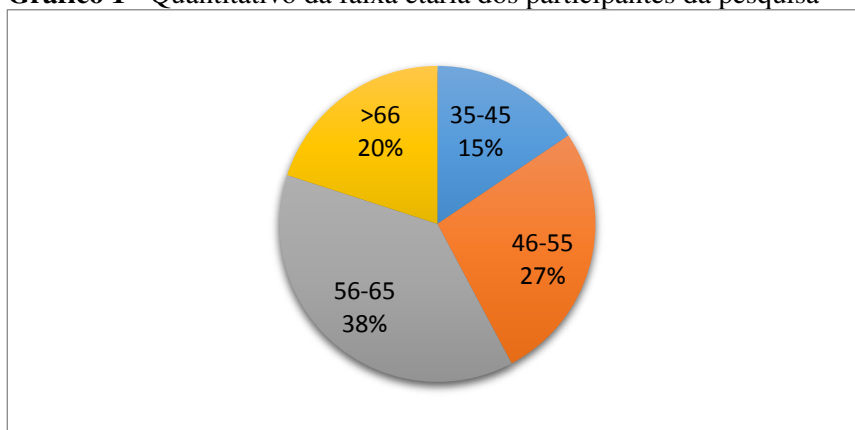
Município	Projeto de Assentamento	Ano de criação	Área	Nº de famílias
Lagarto	22 de novembro	1996	903,7363ha	50 famílias
	Tapera	1996	1.153,1215ha	79 famílias
	Antônio Conselheiro	1999	791,3967ha	44 famílias
	Camilo Torres	1999	631,8016ha	30 famílias
	Roseli Nunes I	2010	1.392,8116ha	61 famílias
	Mártires de Eldorado	2004	964,5327ha	59 famílias
	Karl Marx	2004	976,8881ha	40 famílias
Macambira	Zumbi dos Palmares	1999	1.906,8540ha	80 famílias
Pinhão	Vaza Barris	1996	1.252,3694ha	49 famílias
Poço Verde	Santa Maria da Laje	1998	372,0182ha	26 famílias
Simão Dias	08 de outubro	1998	1.883,4672ha	81 famílias
	Carlos Lamarca	1999	617,3269ha	31 famílias
	Maria Bonita	2000	1.004,8234ha	34 famílias
	27 de outubro	1999	780,5244ha	36 famílias
Tobias Barreto	Novo Marimbondó	2005	1.359,2556ha	76 famílias

Fontes: Dados do INCRA, março/2016.

A escolha dos assentamentos descritos levou em consideração aspectos como: estágio organizacional; implantação superior a mais de cinco anos; número de famílias assentadas com mais de 25 (vinte e cinco) famílias assentadas e nível de conservação das áreas de Reserva Legal (RL), prevista no Código Florestal Lei 12.651/2012.

Foram utilizadas entrevistas semiestruturadas com os 45 (quarenta e cinco) participantes, sendo livre suas respostas, em razão de que deve-se priorizar o “[...] informante, seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências” (TRIVIÑOS, 2010, p. 146). O roteiro da entrevista semiestruturada (conforme anexo 1) teve como finalidade extrair dos assentados elementos essenciais para retroalimentar as informações dos teóricos que ancoraram essa pesquisa, em concordância com aquelas extraídas dos assentados e que possuem relação direta com a Ética do respeito. Com efeito, participaram 18 mulheres e 27 homens, representando respectivamente 40% e 60% dos partícipes da pesquisa. A faixa etária variou de 35 a mais de 66 anos de idade, conforme gráfico abaixo:

Gráfico 1 - Quantitativo da faixa etária dos participantes da pesquisa



Fonte: Pesquisa de campo, março/2016

Para melhor explicitar as etapas da pesquisa, dividimos em duas fases:

A primeira fase – *in loco* foram realizadas observações sobre as práticas ambientais dos assentados, que teve como finalidade o reconhecimento, a descrição e a explicação do modelo ético vigente no cotidiano para atingir níveis de elaboração sobre a concepção de sustentabilidade ambiental no assentamento.

Na segunda fase - como base na técnica de coleta de dados foram realizadas entrevistas semiestruturadas com a finalidade de resgatar informações de como os assentados vivem e experienciam práticas ambientais nos assentamentos, buscando

informações qualitativas dos aspectos que envolvem os assentamentos (econômico, social e ambiental). Com a anuência do assentado que assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (conforme anexo 2).

Em seguida, a transcrição e análise das entrevistas semiestruturadas com base na técnica da Análise de Conteúdo de Bardin (1997). Para Triviños, a análise de conteúdo é um “[...] procedimento sistemático e objetivo de descrição do conteúdo das mensagens, obter indicadores quantitativos ou não, que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção das mensagens (2010, p. 160). Assim, foram considerados como princípios de análise: descrição das práticas dos assentados; interpretação do contexto de vida dos assentados e os significados que os assentados atribuem à ética em suas práticas ambientais.

A pesquisa foi complementada com anotações pontuais no diário de campo acerca das impressões observadas no assentamento e a dimensão da sustentabilidade de modo a elaborar uma reflexão sobre o agir ético nos assentamentos numa abordagem interdisciplinar. Cabe enfatizar que o desafio essencial “[...] consiste em tentar restituir, ainda que de maneira parcial, o caráter de totalidade, de complexidade e de hibridação do mundo real, dentro do qual e sobre o qual todos pretendemos atuar” (RAYNAUT, 2011, p. 84).

Com efeito há necessidade de entender a forma naturalizada em que se encontram os assentados ao traduzir suas experiências enraizadas no modo operacional de viver, o seu dia-a-dia, em sintonia com todas as espécies e ecossistemas¹² presentes. Fato que realça a ideia da tese, no que pese o respeito por toda forma de vida, seja ela *senciente* ou não, oriunda de princípios construídos na experiência do habitual, frutos da vontade do homem de fazer o que é certo, em consonância com sua mística¹³.

Neste aspecto, a tese contribui com a reflexão sobre as questões ambientais presentes no cotidiano dos assentados, em que suas ações ambientais encontram-se

¹² Para Moran, o conceito de ecossistema tem sido alterado com base em visões mais recentes para ser pensado enquanto ‘ecologia da paisagem’ como sendo um estudo dos padrões de cobertura da terra, suas causas e implicações, conforme adverte M. Turner et al., 2001. Pois, “[...] a cobertura da terra pode referir-se a comunidade de vegetação e outras feições naturais, como dunas, ou comunidades humanas e outras construções humanas, ou, o que é mais útil, a todas elas” (2011, p. 115).

¹³ Para Carvalho (2013), no campo da teorização do MST a mística se reporta ao compromisso político pedagógico que implica numa proposta de conscientização para a formação de sujeitos no contexto dos assentamentos de reforma agrária, elaborada com base numa temática que tem o poder de ‘sedução’, de sentido, de dinamicidade, de mobilidade, de organicidade e de enraizamento ao próprio movimento. A mística congrega trabalhadores comprometidos com a luta social mediante processo de participação na organização do assentamento e se apresenta como essencial para a retomada de valores.

fomentadas em princípios éticos, sobretudo se comparada a Ética do respeito de Schweitzer, os quais provocam mudanças de atitudes no agir dentro do assentamento tornando-se uma alternativa viável para a sustentabilidade ambiental, ou seja, como um legado para as futuras gerações.

Apresentamos a seguir o capítulo 1 intitulado “Contexto histórico político e organizacional do MST”, com a finalidade de abordar a origem do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, sua trajetória, seu processo formativo em que a interação homem-natureza são essenciais para sua consolidação nos espaços de assentamentos, em especial no Estado de Sergipe.

O capítulo segundo, com o título “A Gênese da ética ambiental: e suas conexões”, destacamos aspectos gerais da ética ambiental com base nos teóricos que se ancoraram na abordagem antropocêntrica de caráter conservacionista, como também as questões relacionadas à crise ambiental que deram origem aos movimentos ambientais e que se encontram presentes no contexto atual.

No terceiro capítulo, apresentamos uma breve biografia de Albert Schweitzer, enfatizando aspectos referentes à ética do respeito denominado de “A Ética do respeito e sustentabilidade ambiental em relação à sociobiodiversidade” na perspectiva de averiguar a sua aplicabilidade nos assentamentos, demonstrando as opiniões dos participantes no processo de construção da tese, com ênfase na conservação das espécies e na sociobiodiversidade enquanto bem-estar de todos no assentamento.

Em seguida, adentramos às conclusões finais advindas das informações extraídas dos assentados, os quais disseminam sua Ética do respeito a todas as formas de vida, com primazia à sobrevivência e à autoconsciência, pensando nas gerações futuras com responsabilidade e promovendo a sustentabilidade ambiental local. Na sequência, as referências que ancoraram a construção dessa tese e seus respectivos anexos.

A experiência nos ensina que nem todo óbvio é tão óbvio quanto parece. Assim, é com uma objetividade que começamos este trabalho: toda prática educativa envolve uma postura teórica por parte do educador. Esta postura, em si mesma, implica – as vezes mais, as vezes menos explicitamente – numa concepção dos seres humanos e do mundo. E não poderia deixar de ser assim. É que o processo de orientação dos seres humanos no mundo envolve não apenas a associação de imagens sensoriais, como entre os animais, mas, sobretudo, pensamento-linguagem; envolve desejo, trabalho-ação transformadora sobre o mundo, de que resulta o conhecimento do mundo transformado (FREIRE, 1978, p. 42).

CAPÍTULO 1 – CONTEXTO HISTÓRICO, POLÍTICO E ORGANIZACIONAL DO MST.

“[...] a sociedade serve à ética quando lhe sanciona os princípios mais elementares na legislação e transmite as ideias éticas de geração em geração” (SCHWEITZER, 2013, p. 301)

O debate sobre a gênese do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) possui campos de opiniões que se divergem, de um lado os tradicionais e céticos da redistribuição fundiária (os latifundiários), e do outro, os defensores da reforma agrária enquanto um projeto de minimização da desigualdade social entre os sujeitos, os quais se organizam para combater as disparidades sociais da nação; fortalecer a sociedade por meio de organizações e inclusão dos marginalizados; ampliar o debate sobre os direitos básicos do cidadão e gerando assim um sentido de “utopia” em prol da luta pela terra. Pois, “[...] o futuro da reforma agrária brasileira será definido, em médio e longo prazos, por uma constelação de elementos demográficos, econômicos e ambientais, além de uma série de fatores políticos” (CARTER, 2010, p. 66).

Neste aspecto, as teorias formativas do MST apontam intenções de mudanças paradigmáticas para com as questões sobre a relação homem-natureza, pois ela preenche significativamente a existência humana e de todos os seres vivos. O MST é um movimento voltado para as questões agrárias, o qual busca por meio da sua organicidade amontoar “trabalhadores rurais” para a conquista da terra. O referido espaço desempenha um papel essencial na sobrevivência dos sujeitos, na sobrevivência de diversas espécies, embora se faça necessário aprimorar o *habitat* com vistas a um equilíbrio ambiental.

Cientistas sociais ambientais (Moran et al, 1994, 1999 e 2000) têm desenvolvido estudos quanto a “[...] realização de inúmeras análises explicitamente espaciais de como o *hábitat* é perdido e fragmentado à medida que o uso e a cobertura da terra passa pela modificação humana” (MORAN, 2011, p. 184). Contudo, faz-se necessário assentar trabalhadores “Sem Terra” por meio de políticas pública de reforma agrária¹⁴ tão

¹⁴ Para Carter um dos “[...] principais obstáculos da reforma agrária no Brasil são também de clara natureza histórica. Que não haja dúvida, o modelo de desenvolvimento excludente desta nação, suas acentuadas desigualdades sociais, influente classe de grandes proprietários rurais, setor do agronegócio em expansão, política oligárquica, fraca representação de setores populares na sociedade civil e política” (2010, p. 413-514).

propalada nos últimos anos. Pois, os assentamentos “[...] proporcionam maior segurança familiar, ao mesmo tempo em que facilitam a revitalização de pequenos municípios do interior por meio da diversificação e do revigoramento das economias locais” (CARTER, 2010, p. 511).

Estudos de Caldart (2000, 2004); Fernandes (1996); Costa (2002); Stédile e Fernandes, (2000), Carter (2010) e Gohn (2000), consideram o MST como sendo uma organização social que se utiliza de instrumentos estratégicos para a concretização da reforma agrária. Pois, a sua trajetória histórica contempla a luta social pela reforma agrária em toda a sua dimensão, uma vez que “[...] aumenta na proporção em que se firma a identidade social e política do MST” (CALDART, 2000, p. 31) no modo como as pessoas transformam o ambiente, dando um aspecto diferenciado na relação homem-natureza. Além disso, as dinâmicas abrangem as interações, a exemplo dos ecossistemas, porque tem uma organização natural, como as florestas tropicais e os recifes de coral, possuindo níveis de produtividades e complexidades, com explica Dahl,

A sua alta produtividade é mantida apesar de que é muitas vezes um ambiente pobre em recursos. As águas tropicais são tão claras e belas porque são altamente desprovidas de plâncton e nutrientes. Os ecossistemas dos recifes de coral são muito eficientes em apanhar quais recursos que estejam disponíveis, reciclando materiais escassos dentro do sistema, interceptando a maior quantidade de energia solar na sua superfície de recife elaborada e de múltiplas camadas, e transferindo energia muito eficazmente dentro do sistema (DAHL, 1996, p. 106-107).

Assim, deverá funcionar um sistema ¹⁵ organizacional dos trabalhadores excluídos ao adentrar num movimento em prol da luta por direitos sociais. Para Carvalho (2013), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra é fruto da união de movimentos camponeses em parceria com a Comissão Pastoral da Terra (CPT). Ciandrini (2010) descreve a formação de resistências organizadas que culminaram com a criação de vários movimentos, a exemplo do Movimento Sindical Rural de Assalariados Agrícolas (1944), a Conferência Nacional dos Trabalhadores Agrícolas (1953), o Movimento dos Agricultores Sem Terra – MASTER (1962), a criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG (1963), e culmina com o Estatuto do Trabalhador Rural (1963).

¹⁵ Rodriguez e Silva, esclarece que um sistema “[...] é o conjunto de elementos que estão em relação, possuem ligações um com os outros e formam certa unidade e integridade. É um conjunto de energia-substâncias de componentes relacionados, agrupados de acordo com as relações diretas e inversas em uma ou partes” (2010, p.102).

O MST no início de sua organicidade uniu em sua maioria trabalhadores rurais excluídos do direito de cidadão, que pode ser explicado como sendo possuidores de sentimento de carência de direitos sociais. Essa carência faz com que os sujeitos se tornem imbuídos de sentimentos que é reforçado por uma determinação de buscar valores perdidos (ou nunca adquiridos), de um lugar condizente de cidadão, impulsionando para reivindicar uma Reforma Agrária.

A organização tem ainda como foco conquistar direitos sociais em prol da igualdade, refutando a desigualdade social¹⁶ mediante a conscientização dos sujeitos envolvidos, portanto, imersos numa “[...] unidade pedagógica [em que] os agrônomos, os administradores, os planejadores, os pesquisadores, todos os que, finalmente, estejam ligados ao processo” (FREIRE, 1983, p. 58), mesmo que essa seja considerada como uma “estratégia de subversão” à ordem estabelecida em não ocupar terras que não estejam cumprindo sua função social.

Neste sentido, a exiguidade do grupo organizado atua, por sua vez, sobre o seu destino demográfico colocando-os amiúde numa situação em que o enfrentamento para uma nova concepção das relações entre os sujeitos e seu quadro socioambiental (ecológico e histórico), a ponto deles desenvolverem ação voluntária frente a dimensão dos fenômenos e dos espaços em tela, mas também da sua pluralidade de modo consciente. Neste aspecto, torna-se um processo, no qual possui uma dinâmica própria ou seja “[...] implica que os homens assumam o papel de sujeitos que fazem e refazem o mundo. Exige que os homens criem sua existência como um material que a vida lhes oferece” (FREIRE, 1980, p. 26).

Enquanto organização social, o MST visa no coletivo a interação entre os sujeitos para legitimar objetivos pontuais e comuns, sendo o principal deles receberem um lote para sobreviverem e até viverem com dignidade, com a finalidade de atingir seu processo de emancipação histórica ancorados em duas vias: “[...] a via econômica, traduzida pelo trabalho e pela produção, que pode garantir auto sustentação; e a via política, traduzida pela formação da cidadania organizada, que pode garantir a autogestão” (DEMO, 1994, p. 26).

Tais vias são alternativas para a incorporação de valores por meio de uma Ética própria e uma consciência socioambiental instigando-os a crer que o local ali ocupado é

¹⁶ Carter sobre a desigualdade social afirma que “[...] as barreiras à transformação social e política precisam ser atacadas por meio de pressão combinada, contundente e disruptiva de baixo para cima. Aliada a um processo de negociação no topo, em energia social pode promover um ímpeto auspicioso para a inovação do Estado e a adoção de reformas progressivas” (2010, p. 517).

apropriado para viver e que, portanto, precisam continuar a luta encarando a desigualdade e os problemas socioambientais como sendo pontos cruciais a serem enfrentados por todos. Para Carter

a desigualdade é um conceito complexo, com várias dimensões e significados. Os problemas levantados aqui referem-se fundamentalmente a situações de acentuadas desigualdades na distribuição da riqueza e outros meios básicos de subsistência que restringem as oportunidades e capacidades para o desenvolvimento humano (CARTER, 2010, p. 42).

Com efeito, o nível de desigualdade no Brasil encontra-se elevado entre a população, pois é ofensivo o quantitativo de bens acumulados pelos mais ricos em relação ao número de pobres que nada têm, além do acesso ao alimento, a saúde, a moradia, ao saneamento e outros benefícios. Para reforçar essa ideia sobre os altos níveis de desigualdades, Carter (2010, p. 42-43) expõe alguns comentários sobre esta pode provocar, a saber: desacelera o crescimento econômico; prejudica a redução da pobreza e pode fomentar maiores disparidades; reduz a qualidade de vida geral, particularmente no que se refere à segurança pessoal; reduz a confiança social; cria um padrão dualista de desenvolvimento e produz uma sociedade desconexa e segregada; condiciona o poder público e os recursos culturais da sociedade; subvertem o Estado de Direito e por fim enfraquecem a democracia política.

Todos esses níveis prejudicam por essência a natureza humana, pela falta de expectativa de vida, em particular entre os assentados que se veem sem as mínimas condições básicas civis consagrados na Constituição Federal. Neste íterim, as graves desigualdades impõem desafios e reformas que “[...] incluem uma ampla variedade de políticas de redistribuição relacionadas à tributação, ao acesso ao crédito, emprego, educação, saúde, moradia, redes de segurança social e à propriedade rural” (CARTER, 2010, p. 46) e, na atualidade, as questões socioambientais comparecem como essenciais em virtude de sua inter-relação, homem-natureza. Pois, “[...] a desigualdade excessiva reduz a produção econômica e sustenta níveis significativos de miséria social” (BERGAMASCO; NORDER. In CARTER, 2010, p. 54), e para tanto se faz necessário reduzir os níveis de desigualdades com a “[...] inclusão dos pobres em um processo produtivo que seja sustentável em termos ecológicos, e proporcione amplo acesso a bens de consumo e serviços sociais básicos” (CARTER, 2010, p. 519).

Em relação às questões socioambientais sabe-se que estão imbricadas às desigualdades sociais uma vez que têm sua origem na falta de saneamento básico (água

e esgoto); de espaço de lazer (praças); na estrutura física precárias (ruas calçadas e iluminação pública); posto de saúde em funcionamento; na deficiente coleta de resíduos; na falta de formação sobre danos ambientais decorrentes de dejetos aleatórios sem o correto descarte na natureza entre outros, causando impactos ambientais que se manifestam em virtude das alterações decorridas das condições socioambientais.

Como exemplo, as formas de utilização dos recursos naturais, ou seja, qualidade da água de um rio utilizado para destinação final de esgotos urbanos; o uso desta água para a irrigação na agricultura com o acréscimo de agrotóxicos comprometendo a disponibilidade para o uso comum entre os assentados ameaçando determinadas áreas de um ecossistema. Nestes casos, é imprescindível “[...] se constituir um valor fundamental da ética de sustentabilidade ambiental” (AGRA FILHO, 2010, p. 352). E para tanto impregnada de valores, porque

os valores ambientais estão profundamente ligados a valores culturais, econômicos, espirituais e outros, como a obrigação de serem ‘bons guardiões’ do nosso planeta que levam à disposição variável de comprometimento a respeito das prioridades e à luta a favor ou contra opções diferentes de política ambiental (MORAN, 2011, p. 198).

Nesta perspectiva, a organização é importante, sobretudo, quando se faz necessário formar sujeitos nos assentamentos ancorados em teorias pedagógicas específicas. Pois, essas se caracterizam como um processo que tem “[...] uma dimensão educativa muito importante por que flexibilizam as formas e os momentos de concretização dos princípios e das linhas de ação” (CALDART, 2000, p. 84).

Tais teorias são princípios orientadores, onde o trabalho pedagógico com uma identidade do meio rural fortalece o desenvolvimento do campo, com base “[...] na justiça social, na cooperação agrícola, no respeito mútuo ao meio ambiente e na valorização da cultura camponesa” (CALDART, 2004, p. 429). Assim, em Freire, o homem enquanto sujeito é aquele que “[...] quanto mais refletir sobre a realidade, sobre sua situação concreta, mais emerge, plenamente consciente, comprometido, pronto a intervir na realidade para mudá-la” (1980, p. 35), especialmente quando entender as questões socioambientais.

A formação dos trabalhadores no MST possui um aspecto acentuado para a coordenação tendo em vista alcançar objetivos organizativos para a convivência entre os assentados, uma vez que necessitam apreender a lógica para sobreviver com dignidade

nos espaços de assentamento, partilhando no coletivo os problemas ambientais¹⁷, os limites e os desafios no espaço conquistado.

Igualmente, o MST promove formação geral em encontros promovidos pela sua Diretoria como uma forma de atualizar e habilitar os trabalhadores sobre questões da atualidade. Conforme afirma Soares, nesse processo existe um diferencial voltado a garantir “[...] o fortalecimento e o desenvolvimento nas áreas de assentamentos, potencializando assim assentados para o desempenho de funções em áreas de Reforma Agrária, partilhando valores culturais e experiências práticas de forma dialógica entre seus membros” (2006, p. 84-85).

A partir de 1986, em âmbito nacional o Setor de Educação do MST começou a estruturar-se no Rio Grande do Sul e mais efetivamente quando se realizou o 1º Encontro Nacional do Setor. O Coletivo Nacional de Educação foi constituído em 1988 e se propôs a “[...] formular uma proposta pedagógica transformadora, que rompesse com a histórica negação da cultura rural na escola, fomentando seu enraizamento no campo e na luta pela terra” (DI PIERRO, 2000, p. 76). A partir de 1990, o movimento em convênio com entidades religiosas e educacionais inicia uma proposta de cursos de magistério com a finalidade de superar as necessidades nos assentamentos e também a localização urbana desses cursos.

O investimento na formação dos assentados dar-se-á pela identificação das lideranças e da necessidade de capacitar/habilitar assentados quanto aos aspectos políticos, sociais, ambientais e de saúde pública. Como exemplo: curso de formação política, saúde nos assentamentos, uso de agrotóxicos, cooperativismo, associativismo, assistência social, dentre outros. Além de curso de especialização em residência agrária (realizado pela Universidade Federal de Sergipe, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, uma promoção do CNPq¹⁸ e INCRA¹⁹); curso de Licenciatura do Campo e Pedagogia da Terra (oferecidos pelo Departamento de Educação da Universidade

¹⁷ Para Herculano, “[...] os problemas ambientais brasileiros foram sendo construídos há séculos e se agudizando sem que nos apercebêssemos. Desde os períodos colonial, imperial e da Primeira república ao período de Vargas, eram notados por uma elite intelectual rarefeita como predação dos recursos naturais, seja pelo extrativismo intenso, pela forma de produção dos engenhos, seja pelo desenvolvimentismo do início da nossa industrialização e urbanização. Nos anos 1970, período do milagre econômico dos governos militares, grandes empreendimentos impactantes foram realizados, como a abertura da transamazônica e a construção de Itaipu” (2013, p. 363).

¹⁸ Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

¹⁹ INCRA- Autarquia Federal, criada em 09/07/1970, através do Decreto-Lei nº 1.110, alterado pela Lei nº 7.231, publicado no D.O.U de 31 de março de 1989, com a finalidade de executar a política agrária nacional, vinculada ao Ministério de Desenvolvimento Agrário

Federal de Sergipe em parceria com o PRONERA²⁰ e INCRA) e outros para a formação dos assentados de modo a que se possa ter níveis de escolaridade para tocar adiante o Projeto de Assentamento com a presença de profissionais qualificados nos Assentamentos Rurais.

Vale destacar que além dos espaços escolares, há espaços interativos em que se configuram fundamentalmente em momentos formativos onde os assentados se reúnem para a concretização de debate sobre alguma problemática presente no seu cotidiano. Os setores organizam os temas geradores de discussões para clarear as informações que circulam na mídia e também para a formação de multiplicadores de ações necessárias para os assentados, a exemplo os cursos de curta duração sobre: horticultura, manipulação de insumos empregados na lavoura; primeiros socorros, entre outros. Nessa perspectiva formativa, Soares adverte que

há um diferencial bastante forte, no processo, que é a compreensão dos níveis de desigualdades entre os indivíduos, que uma vez clareado pelo processo formativo-educativo possibilita seu envolvimento na luta mesmo com todas as dificuldades que se apresentam ao longo do percurso individuais e coletivos (SOARES, 2010, p. 84).

A organização do MST também recorre a cursos de especialização para o aprimoramento dos assentados, a saber: residência agrária, já que para Fernandes essa promoverá “[...] o avanço da organização do movimento social. Pois é também nesse espaço, onde se desenvolvem as relações, articulações e alianças” (1996, p. 223) uma vez que são essenciais para a vida humana enquanto um conjunto de mitos e ritos de passagens para assim assegurar a alimentação e a proteção à vida de todos.

É proposição do MST a “[...] construção de um novo projeto de sociedade” (MOVIMENTO..., 1994, p. 09), ou melhor, uma renovação nas formas organizativas e culturais. Em se tratando da renovação cultural²¹, Costa adverte que essa “[...] necessita ser construída com uma outra perspectiva. Com um compromisso político explícito e direto de formar novos seres humanos, com a preocupação humanista e de transformação da sociedade” (2002, p. 149).

Nesta perspectiva, Freire nomeava de revolução cultural em que se instaura no sujeito (assentado) o desejo de “[...] participar da reconstrução da sociedade”, ou seja,

²⁰ Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária.

²¹ Para Costa “[...] a renovação cultural dos moradores do campo não pode ser realizada com os mesmos conteúdos e métodos aplicados na educação tradicional, na educação centrada em valores urbanos ou, ainda, fundada em valores burgueses, seja ela aplicada no campo ou na cidade” (2002, p. 149).

“[...] toma a sociedade em reconstrução em sua totalidade, nos múltiplos quefazeres dos homens, como campo de sua ação formadora” (1975, p. 185). E ainda desenvolve uma ação conscientizadora em que “[...] a prática do diálogo permanente entre as lideranças e povo, consolida a participação deste no poder” (1975, p. 187) de tomar decisões quanto às necessidades essenciais para a sobrevivência dos assentados em Projeto de Assentamentos.

Essa abordagem tem um sentido ampliado ao analisarmos a acepção de revolução cultural proposta por Freire ao destacar que essa “[...] apoia-se no conhecimento científico da realidade” (1980, p. 92). Mas, que não está a serviço dos interesses da classe dominante e sim na promoção da resolutividade dos problemas socioambientais no assentamento, uma vez que a conscientização é imprescindível entre os seres humanos e que se faz necessário possuir direito ao ambiente equilibrado²². Pois, se configura num “[...] instrumento que serve para eliminar os mitos culturais que permanecem no espírito das massas, a despeito da nova realidade” (FREIRE, 1980, p. 93), tornando-os sujeitos ativos de seus atos.

Nesse ínterim, adverte Freire que a “[...] conscientização é uma defesa contra outra ameaça, a da mistificação potencial da tecnologia, de que tem necessidade a nova sociedade para transformar suas estruturas retardatárias” (1980, p. 93), quando se pensam que os homens são massa de manobra e que não têm conhecimento dos fatos e acontecimentos, e ainda que não têm uma educação capaz de entender fenômenos e mecanismos da política implícita e explícita no contexto social.

Para que ocorra esse avanço entre assentados, essa construção dar-se-á ao assumir princípios filosóficos que garantam o fortalecimento da educação para a “[...] transformação social; educação para o trabalho e a cooperação; educação voltada para as várias dimensões da pessoa humana; educação com/para valores humanistas e socialistas; educação como um processo permanente de formação/transformação humana” (MOVIMENTO..., 1994, p. 10).

²² Costa esclarece que “[...] o direito ao meio ambiente equilibrado, como garantia constitucional e direito humano fundamental, é cláusula pétrea e impõe restrições ao legislador, que não pode diminuir a proteção existente anteriormente, nem mesmo por emenda constitucional, sob pena de estar afetando este mínimo existencial dos artigos 225, *caput* (dever geral de proteção) e seus I e III do parágrafo 1º, da CF, gerando uma proteção deficiente pelo retrocesso socioambiental. No caso do novo Código Florestal este mínimo existencial foi atingido em diversos pontos. Mais do que isto, os princípios da prevenção, da isonomia, da vedação do retrocesso socioambiental e, consequentemente, do desenvolvimento sustentável foram violados, sendo também inválidos, mas neste caso, por inconstitucionalidade” (2016, p. 118).

Observando igualmente a problemática socioambiental nos assentamentos apreende-se a educação crítica²³ e reflexiva, descrita por Freire (1996) como sendo uma educação problematizadora, a qual necessita refletir a respeito da construção e da socialização do conhecimento e, sobretudo, ocupar-se das singularidades daqueles que também são sujeitos de conhecimentos. Já que,

a educação problematizadora está fundamentada sobre a criatividade e estimula uma ação e uma reflexão verdadeira sobre a realidade, respondendo assim à vocação dos homens que não são seres autênticos senão quando se comprometem na procura e na transformação criadoras (FREIRE, 1980, p. 81).

Neste aspecto, ressaltamos a contribuição de Freire²⁴ na sua concepção de educação voltada para a realidade, com base na participação e no diálogo, servindo de impulso à construção da proposta, oferecendo elementos teóricos para conduzir a reflexão educativa nos espaços de assentamentos e para uma consciência por meio da ação reflexiva, conforme recomenda Freire,

Se os homens não fossem ‘entidades conscientes’, capazes de atuar e perceber, de saber e recriar; se não fossem conscientes de si mesmos e do mundo, a ideia de conscientização não teria nenhum sentido. [] produz a repulsa dos mitos culturais que alteram a consciência dos homens e os transformam em seres ambíguos (FREIRE, 1980, p. 94)

Iniciativa dessa natureza impulsiona para a formação de sujeitos e, sobretudo no exercício de suas profissões em que provocam mudanças de atitudes socioambientais quando se “[...] convergem saberes e sensibilidade ambientais diversificados”, (CARVALHO, 2008, p. 156) com múltiplos conhecimentos sobre o homem, a ética e o ambiente.

Logo, o trabalho pedagógico de formação dos sujeitos em assentamentos deverá ser pautado na sensibilidade para um olhar atencioso e crítico do seu entorno, articulando aspectos sociais, biológicos e toda a diversidade no espaço do assentamento,

²³ Para Freire “[...] a educação crítica considera os homens como seres em devir, como seres inacabados, incompletos em sua realidade igualmente e juntamente com ela. [] O caráter inacabado dos homens e o caráter evolutivo da realidade exigem em que a educação seja uma atividade contínua. Ela afirma que os homens são seres que se superam, que vão para a frente e olham para o futuro, seres para os quais a imobilidade representam uma ameaça” (1980, p. 81-82).

²⁴ Carvalho afirma que Paulo Freire foi “[...] uma das referências fundadora da educação crítica no Brasil, pois insiste, em toda sua obra, na defesa da educação como instância formativa de sujeitos sociais emancipados” (2008, p. 156).

o qual estamos denominando nesse estudo de sociobiodiversidade, ou seja, entender como o homem reage na natureza e sua inter-relação nesse contexto.

Pois, a concepção de educação do MST encontra-se respaldada no pensamento de uma educação para a conscientização, uma vez que essa implica “[...] que ultrapássemos a esfera espontânea de apreensão da realidade, para chegarmos a uma esfera crítica na qual a realidade se dá como objeto cognoscível e na qual o homem assume uma posição epistemológica” (FREIRE, 1979, p. 26). E ainda, para se entender a “[...] a epistemologia do sujeito aprendente, sabendo que a sua lógica se entra no percurso de uma vida, explicitamente, nos enraizamentos, nas aberturas e nos impasses desta atividade quotidiana” (JOSSO, 2004, p. 139) no assentamento.

Com efeito, a “[...] conscientização é o olhar mais crítico possível da realidade, que a ‘des-vela’ para conhecê-la e para conhecer os mitos que enganam e que ajudam a manter a realidade da estrutura dominantes” (FREIRE, 1980, p. 29), principalmente, na luta pela adversidade ocorrida em espaço de reforma agrária, e os valores que estão profundamente arraigados de respeito ao ambiente em virtude da necessidade de sobreviver nesse lugar.

Esse propósito educativo se encontra imbricado politicamente numa “[...] formação crítica capaz de fazer aparecer inteligências mais potentes e determinadas a levar adiante a construção histórica de uma humanidade²⁵ responsável por aquilo que faz de si mesma, dentro da mais ampla condição de liberdade e dignidade de ser” (GALEFFI, 2001, p. 36). Infere-se daí que o processo educativo de formar assentados autoconscientes ecologicamente pode ser discutido também na escola porque é um

Lugar de possibilidades. Um espaço que pode e deve ser redimensionado na direção de oferecer e promover saberes capazes de contribuir para o processo de formação de sujeitos autônomos, solidários e competentes para enfrentar os desafios da necessária transformação social (SOUZA, 2004, p. 228-229).

Neste aspecto, a contribuição do modelo formativo proposto pelo MST para os sujeitos em processo de aprendizagem encontra respaldo numa ética do respeito à vida, a qual está fundamentada a obra de Albert Schweitzer, uma vez que comparecem nas

²⁵ Nesta perspectiva Kraemer adverte que “[...] a humanidade deve reconhecer que agredir o meio ambiente põe em perigo a sobrevivência de sua própria espécie e pensar que o que está em jogo não é uma causa nacional ou regional, mas sim a existência da humanidade como um todo. É a vida que está em jogo. Não podemos conceber um ecossistema sem o homem, não podemos encontrar o homem sem algum ecossistema” (2007, p. 125).

iniciativas ambientais presentes no dia-a-dia no assentamento, ajudando na manutenção dos sujeitos nos espaços adquiridos. Para ele,

A ética do respeito à vida não admite, porém, que um homem seja condenado ou quiçá premiado de viver livre das responsabilidades que impõe a dedicação de um ser humano ao outro. Exige que todos nós sejamos, sob algum aspecto e em determinado lugar, homens a serviço de outros homens (SCHWEITZER, 1953, p. 269).

Os assentados têm responsabilidades dentro do coletivo do assentamento à medida em que buscam tomar decisões acerca das necessidades do grupo de modo consciente, pois argumentam e julgam sobre o direito ou não de colher todas “as frutas” sem considerar a existência do outro. Assim, a ética do respeito à vida “[...] põe todas as suas esperanças na intensificação do nosso senso de responsabilidade” (SCHWEITZER, 1953, p. 267).

Desta forma, pode-se registrar que os saberes do seu próprio repertório e ao analisar suas práticas em que predomina a ética do respeito em suas decisões, tanto em situações de rotina como diante de imprevistos, revela capacidades autoconscientes para atuar e refletir. É essa capacidade de “[...] atuar, operar, de transformar a realidade de acordo com a finalidade proposta pelo homem, à qual está associada sua capacidade de refletir, que o faz um ser da práxis” (FREIRE, 1980, p. 17) dado que este atua diretamente no espaço em que vive. Pois, “[...] se ação e reflexão, como constituintes inseparáveis das práxis²⁶, são a maneira humana de existir, isto não significa, contudo, que não estão condicionadas, como se fossem absolutas, pela realidade e, que está o homem” (FREIRE, 1980, p. 17). Logo, os elementos, os princípios e os processos subjacentes à proposta educativa implementada pelo MST nas escolas tem respaldo na maneira de ser do assentado, uma vez que proporcionará uma sustentabilidade para com qualidade de vida entre eles.

Para fins de continuidade dessa reflexão e para a concretização dos objetivos aqui propostos na tese, em seguida abordaremos a gênese da ética ambiental estabelecendo algumas conexões para nosso maior entendimento acerca da ética do respeito enquanto propósito de vida dos sujeitos em assentamentos bem como para todos os seres.

²⁶ Freire afirma que “[...] para os seres humanos, como seres da práxis, transformar o mundo, processo em que se transformam também, significa impregná-lo de sua presença criadora, deixando nele as marcas de seu trabalho” (1978, p. 68) que é muito essencial na condição de assentado em que se encontram os sujeitos em Projetos de Assentamentos.

A ética do respeito à vida também demonstra sua verdade quando compreende os elementos éticos mais diversos em suas relações mútuas. Nenhuma ética conseguiu representar ainda o esforço pelo autoaperfeiçoamento, no qual o homem atua sem ação manifesta em si mesmo, e a ética ativa em sua simultaneidade e entrelaçamento. A ética do respeito à vida consegue isso de tal maneira que não somente resolve as questões acadêmicas, mas também aprofunda a visão ética (SCHWEITZER, 2013, p. 288-289).

CAPITULO 2 – A GÊNESE DA ÉTICA AMBIENTAL: E SUAS CONEXÕES

“[...] a ética do respeito à vida nos concede as armas contra a ética enganosa e os ideais falsos. Porém, apenas teremos a força necessária para sustentá-la se conservarmos, cada qual na sua vida, a humanidade” (SCHWEITZER, 2013, p. 302).

A possibilidade de estabelecer algumas conexões da ética e sua aplicabilidade no campo prático, em assentamentos, constitui-se num desafio constante, pois é fato que no campo teórico, a ética poderá ser uma alternativa viável para conservar o ambiente, numa relação estreita entre homem-natureza. Por isso, uma das razões a favor da necessidade de se refletir sobre uma ética para o ambiente é que a relação homem-natureza deve ser recíproca. Para Herculano,

a natureza é predominantemente percebida como um conjunto de recursos econômicos em que as culturas humanas transformaram em seu processo de sobrevivência e de produção. A natureza, portanto, cumpre funções para os humanos: como fonte de matérias-primas; como metabolizadora de dejetos; como suporte de vida; como cenário de amenidade e belezas (HERCULANO, 2013, p. 8).

Sabe-se que os interesses econômicos das nações predominam sobre os ecológicos e indicando para uma crise²⁷. O mundo mudou significativamente, contudo conhecer os dados que atestem esta afirmação não basta para modificá-los. É preciso mudar a atitude em relação ao ambiente, isto implica que temos que mudar a nós próprios antes de qualquer coisa, uma vez que são as carências individuais e coletivas, o estilo de vida e toda a tecnologia existente na sociedade, as quais causa danos irreversíveis à natureza depender da forma como disposto na natureza.

²⁷ Toda intervenção humana na natureza (ambiente) demanda a utilização de alguma forma de energia ou força. O gênio da ciência Isaac Newton já no século XVII descobriu e mediu a força gravitacional do Sol e dos planetas conhecidos ao seu redor. Fahrenheit inventa o termômetro e mede a intensidade do calor pela primeira vez, sendo relevante para depois surgirem os instrumentos da indústria química. James Watt desenvolveu a força motora na indústria de algodão no início do Século XVIII, culminando na Revolução Industrial. Algum tempo depois seria o motor a vapor desenvolvido por George Stephenson que faria surgir a locomotiva e daria um salto gigantesco nas viagens de longas distância. Daí seguiu-se notáveis experimentos e as invenções cresceram de uma forma jamais vista fazendo com que os séculos seguintes XIX e XX, fossem os mais intensos em matéria de produção energética de toda história conhecida.

Neste sentido, a ética ambiental tratará de forma racional os principais problemas relacionados ao ambiente, a exemplo das mudanças climáticas; qualidade do ar em cidades do mundo industrial – poluição atmosférica; assoreamento e contaminação dos rios que afetam bacias hidrográficas inteiras, as quais prejudicam a qualidade da água para todos, entre inúmeros outros problemas advindos da ação humana.

A Ética ambiental surge em meados do século XX, impulsionada, principalmente pela necessidade de responder a dois importantes desafios colocados pelo antropocentrismo tradicional. Em primeiro lugar, as reivindicações de superioridade moral²⁸, sem quaisquer reservas manifestadas por seres humanos para os membros de outras espécies. E em segundo lugar, a possibilidade de encontrar argumentos racionais que permitem atribuir valor intrínseco ao ambiente natural e ao não humano.

Com base nestas duas referências, gradualmente, começou-se a tomar forma um processo crucial para o impacto exercido por ações humanas sobre o meio ambiente e de um repensar sobre a maneira pela qual os homens contemporâneos compreendem a sua relação com a natureza, mediado pela tecnologia. Isso foi feito explicitamente pela primeira vez por causa da necessidade de incentivar uma atitude reflexiva, capaz de enfrentar a ameaça galopante contra a *Hybris*, a vida em todas as suas manifestações (ANDRADE, 2011, p. 60).

A crise ambiental teve enfoque mundial a partir do famoso livro *Silent Spring*, (Primavera Silenciosa) publicado em 1963, por Rachel Carson, texto composto de uma série de artigos publicados anteriormente na revista *The New Yorker* que aponta a forma como certos pesticidas agrícolas são utilizados (DDT e outros) e acabam se infiltrando na cadeia alimentar, afetando o ambiente e a saúde humana.

Posteriormente, em 1968, Paul Ehrlich publicou *The Population Bomb*, advertindo que o crescimento excessivo da população humana ameaça a viabilidade dos sistemas de apoio à vida do planeta²⁹ (ANDRADE, 2011). Assim, evidencia-se que a

²⁸ Hagedorn adverte que para Schweitzer “[...] o homem é verdadeiramente moral somente quando ajuda a toda a vida no que pode, e quando se esquia de prejudicar qualquer ser vivente. Não pergunta em que medida esta ou aquela vida merece seu interesse e simpatia, se tem ou não tem valor, nem indaga se e e, que extensão ela é capaz de reagir. A vida como tal é que lhe é sagrada” (1955, p. 159).

²⁹ Estas e outras obras foram resumidas no clássico de investigação, liderado por Dennis Meadow no Instituto de Tecnologia de Massachusetts, que conduziu, em 1972, a *Limits to Growth*, um relatório que refletiu as preocupações levantadas durante a década anterior e responde desta forma a nova sensibilidade ambiental e, em seguida, um forte incentivo para as primeiras imagens da Terra tomadas pelos satélites. (ANDRADE, 2011, p. 60-61).

crise ambiental possui relação direta com os aspectos econômicos inerentes ao sistema capitalista, o qual produz os bens materiais de subsistência da sociedade sem, contudo, observar as capacidades extraídas, destruindo a natureza sem grande preocupação com o futuro do planeta, sequer dos seres que o habitam.

O tema ambiental encontra inspiração no trabalho do renomado conservacionista Aldo Leopold³⁰, que alertou anteriormente (em 1949) para a adoção de uma "ética da terra" em *A Sand County Almanac*, a necessidade de uma nova ética, salientando uma "[...] ética para lidar com a relação do homem com a terra e com os animais e plantas que nela crescem" e ainda refletir numa ética em que "[...] os limites da comunidade para incluir o solo, a água, as plantas e os animais, ou coletivamente a terra" (*apud* SINGER, 2002, p. 133), cujas principais preocupações foram motivadas pelo imperativo de fornecer mais respostas para os problemas éticos e estéticos, os problemas da natureza e rejeitar qualquer perspectiva de um valor puramente econômico de objetos naturais. Sobre ele, Jamieson afirma que:

Leopoldo usa a expressão 'comunidade biótica' para se referir ao que deve ser o objeto central da preocupação moral. Isso parece amplo e obscuro demais, é amplo demais, pois, aparentemente, inclui toda a biota da terra; é obscuro na medida em que não está nada claro como isso formaria uma comunidade (JAMIESON, 2010, p. 233).

Com efeito, desde esse período os movimentos voltados para a questão ambiental não pararam de crescer e como consequência prática houve um aumento da abordagem teórica sobre o pensamento ético ambiental. São exemplo autores como: Hans Jonas (1994, 2004 e 2006); Michel Serres (1991); Luc Ferry (1995) e Fritjof Capra (1988), os quais têm ampliado o debate chegando a tornar-se um tema incontornável das preocupações filosóficas na contemporaneidade para um (re)pensar atitudes que digam respeito à Natureza.

Neste aspecto, entende-se que o século XX foi marcado por profundas crises que afetam os aspectos da vida humana (saúde, relações sociais, tecnologia e política) além das dimensões morais e intelectuais em escala cada vez maiores, as quais forçará a

³⁰ Aldo Leopold, naturalista, biólogo de vida selvagem e florestador norte-americano do século XX. Sua abordagem fundamental foi baseada em três ideias principais: a Terra é uma comunidade de organismos vivos, a Terra foi feita de amor e respeito, e a Terra proporciona uma colheita da cultura. Com efeito, desde aquela época até hoje, as implicações e ressonâncias deste movimento não pararam e os subsequentes teóricos do pensamento ético ambiental têm levado a uma abundante literatura, chegando a tornar-se um tema incontornável das preocupações filosóficas de hoje (ANDRADE, 2011, p. 60-61)

humanidade a mudanças de atitudes. Além de criar novos paradigmas uma vez que as ameaças de extinção assolam a vida no planeta e dele próprio, chamando todos para uma responsabilidade que se projete no tempo tanto às gerações futuras quanto à Natureza, uma vez que “[...] ao nos aproximarmos da natureza do ser que é capaz de se comprometer, estaremos nos aproximando da essência do ato comprometido” (FREIRE, 1980, p. 16), intencionando uma conversação socioambiental de modo sustentável.

Tais fatos intensificam a urgência de se pensar uma ética ambiental. Pois, “[...] temos de olhar além dos nossos sentimentos de todos os dias e padrões de raciocínio a fim de encontrar os pressupostos e significados escondidos, que estruturam nossas vidas cotidianas” (FURROW, 2007, p. 11). Sobretudo, quando o homem se relaciona diretamente com a natureza fazendo uso de sua sabedoria ao retirar recursos necessários para sua sobrevivência, conservando espécies nas áreas destinadas à Reserva Legal além de outros espaços no assentamento que são reservados à produção de alimentos e hortaliças.

Contudo, os conflitos são gerados pelo próprio homem, os quais devem e podem ser sanados por ele mesmo, porquanto este conduz a sua história e a escreve juntamente com a do planeta que já está no limiar tolerável para com todas as espécies. Como exemplo: os rios que estão mortos e outros em fase de mortificação; lagos secando e mares sendo infestados de esgoto e detritos sem qualquer tratamento, o que possibilita o aparecimento de bactérias nocivas a várias espécies de peixes; o clima sendo afetado pela queima de combustíveis fósseis sem contar no efeito direto à atmosfera terrestre; o aumento de temperatura em lugares que antes eram frios, e diminuição da mesma em outros que antes eram quentes; até os oceanos estão sendo utilizados para escoação de lixo orgânico, materiais desusados, carcaça de navios, venenos e resíduos tóxicos nos experimentos de bombas atômicas; a agricultura cada vez mais dependente de agrotóxicos devido ao manuseio irresponsável da monocultura e o uso ilimitado de água potável em vários países.

Com efeito, a confluência dos debates éticos, políticos e jurídicos no que diz respeito aos problemas do ambiente provocou durante os anos de 1970 um debate entre grupos ambientais³¹. Neste aspecto há estudos distintos sobre a ecologia profunda³²,

³¹ Para Jacobi, “[...] no Brasil, as primeiras iniciativas ambientalistas se originam nas ações de grupos preservacionistas na década de 50. Em 1955 é fundada a União Protetora do Ambiente Natural (UPAN) pelo naturalista Henrique Roessler em São Leopoldo no Rio Grande do Sul, e em 1958 é criada no Rio de Janeiro a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (FBCN) com objetivos e modo de atuação estritamente conservacionista, que centrava suas atividades na preservação da fauna e da flora, com particular ênfase naquelas ameaçadas de extinção. Na década de 70 a FBCN com a colaboração da União

linha de pensamento introduzida pelo filósofo norueguês Arne Naess, considerado como um verdadeiro profeta da ação dos militantes do ambientalismo. Para tanto, Ferreira afirma que

o conteúdo predominante das propostas das ONGs ambientalistas visa integrar em seus projetos a manutenção dos ecossistemas nacionais à necessidade mais ampla e universal de manutenção da biosfera como um todo e da vida de um modo geral, o que pressupõe o bem estar das coletividades que vivem e se assentam em seus domínios (FERREIRA, 1999, p. 49).

Segundo Bourg (1993) é ideia do filósofo Bryan Norton, dos Estados Unidos, de que a política ambiental³³ deve ser respaldada com base em uma ampla e extensa revisão do antropocentrismo, em que os valores humanos das gerações atuais e futuras são considerados. Para Bourg,

a espécie humana, efetivamente, não pode ser considerada apenas como uma espécie entre tantas outras. Todas as tentativas que possamos desenvolver nesse sentido colocam a humanidade na posição eminente de que queremos, ao fazer isso, excluí-la. A ideia de um direito da natureza, considerada como tendo um valor intrínseco, é insustentável, pois este valor existe apenas para a humanidade a tanto quanto ela própria o conceda à natureza (BOURG, 1993, 248).

Os filósofos que aderirem a um antropocentrismo conservador, embora "fraco", encontram base nas políticas ambientais em todo o espectro do material humano,

Mundial para a Conservação – IUCN – e o Fundo Mundial para Natureza - WWF- começou um programa de financiamento em colaboração com agências ambientais. Em 1966 é iniciada a Campanha pela Defesa e Desenvolvimento da Amazônia (CNDA) no esforço de mobilizar a sociedade para a preservação da Amazônia. Em 1971 é criada a Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN) que tem um perfil mais abrangente do que as outras organizações que lhe precederam, destacando-se pela ousadia em formular um programa de promoção da ecologia e de questionamento dos impactos predatórios da poluição causada pelas indústrias” (2003, p. 02).

³² Para Costa Junior, “[...] a ecologia profunda tem como ponto de partida o reconhecimento do valor intrínseco da natureza. Trata-se de um tipo de ecologia que pretende colocar perguntas que não são articuladas, por exemplo, na ciência. A ecologia profunda vai dizer que o aprofundamento das questões pode estar no trânsito realizado entre a ecologia e a filosofia, ao levantar questionamentos sobre política e ética” (2008, p. 21). Seu maior representante é Arne Naess.

³³ Para Acselrad, no Brasil a política ambiental iniciou em 1973 com a criação da Secretaria Especial de Meio Ambiente (Sema), em pleno regime ditatorial de forma reativa, com traços fortemente burocráticos e sem nenhuma articulação com a sociedade. Sendo apenas em 1981 fortalecido com a Lei nº 6.938/81 enquanto um sistema nacional – Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sismana) em que crescentemente são criadas agências ambientais em níveis estaduais. Em 1984 se efetiva a criação do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama), que deu início a articulação a política ambiental explícita com as políticas de meio ambiente implícitas das demais políticas de governo (agrícola, industrial, de energia etc). Em 1989 é criado o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), novo órgão executor da política de meio ambiente, subordinado à nova Secretaria de Meio Ambiente em 1990 e, em 1992 é criado o Ministério do Meio Ambiente (2001, p. 78-79).

científico, estético, e valores espirituais, tanto da atual geração como das próximas (ANDRADE, 2011).

Neste aspecto, a perspectiva antropocêntrica pode ser considerada como aquela suficiente para os efeitos práticos, ou seja, os resolvidos com a prática efetiva das pessoas em sociedade, e são mais eficazes do que qualquer teoria pragmática não-antropocêntrica em conseguir resultados, especialmente em termos de formulação de políticas, dado o pesado fardo de prova que recai sobre esta última que tem de fundamentar a sua opinião de que o ambiente não-humano tem valor intrínseco. O antropocentrismo é entendido como a ideia de que os interesses, bens e valores humanos são prioritários sobre a natureza, uma vez que o homem é o agente de todo valor moral. No antropocentrismo, o ser humano é o único ser dotado de valor intrínseco, logo as outras espécies gozam apenas de valor econômico, ou seja, são considerados propriedades e recursos de utilidade.

A partir de uma visão crítica dessa corrente específica, muitos têm apontado que o antropocentrismo radical ou não se tornou a principal causa da atual crise ecológica. A qual deve ser encarada e articulada em relação,

As formações políticas e as instâncias executivas parecem totalmente incapazes de apreender essa problemática no conjunto de suas implicações. Apesar de estarem começando a tomar uma consciência parcial dos perigos mais evidentes que ameaçam o meio ambiente natural e nossas sociedades, elas geralmente se contentam em abordar o campo dos danos industriais e, ainda assim, unicamente numa perspectiva tecnocrática (GUATARI, 1990, p. 8).

Entretanto, seus defensores argumentam que historicamente o fato de exaltaram a figura de homem, de modo algum legitima a progressiva destruição do ambiente ao passo em que vivemos uma crise ecológica planetária em “[...] que se opere uma autêntica revolução política, social e cultural, reorientando os objetivos da produção de bens materiais e imateriais” (GUATARI, 1990, p. 9). Neste contexto, por vezes tem sido alegado que as raízes históricas da destruição ambiental seriam encontradas no pensamento cristão, o qual teria incentivado a exploração da natureza para afirmar a superioridade do homem sobre todas as outras formas de vida, e que estas representavam todo o ambiente natural como se tivesse sido criado para o uso livre do homem (ANDRADE, 2011).

No entanto, explicar as definições ou características da ética relativa às questões que afetam o ambiente não é simples, uma vez que o horizonte da reflexão filosófica contemporânea tem variadas perspectivas. Há, portanto, uma tentativa de se chegar a uma compreensão adequada do que poderia ser definido como "ética ambiental", a qual exige de nossa parte o (re)exame das questões preliminares. Em decorrência, sociólogos, biólogos, economistas, ecologistas, filósofos e outros têm publicado obras retomando a relação homem-natureza com bases no pensamento judaico-cristão, em que se encorajava explorar a natureza sem medidas devido à superioridade dos seres humanos sobre todas as formas de vida existentes no planeta.

Uma avalanche de descobertas em tão pouco tempo promoveu ao homem um poder jamais visto ou pensado em toda história da humanidade³⁴. O estudo das principais substâncias que compõem o universo trouxe benefícios variados em todas as áreas do conhecimento, porém o homem desde a sua tenra formação desenvolveu suas habilidades de caçador para se tornar o maior predador do reino animal, isto fez com que sua mente brilhante, porém bélica, desenvolvesse a mais poderosa de todas as energias possíveis, a energia nuclear. Esta se bem usada pode ser uma fonte de energia utilizável e benéfica para os seres humanos, mas seu uso na 2ª guerra em cidades habitadas como em Hiroxima e Nagasaki no Japão, mostrou ao mundo o poder avassalador do conhecimento e abriu a discussão quanto ao que queremos para a humanidade e para o planeta.

Vale destacar que a relação homem-natureza é de pleno harmonia e articulação um SER que depende de tudo que se extrai da natureza e dela se pode utilizar, extrair, cuidar e acomoda-se frente a tudo que a natureza oferece ao homem. A natureza foi posta para fins de apreciação, encantamento e vivências dos homens com os animais e toda a forma de vida existente na natureza. Aqui entenda-se natureza como tudo que nos cercam.

³⁴ Ressalta-se que o antropocentrismo moderno é marcado por Renè Descartes ao propor “[...] duas definições centrais para a filosofia moderna: o homem como *res cogitans* e o opostamente a da coisa como *res extensa*, inaugurando, assim o tempo da exaltação do sujeito sobre o objeto: natureza” (COSTA JR. 2008, p. 20). Ainda como exemplo cito que Descartes abriu o caminho que ciência até então não conhecia, que os primeiros cientistas gregos apenas intuíram na busca de uma Arké imaginária, ou seja, buscar de forma confiante os elementos fundamentais que constituem a Natureza. Praticamente, toda tabela periódica dos elementos químicos fora descoberta entre os séculos XVIII e XIX. Nomes como Lavoisier, John Dalton e Dmitri Mendeleiev foram os precursores de uma revolução na indústria química. A energia elétrica começa enfim a ter suas leis descobertas por James Maxwell e Heinrich Hertz por desvendarem o caminho entre o polo negativo e positivo, sendo mais tarde provadas por Einstein. As ondas de rádio tiveram com Marconi o impulso necessário para se tornarem numa das maiores invenções do homem em termos de comunicação, levando informações que pavimentaram pouco depois o uso irrestrito e necessário do que chamaram - Eletricidade (ANDRADE, 2011).

As realidades ambientais oriundas dos últimos três séculos puseram o planeta em xeque. Não resta dúvida que muitos foram os benefícios advindos das invenções e descobertas do homem, tanto em nível científico, econômico e político. Dissecar a natureza em objetos distintos provocara ao homem um compromisso sem precedentes, o de conservar as espécies não só a humana por consequência do intenso abuso que o desenvolvimento a todo custo trouxe ao planeta Terra.

No entanto, entenda-se por desenvolvimento “[...] como um processo de mudança social, com consequente democratização do acesso aos recursos naturais e distribuição equitativa dos custos e benefícios” (KRAEMER, 2007, p. 129). Em determinadas sociedades o conceito de desenvolvimento é amplo e ambíguo, pois segundo Camargo (2008) o desenvolvimento é um conceito que está tão incutido no pensamento ocidental que é tomado quase como uma lei da natureza. Este usa os recursos humanos, os recursos financeiros, a infraestrutura e os recursos naturais, compromissado com a ideia de lucro gerador de progresso de modo que esse desenvolvimento pode ser questionável a depende da concepção de mundo e sociedade que se tem.

Neste aspecto, não há dúvidas da necessidade de se defender a natureza das várias maneiras do poder destruidor do progresso. Corroborando com Dupas, “[...] a teoria do progresso humano envolve uma visão do passado e uma profecia sobre o futuro. Ela é baseada numa interpretação da história que enxerga a humanidade avançando lenta e indefinidamente em direção desejável” (2006, p 30). Mesmo que esse processo possa ser considerado como essencial para o desenvolvimento local, regional e nacional.

Ramos (2011) afirma que o desenvolvimento local promove o dinamismo econômico e está associado a processos de melhorias das condições de vida das pessoas que habitam num determinado território, mediante participação ativa enquanto cidadão. Pois, segundo ele para a “[...] obtenção do desenvolvimento local sustentável, há que satisfazer necessidades essenciais e qualidade de vida, economia e emprego, inclusão social, organizações democráticas e administração territorial, que evitem o êxodo das populações” (2015, p. 195).

Portanto, há controvérsias para o entendimento do desenvolvimento, uma vez que para alguns pode ser um retrocesso permanecer com a destruição das riquezas naturais, quanto que para outros o embelezamento e/ou crescimento do local, demonstra avanços sociais e econômicos. Vale destacar que a tecnologia tem avançado

substancialmente com a crescente necessidade do uso de energia nuclear, além de outras que provocam uma constante atrocidade ambiental a qual se reverbera na sociobiodiversidade.

Com efeito, a natureza terá cada vez menos chances de se recuperar sozinha, carecendo de investimentos e de esforços por meio de pesquisas independentes ou não, em que o homem poderá amenizar e/ou até reverter o curso de destruição ao qual o planeta está submetido. Conquanto, novas bases sociais devem surgir rompendo velhos pactos conservadores, apoiando-se nas possibilidades de variedades de biomas e ecossistemas existentes no espaço brasileiro, neste caso particular, nos assentamentos de reforma agrária também.

Felizmente, o tema ambiental ganhou relevância mundial e grupos foram sendo formados, desde ecologistas³⁵ a partidos políticos preocupados com a situação planetária, chamando atenção para trabalhos no campo científico-ecológico baseados nos crescentes impactos que o progresso econômico dos países desenvolvidos provoca aos ecossistemas da terra “[...] um ecossistema pode ser pensado como uma assembleia de organismos juntamente com seu meio ambiente. [] são como constelações, e os organismos e as características de seu meio ambiente são como estrelas” (JAMIESON, 2010, p. 234).

Notadamente, foram-se os tempos em que homens viviam nas cidades e concentravam suas forças no puramente artificial sem se importarem com as consequências para o ambiente. Urge a tomada de medidas de conservação sem precedentes, abrindo a possibilidade para um novo sentido ético que suporte as atuais demandas, ou seja, uma nova ética com ênfase na formação de uma autoconsciência ambiental, na prática da virtude do respeito e, principalmente, respaldada em atitudes morais e bons hábitos.

Tais atitudes são facilmente reconhecíveis no plano teórico, mas infelizmente sua prática habitual tem sido fomentada em grande parte pelo domínio absoluto da ética

³⁵ Para Chrisholm, os ecologistas “[...] apresentavam boas razões para que se levassem a sério certos incidentes que até então tinham passado despercebidos do público em geral, causando-lhe somente uma vaga antipatia ou uma sensação de desprazer estético. Aquelas garrafinhas de plástico, muito feias, estavam se tornando coisa muito diferente quando se ouvia dizer que as margens geladas do Ártico e da Antártica estavam se transformando num depósito de lixo global. O que iria acontecer com o lixo do mundo se ele não se decompusesse, apodrecendo? Se milhares de aves aquáticas apareciam mortas envenenadas pelos produtos químicos atirados aos rios e oceanos, então o que dizer dos peixes que comíamos e da água que bebíamos?” (1974, p. 5). Estas e outras questões citadas pela referida autora continuam a existir em pleno século XXI e com a evolução de tantas tecnologias inovadoras não foram ainda capazes de minimizar as questões de ordem ambiental em virtude da falta de respeito ao próximo e a todas as formas de vida existentes no planeta.

antropocêntrica. Esta, nascida no alvorecer do despertar racional dos gregos do século V aC, teve na verdade seu crescimento a partir da revolução científica engendrada por Galileu Galilei, Bacon e Descartes. (ANDRADE, 2011).

Por isso mesmo, a ética permeia em várias vertentes às quais visam enaltecer a razão na medida em que esta olha a natureza como sendo o outro. A dignidade, a identidade e a autonomia das pessoas, bem como a consciência da existência de vidas *sencientes*, biológicas e ecocêntricas aparecem como direitos fundamentais do sujeito e da natureza para existir e serem respeitados (ANDRADE, 2011). Assim, outras questões se fazem presentes para entender as principais vertentes ideológicas da ética a qual está historicamente subdividida em antropocêntrica³⁶, sensiocêntrica³⁷, biocêntrica³⁸ e ecocêntrica³⁹, de modo que possamos compreender melhor o pensamento e concepções que dão sustento conceitual à ética prática.

É importante ressaltar uma questão que intriga a muitos ao pensarem em adotar uma perspectiva ética para direcionar o curso de sua existência e orientar as decisões que acabam se tornando ações. É que tal escolha acaba por interferir nos propósitos de outros seres vivos, daí sua singularidade também, pois é fato que cada pessoa tem sua “ética”.

Uma ética própria inata independe de teoria, conceitos e estudos. A ética de cada um é implícita no modo de vida que levam desde o nascimento até a fase adulta, ou seja, são as particularidades do entorno vital que permeiam a direção ética a ser tomada no meio social. Isto quer dizer que cada pessoa tem uma perspectiva moral própria, pois

³⁶ E a forma mais abrangente da ética, pois procura distinguir os seres humanos do mundo natural, uma vez que estes possuem alma, linguagem e racionalidade. Da mesma forma, índios, negros e mulheres por muito tempo foram excluídos do meio social “inteligente”, pois eram considerados inaptos racionalmente para tomar decisões. Por isso, os animais, plantas e toda forma de vida não sencientes no enfoque antropológico não gozavam de atenção por serem destituídos de moral. (ANDRADE, 2011).

³⁷ O sensocentrismo é uma formulação ética em que todo ser merece respeito moral. É uma extensão da consideração moral a todos os indivíduos que são sujeitos de danos, a exemplo da realização dos experimentos conscientemente. Jamieson afirma que o critério da senciência parece plausível. Pois, “[...] a resposta senciencista é bastante simples: sem a senciência, não há nada para a moralidade levar em conta, pois nada que aconteça a um organismo incapaz de sentir prazer ou dor importa. Por essa razão, identifica a senciência como critério para a considerabilidade moral não é algo arbitrário” (2010, p. 228).

³⁸ O biocentrismo (do grego βίος, bios, "vida"; e κέντρον, kentron, "centro") é um termo que apareceu para designar uma teoria que afirma que todo ser vivo procede do centro da terra, do antigo Deus grego "Centla". O termo foi desenvolvido por Centrico de Atenea junto a Biosni de Aquino na escola de Salamanca. Para Jamieson “[...] o biocentrismo tem sido elaborado cuidadosamente, e em grande detalhe. Ele reside numa intuição que muitas pessoas acham irrefutável. De toda forma, nem todo mundo que rejeita o senciencismo pensa que os biocentristas tenham avançado o bastante” (2010, p. 231).

³⁹ O ecocentrismo é uma corrente filosófica que surgiu no final do Século XX, praticamente com a concepção de desenvolvimento sustentável. Essa corrente de pensamento se ocupa das ações do indivíduo no centro do meio ambiente sobre todas as coisas. É característico do movimento ecologista. (ANDRADE, 2011).

está acostumada ao modo de vida que aprendeu na família, na escola e na sociedade com suas regras, seu fazer único, julgando que o seu é o modo certo de se fazer essas coisas. Mas, para dizermos que um determinado costume é ético ou não, não basta recorrermos à natureza dessas práticas, independentemente da tradição que as disseminou. (ANDRADE, 2011).

Na ética prática contemporânea observa-se quatro tendências bem definidas, cada uma delas elaborada a partir de um núcleo, um âmbito de interesse julgado digno de consideração e respeito moral. As perspectivas antropocêntricas estabelecem os deveres morais positivos e negativos tendo em vista o bem dos seres humanos, colocado no centro e acima do bem de qualquer outro ser vivo. Por isso, a designação “ética antropocêntrica”. Essa ética, ao engrandecer a natureza humana, afirma que os interesses e propósitos humanos estão acima de quaisquer interesses ou fins de quaisquer indivíduos de outras espécies nesse planeta, coloca em segundo plano, os interesses de todas as demais espécies de vida (ANDRADE, 2011).

O filósofo alemão Immanuel Kant (1724-1804)⁴⁰, no século XVIII, alcançou a consagração do antropocentrismo radical enquanto centralidade das decisões mediante a “[...] proclamação de forma definitiva e absoluta da razão subjetiva e autônoma” (COSTA JR, 2008, p. 20-21) e ainda vislumbrou uma oportunidade de fundamentar uma ética baseada na liberdade e na autonomia do sujeito. O indivíduo deveria buscar em sua própria razão as regras do que é certo e justo e fundar nelas a sua conduta moral. Assim, “[...] o homem como sujeito cognoscente ou moral é ativo, criador e está no centro tanto do conhecimento quanto da moral” (VÁZQUEZ, 2007, p. 282). Nessa perspectiva, Vázquez afirma que

Kant toma como ponto de partida da sua ética o *factum* (o fato) da moralidade. É um fato indiscutível, certamente, que o homem se sente responsável pelos seus atos e tem consciência do seu dever. Mas esta consciência obriga a supor que o homem é livre. Pois bem, dado que o homem como sujeito empírico é determinado casualmente e a razão

⁴⁰ Em Kant (1984), para que exista um princípio ético seja considerado universal, este deve ser reconhecido como válido para qualquer agente moral, que, ao segui-lo, não pode violentar sua natureza racional. Primeiro é preciso que seja reconhecido como bom por qualquer pessoa capaz de ser razoável na elaboração de um juízo moral. Precisa ainda ser um princípio geral, quer dizer, que sirva para iluminar nossos juízos nos casos mais diversos. Deve ser imparcial, para evitar que um juízo moral seja contaminado por interesses pessoais ou subjetivos. E ainda ser apto a promover o bem daqueles que forem afetados pela decisão moral. Vázquez escreve que Kant, “[...] do seu solitário retiro de Königsberg, foi contemporâneo dos grandes acontecimentos que estremeceram a França e que deviam culminar na Revolução de 1789. Suas obras éticas fundamentais apareceram nos anos imediatamente anteriores a esta revolução: Fundamentação da metafísica dos costumes, em 1785, e Crítica da razão prática, em 1788” (2007, p.281).

teórica nos diz que não pode ser livre, é preciso admitir então, como um postulado da razão prática, a existência de um mundo da liberdade ao qual pertence o homem como ser moral (VÁZQUEZ, 2007, p. 282).

Logo, a ética Kantiana fundamenta-se no homem que “[...] se define antes de tudo como ser ativo, produtor ou criador” (VÁZQUEZ, 2007, p. 283), para alcançar a humanidade como um todo. Porém, o desenvolvimento da sociedade capitalista fundamenta-se também sobre preceitos morais individualistas e tenta alcançar o maior número de pessoas em diferentes nações, pois incentiva a competição desenfreada entre as pessoas, gerando por sua vez uma contraposição à ética universal, como salienta Costa Jr. (2008).

A ética antropocêntrica, portanto, sofreu duras críticas de ambientalistas e das comunidades organizadas, as quais buscaram fundamentar um antropocentrismo moderado, ou seja, centrado no ser humano, sem, contudo, excluir os seres não humanos. Procuraram dar condições iguais a mulheres, índios e negros, bem como procurar uma interação mais harmoniosa com as outras formas de vida. No entanto, propuseram que somente os seres humanos sejam moralmente importantes, fazendo com que a natureza e os outros seres vivos sejam conservados e protegidos com a finalidade de ser útil em algum momento.

Contudo, houve desde o século XVIII, argumentos contrários a esta ética antropocêntrica moderada, ao propor que a moralidade humana fosse julgada a partir do modo como os humanos tratam qualquer ser capaz de sentir dor e de sofrer. Ancorado nessa crítica ao antropocentrismo, o filósofo australiano Peter Singer⁴¹ (2002) propôs, na década de 1970 no século passado, um movimento ético cuja finalidade foi nortear as ações humanas evitando danos ao bem-estar ou destruição da vida de qualquer ser senciente, ou seja, o sensocentrismo. Para Costa, o sensocentrismo se encontra

cada vez mais disseminado dentro do senso comum, por ver muitas criaturas assemelhadas aos seres humanos, em seus estados de consciência. Isso porque essas pessoas estão baseando a significação moral desses animais a partir de interesses e preferências – e isso fica no âmbito metafísico, e não na racionalidade da linguagem discursiva.

⁴¹ Peter Singer é o principal disseminador desta ética cujo objetivo é evitar dor e desconforto aos animais. Pois, se o homem não suporta sentir dor, o mesmo direito deve ser dado a animais indefesos evitando seu sofrimento. De modo prático, os animais ao sofrerem merecem a mesma atenção que um ser humano que sofre na mesma proporção, sendo a preservação da vida o maior objetivo.

Funda-se, então, em algo que parece evidente: a capacidade de sentir dor do indivíduo (COSTA, 2007, p.170).

Na esteira desse filósofo, a ética sensiocêntrica segue em franco desdobramento ao redor do planeta nos últimos 30 anos. Se a dor humana merece consideração, pelo efeito devastador que tem sobre a existência de quem a sente, o mesmo merece a dor de qualquer animal. Dor é dor. Respeito pela dor não pode ter viés especista. Segundo Costa, o especista

é aquele que tem tendência em favor de membros de sua espécie, contra os membros de outra. No âmbito de uma ética ambiental, o especista é acusado de derivar a moral a partir da pertença a uma espécie (*Homo sapiens*), não sendo essa sua posição justificada, e sim arbitrária. Na visão especista, são ignorados os interesses de certos grupos a favor do grupo dominante (COSTA, 2007, p. 155-156).

A ética sensiocêntrica alargou enormemente o âmbito da moralidade humana, ao incluir no rol da consideração todos os animais capazes de *senciência*. Assim, o sensocentrismo parte do princípio de que um ente para ser considerado moralmente basta ter sensibilidade. Isto força os seres humanos a reconhecerem que todas as espécies sencientes, ou seja, que sentem dor. Têm e merecem gozar dos mesmos privilégios que a raça humana. Pois,

a razão mais óbvia para se valorizar a vida de um ser capaz de sentir prazer ou dor é o prazer que ele pode vivenciar. Valorizaram-se nossos próprios prazeres – como os prazeres de comer, de manter relações sexuais, de correr em alta velocidade, de dar um mergulho num dia de calor – então o aspecto universal dos juízos éticos exige de nós a extensão da avaliação positiva que fazemos de nossa própria experiência desses prazeres às experiências equivalentes de todos os que são capazes de tê-las. Mas, a morte é o fim de todas as experiências prazerosas; então o fato de que os seres irão experimentar prazer no futuro é uma razão para se dizer que seria errado matá-los (SINGER, 2002, p. 178).

Por outro lado, o critério da inclusão na consideração de interesses de seres dotados de *senciência*, conforme propõe Singer (2006), não basta para nos orientar na solução dos conflitos e superação de dilemas quando estão em jogo interesses de seres de diferentes espécies, humanos, animais não humanos e plantas, por exemplo. Pois, estas até onde os conceitos filosóficos conseguem alcançar, não seriam dotadas de *senciência* nos termos psicológicos nos quais o conceito é firmado. Para exemplificar essa concepção, os assentados pesquisadores se reportam à ideia de que

cada ser vivo na natureza tem sua função: a formiga; de limpar o meio ambiente, e a cadeia alimentar; que um animal se alimenta de outro para que não cresça muito a população de determinados animais e que é de extrema importância quando valorizamos a natureza, pois nela existem animais e tudo que é belo entre nós (ASS 12).

Natureza é o bem maior e da humanidade, por falta de muitas pessoas não entenderem isso é que o mundo estar sofrendo as consequências, pois, o valor da natureza é algo que me fortalece em vários aspectos. Eu sou a própria natureza, assim os valores que atribuo são decorrentes da perspectiva que tenho sobre mim. Sou vida (ASS 05).

A natureza é o bem mais precioso do planeta. É a natureza que nos alimenta, que nos abriga, que mata nossa sede, que acalma nossos sentidos e nos faz viver. A natureza, o verde, o colorido das flores, frutos, plantas, pedras, terra, o mar, tudo nos mostra que devemos tudo a natureza, a natureza é o manancial da vida. A natureza é a vida em si, pois sem natureza não há vida (ASS 23).

Nesses fragmentos ficam evidenciados que os assentados concebem a natureza não só com sendo utilitarista⁴². Pois, o “[...] utilitarismo começa com uma percepção sobre a natureza humana – a maioria dos seres humanos busca melhorar o seu bem-estar. Portanto, nossas ações devem promover o bem-estar” (FURROW, 2007, p. 53), mas sobretudo é sensiocêntrica. Vários pensadores tentaram a passos largos impedir que a ética antropocêntrica continuasse hegemônica no mundo ocidental, iniciando outro movimento de contestação ao antropocentrismo, dessa vez não privilegiando qualquer atributo mental, erro cometido tanto pelo antropocentrismo quanto pelo sensocentrismo, o primeiro privilegiando a racionalidade, o segundo a sensibilidade.

Paul Taylor publicou em 1986, um livro intitulado *Respect for nature* (Respeito à natureza). Este adota o conceito de valor inerente e a tese de que compete aos agentes racionais elucidar conflitos morais, quando interesses de diferentes espécies estão em jogo. Mas, ao contrário da proposta antropocêntrica, Taylor não admite que a solução de qualquer conflito moral tenha somente em conta os interesses do agente humano. Com sua ética biocêntrica sugere que seja levado em consideração o valor inerente à vida de cada indivíduo, não significando isso que em hipótese alguma uma vida não possa ser eliminada.

⁴² Tem linhagem ilustre com a elaboração inicial feita por Jeremy Bentham, em 1781, pois o utilitarismo foi sendo ampliando por filósofos e economistas atraídos por seu potencial de reformas sociais. Segundo Furrow, “[...] os primeiros utilitaristas pensavam em termos de prazer; hoje, muito utilitaristas pensam em termos de satisfação de preferências como o derradeiro bem. No entanto, há boa razão para pensar que em o prazer nem a satisfação de preferências capta o elenco de coisas às quais os seres humanos atribuem valor” (2007, p. 53).

Entretanto, a razão pela qual uma vida pode ser exterminada deve ser uma razão ética, descartando-se a hipótese de que interesses comerciais, estéticos, científicos ou de qualquer natureza antropocêntrica possam servir como pretexto para que tiremos a vida dos outros. Isso vale para humanos, animais e ecossistemas naturais. Por isso, a designação biocêntrica para tal proposta ética.

O biocentrismo é a posição moral que considera relevante a vida em si mesma, ou seja, à margem da subjetividade de quem a vive e experimenta. Logo, todos os seres vivos estão dotados de valor moral e devem ser respeitados por que devem ser observados seus fins biológicos. Enquanto o sensocentrismo busca o estatuto moral para os seres vivos sencientes, o biocentrismo tem como pressuposto ético a proteção de seres vivos não sencientes, pois, uma planta deve seguir o curso biológico da natureza (ANDRADE, 2011).

Com efeito, segundo o biocentrismo, todos os seres vivos possuem o mesmo valor, não sendo os seres humanos superiores a nada, pois tudo tem um fim em si mesmo. Todavia, são os seres humanos os únicos dotados de razão a ponto de conscientizarem que devem suprir suas necessidades sem esquecer a dos outros seres, fazendo com que todos tenham a mesma igualdade de condições de sobrevivência no planeta. (ANDRADE, 2011).

Aldo Leopold, em 1949, inicia a escrita de uma concepção ética que abarca todas as formas de vida, sem discriminação de qualquer uma delas por ser dotada, ou destituída, de habilidades psicológicas. Para esse autor, seguido por Callicott e Holmes Rolston III, a ética deve nortear as ações humanas no sentido de que nenhuma delas implique destruição de qualquer espécie de vida. Vale destaque que para Fagner Rolla,

o ecocentrismo, também denominado fisiocentrismo (concede valor intrínseco aos indivíduos naturais, na maior parte também coletividades naturais como biótipos, ecossistemas, paisagens). Os ecocentristas buscam justificar a proteção à natureza afirmando que dado a naturalidade um valor em si, a natureza é passível de valoração própria, independente de interesses econômicos, estéticos ou científicos (ROLLA, 2010, p. 10- 11).

A grandeza da ética ecocêntrica (ROWE, 1994), que deu origem à ética da terra e à ecologia⁴³ profunda, está em incluir sem hierarquizar qualquer espécie de vida na

⁴³ Neste aspecto, Chisholm adverte que “[...] a ecologia não é, no entanto, uma matéria que tenha respostas fáceis, remédios imediatos ou atalhos. O trabalho é sempre minucioso e a longo prazo e os resultados são muitas vezes confusos. A grande controvérsia sobre o DDT é um bom exemplo disso. Tem

consideração moral. O limite dessa perspectiva ecocêntrica é que ela não oferece recursos para dirimir conflitos ou superar dilemas morais quando os interesses de uma determinada espécie de vida se chocam contra os interesses de seres vivos individuais. A ética ecocêntrica não chega a lidar com dilemas morais.

O ecocentrismo⁴⁴ é uma ética centrada em espécies e nos sistemas naturais. Nesta categoria, o que deve ser considerado moralmente são as espécies, processos e sistemas naturais. Tanto os ecossistemas particulares, terrestres e todo o universo são levados em consideração, sobretudo, porque o ecocentrismo não foca o ser humano enquanto pessoa, mas pertencentes a um sistema, ou seja, a preocupação ética deixa de ser a vida humana para dar lugar ao ecossistema no qual ele pertence.

Esta prevalência do processo sistêmico sobre o homem ganha relevância por que é muito mais danoso nesta ética o desaparecimento de um ecossistema do que de uma pessoa. A natureza é supervalorizada nesta concepção em que alcança as fronteiras do espaço, sendo todo o universo alvo de estatuto ético. Para tanto, Costa afirma que o ecocentrismo

propõe o valor intrínseco de um sistema natural, e não do ser humano. Isso implica em interromper quase a totalidade de nossas atividades, como a agricultura (que pode ameaçar a integridade do ecossistema) ou até mesmo extinguir ou diminuir drasticamente a presença de humanos na terra, uma vez que temos práticas abusivas ao ambiente (COSTA, 2007, p. 168).

No âmbito social, o indivíduo não tem mais o controle sobre os efeitos intencionais e colaterais de modo global⁴⁵ bem como as ações locais e isso é tão mais verdadeira quanto mais complexa é a sociedade (Improbidade administrativa – de quem

havido tremendas discussões e pesquisas a respeito da eficácia do DDT, e, mesmo assim, ainda é muito difícil chegarmos a uma resposta clara. Deverá o produto ser banido em toda a parte? Existe uma violenta discordância entre os cientistas e os administradores dos órgãos de assistência e desenvolvimento para chegarem a uma conclusão sobre se o DDT realmente é prejudicial para as pessoas e se impede ou não a fotossíntese, que é o mais importante e vital processo natural de que o mundo depende para conseguir oxigênio” (1974, p. 221).

⁴⁴ Em uma crítica a ética ecocêntrica, a qual diz que apenas as espécies contam, podendo-se exterminar a vida de todo indivíduo animal, quando incomoda ou atrapalha a vida de alguma espécie, não parece a Taylor uma proposta sensata, razoável e ética, pois a vida dos indivíduos importa, para eles, ainda que sua existência implique uma série de problemas para os que os cercam.

⁴⁵ Global é um termo extraído de Milton Santos, ao escrever que toda a “[...] ordem global busca impor, a todos os lugares, uma única racionalidade. E os lugares respondem ao Mundo segundo os diversos modos de sua própria racionalidade. A ordem global serve-se de uma população esparsa de objetos regidos por essa lei única que os constitui em sistema. A ordem local é associada a uma população contígua de objetos, reunidos pelo território e como território, regidos pela interação” (SANTOS, 2002, p. 338).

é a culpa? do mau político? do eleitor?). Como a ética tradicional nos imputou consequências mais sérias, Bellino⁴⁶ adverte que:

o universo da ética tradicional era, portanto, constituído pelos homens contemporâneos e limitado pelo arco previsível de suas vidas. O agir ético se realizava no âmbito da proximidade e da urgência. O alcance, os objetivos e as consequências da ação, determinados pela tecnologia, são tão novos que a ética precedente, a juízo de Jonas, não está mais em condições de abraçá-la. Toda a biosfera do planeta tornou-se um novo objeto da responsabilidade humana. Nenhuma ética precedente levava em conta a condição global da vida humana e do futuro da próxima geração (BELLINO, 1997, p. 61).

Hans Jonas⁴⁷ adverte que antigamente, os bosques rodeavam as cidades onde o homem interagiu com a natureza harmonicamente, hoje em dia a situação vive seu caráter inverso, pois a natureza fica concentrada nos bosques situados no meio da praça pública, rodeados de civilização e tecnologia. O homem é objeto de sua própria tecnologia, logo tem o dever moral de proteger a natureza e esse dever aumenta na medida em que se sabe que podemos destruir a própria vida. Por isso, Bellino crê que “[...] a nossa capacidade de agir está nos empurrando para além dos confins de todos os sistemas éticos precedentes” (1997, p. 62).

Na ética de Jonas (2004) somente uma ética pautada na ação pode evitar os efeitos degradantes do ambiente causado pelo homem, resgatando o bem dele mesmo, para ele mesmo. Na ética do agir, o homem é o único ser conhecido que tem responsabilidade, logo só o homem pode escolher consciente e deliberadamente entre alternativas de ação ou a falta delas para salvar a si próprio nos dias atuais, às gerações futuras e ao próprio planeta.

⁴⁶ Em sua obra “Os fundamentos da bioética”, Bellino explicita os fundamentos éticos, ontológicos e epistemológicos da bioética. Ele procura fundamentá-la inspirado na estratégia de refutação (inspirado em Karl Popper) e no modelo dialético. A refutação se bem colocada possibilita a fundamentação de qualquer tese a partir de sua própria negação. Assim, “[...] buscar os fundamentos da bioética significa procurar os pressupostos de categoria, as condições constitutivas, as anteriores condições não só da validade do discurso bioético, mas também da sensatez e da própria existência dos problemas bioéticos” (BELLINO, 1997, p. 28). Por isso, é tarefa da bioética desmascarar tanto o que se diz quanto o que se nega dos princípios fundamentais da ética, objetivando desta forma explicitar o que se vela por traz desta, fazendo aflorar reflexivamente o que ainda não é objeto de reflexão.

⁴⁷ Nascido na Alemanha em 1903. Foi aluno de Husserl, Heidegger e Bultmann. Ele propõe uma nova ética, que é a ética da responsabilidade. Para aprofundar a questão consultar os livros: “O princípio responsabilidade” e “O princípio vida: fundamentos para uma biologia filosófica”. Para Jonas, a mudança do agir humano carece de uma ética, desse modo “[...] defende a tese de que com a ampliação das exigências e dos limites do agir é preciso uma ética da responsabilidade que seja compatível com tais limites e exigências” (COSTA JR. 2008, p. 26).

Esta nova ética proposta por Hans Jonas é um compromisso pessoal antes de tudo com o que se acredita correto com o próximo e com o planeta. Esta envolve a noção de que somos todos responsáveis pelo nosso crescimento pessoal (cultura e educação) e, responsáveis por perceber o outro em nossa conduta cotidiana. Ao mesmo tempo, o imperativo ético Kantiano “[...] aja de modo que tu também possas querer que tua máxima se torne lei geral” (KANT, 1984, p. 129), exorta precursoramente uma ética de ação, caminho este constatado por Jonas que propõe um novo imperativo, “[...] haja de modo a que os efeitos da tua ação sejam compatíveis com a permanência de uma autêntica vida humana sobre a Terra” (1994, p. 47).

Com efeito, Jonas (1994) entende que a ética deve ser resultado de uma construção coletiva, que estabelece o que é considerado aceitável nas relações entre o ser humano e seus contemporâneos, na preservação de sua história e na interação com as futuras gerações. Isto envolve de forma sistemática, uma preocupação com o futuro, garantindo-se que não estragaremos as condições de vida das gerações que virão depois de nós.

Ao contrário de Jonas, Bellino não pressupõe a existência de uma nova ética, mas antes acredita que esta ética “[...] é a mesma velha ética aplicada a um particular setor de problemas” (1997, p.64), por conseguinte defende seu ponto de vista ao afirmar que “[...] as éticas aplicadas sem ética geral são aplicações de nada e, portanto, não são nem mesmo éticas” (BELLINO, 1997, p. 65).

Entretanto, apesar de ser um produto de evolução coletiva, como quer Jonas, a ética não pode prescindir de ser uma escolha individual guiada pela razão de cada um, como queria Kant. Logo, as decisões que afetam a vida no planeta não podem nem devem ser tomadas unilateralmente por uma empresa ou governo, mas desde já, por todos nós em regime de corresponsabilidades.

A ação antropocêntrica causou efeitos muitas vezes mortais e destrutivos que os naturais, o que levou pesquisadores, ambientalistas e pensadores das diversas correntes a desviarem sua atenção para a retomada de uma nova atitude ética frente a tudo que estava ocorrendo, ou seja, a emergência de uma real ética ambiental, como aponta Leff que “[...] a ética ambiental rompe, assim, os esquemas de racionalidades fundados na verdade objetiva e abre perspectivas de uma nova racionalidade na qual a vida possa se reencontrar com o pensamento e a razão amalgamar-se com o sentido da existência” (2006, p. 271), inclusive em situações em que a luta pela sobrevivência é condição essencial para os assentados em áreas de reforma agrária. Mas, que em razões precípuas

buscam extrair elementos da natureza para seu sustento e que com o reconhecimento da importância da natureza para sua vida faz movimentos de (re) construção do ambiente natural.

2.1 - Pressupostos filosóficos e práticos da ética em assentamentos

O modo como o homem explica o seu agir no planeta implica na compreensão das suas ações frente à natureza (ambiente) por meio da adoção de um modelo antropocêntrico, isto é, voltado apenas para a espécie humana. Há de se considerar que a tecnologia se bem usada é uma importante aliada do homem uma vez que melhora a vida de milhões de pessoas em todo lugar ao fazer uso desta para curar câncer, por exemplo. Porém, o descontrole do imperialismo econômico relega a maioria da população mundial à extrema pobreza e degradação ambiental.

A contemporaneidade está diante de um grande dilema, uma vez que, simultaneamente ao conforto provocado pelas tecnologias presentes na vida dos homens, quer seja no campo ou na cidade, há o desconforto advindo das imprevisíveis e perigosas consequências desta para o ambiente e para todo o seu ecossistema⁴⁸. Branco, ao tratar dos aspectos gerais sobre o ecossistema conclui que esse “[...] evolui como um todo, em função das alterações físicas ambientais, mediante um processo de coordenação intrínseco ou imanente que poderíamos ser tentados a interpretar como um princípio vital” (1999, p. 95) para que se obtenha uma homeostase. Branco, o define como sendo um:

princípio de manutenção do equilíbrio ou da estabilidade geral do sistema em face das tendências de modificações provocadas por fatores externos eventuais. Esse equilíbrio não é ‘o mesmo’ durante todo o tempo. Ele pode alterar-se no tempo muitas vezes de maneira cíclica, como no caso de alterações *nictemerais* (dia e noite), sazonais (ao longo de um ano) ou ao longo de muitos anos ou mesmo de forma não cíclica (que se confunde com ciclos de muito longa duração). De

⁴⁸ Para Jamieson, o “[...] conceito de ecossistema é recente, aparecendo primeiro explicitamente na obra do botânico inglês *sir* Artur Tansley, em 1935. Foi apenas nos anos de 1940, pouco antes da época em que Leopoldo escreveu que começou a figurar proeminentemente no pensamento científico. Infelizmente para os propósitos de forjar a ética ambiental” (2010, p. 233). Um ecossistema “[...] é qualquer unidade que inclui todos os organismos (a comunidade biótica) em cada área interagindo com o ambiente físico ocorrendo um fluxo de energia entre as estruturas bióticas claramente definidas e a ciclagem de materiais entre compostos vivos e não vivos. Portanto, um ecossistema é mais que uma unidade geográfica é uma unidade do sistema funcional com entradas e saídas que podem ser tanto naturais como arbitrárias (ODUM; BARRET, 2007, p. 18).

qualquer maneira, são necessárias contínuas adaptações dos elementos vivos componentes do sistema e de suas interconexões, ajustando-os a novas situações, o que, por sua vez, implica a existência de um eficiente sistema de informações (BRANCO, 1999, p. 95).

Segundo Meneguín “[...] a degradação ambiental, em especial nas florestas brasileiras, pode ter acontecido devido, em parte, a um arcabouço institucional, principalmente leis e tribunais, que não souberam definir claramente os direitos de propriedade” (2011, p. 146) ainda que seja com a prerrogativa do desenvolvimento. Como exemplo: o transporte ferroviário utilizado para o escoamento de produtos, pois foram feitas sem o consentimento da população; a abertura de estradas de ferro e estradas rodoviárias para o deslocamento de recursos materiais como a construção da transamazônica em áreas florestais da Amazônia, além de outras que foram sendo autorizadas para fins do tão propalado “progresso”⁴⁹. Fatos que alteram sobremaneira o ambiente.

Nesta perspectiva faz-se necessário uma reflexão mais aprofundada da questão ética, em especial a do “Respeito” para que os sujeitos em formação possam mediante uma autoconsciência ambiental contemplar de igual modo as outras formas de vida, sejam elas *sencientes*, biológicas ou sistêmicas, pois a natureza depende de todos não por que estamos nela em sentido ontológico, mas por que somos ela, ou seja, *humanitas nature*. Aspectos gerais expostos pelos os assentados quanto ao respeito ao ambiente e princípios éticos são retratados nas seguintes expressões:

Reconhecer que somos humanos e somos falhos, respeito às diferenças é buscar entender o outro com seus defeitos e qualidades e respeitar sempre o outro sem nenhuma restrição. Respeito ao próximo, seus costumes dentro da comunidade onde vivo procurando não poluir, desmatar, descartando resíduos e fazendo o reflorestamento nas áreas degradadas (ASS 35).

Respeito, conduta, atenção e amor, são estes uma pequenina parcela da lista de princípios que melhoram nossa convivência com o outro

⁴⁹ Robert Nisbet, um dos contemporâneos radical da ideia de progresso afirma ser esse conceito positivo que influenciou civilizações e o ser humano é movido por essa ideia a qual teria avançado “[...] desde uma condição nativa de primitivismo, barbarismo e até inutilidade... e continuará avançado para um futuro previsível” (1980, p. 4-5). Já o avanço da produção do conhecimento, na concepção de Nisbet é considerado como uma passagem de um estágio inferior para um superior. Esse entendimento para Dupas está sujeito a duas concepções quando pensado sob a ideia de progresso: de acúmulo de conhecimento científico e tecnológico e de ‘melhorias morais e espirituais’ para que o homem seja ‘mais feliz, tranquilo e sereno’ (2006, p. 31).

bem como a natureza de modo a reconhecer que somos humanos e somos falhos (ASS 28).

Respeito e compromisso. Acho que esses princípios sustentam uma base fundamental na relação do homem enquanto natureza e dele com o meio ambiente. O respeito e conhecimento das limitações e diferenças; a humildade e simplicidade de reconhecer os meus erros e procurar corrigir, sempre buscando melhorar a convivência no mundo (ASS 42)

Se pensarmos um pouco e voltarmos para o início de tudo vão perceber que o homem sempre viveu da natureza e dos seus frutos. Mas, com a modernização o homem parece que se esqueceu disso. Devemos resgatar isso, preservando o nosso meio ambiente, pois tudo que é nosso vem da natureza (ASS 31)

Os depoimentos assinalam para uma perspectiva sistêmica enquanto aspecto metodológico em que a análise do espaço é considerada como um sistema em sua totalidade, regulando o funcionamento das partes em toda a sua complexidade. Rodriguez e Silva afirma que “[...] o enfoque sistêmico desempenha significativo papel na descoberta e construção do mundo multidimensional e de níveis múltiplos da realidade em um sistema de conhecimento, muito necessário e produtivo” (2010, p. 101) tal qual se apresenta os espaços de assentamentos de modo complexos.

Assim, as teorias éticas⁵⁰ se desenvolvem em diferentes sociedades como resposta aos problemas resultantes das relações entre os homens. Nessa teia de complexidade no qual os assentados estão inseridos se faz necessário (re) pensar uma ética que respeite o próximo e toda forma de vida, inclusive a própria natureza. Com essa perspectiva, as discussões sobre um novo *ethos* “[...] funda-se na contemplação do dever-ser” (ARAÚJO, 2004, p. 157) por que o ser humano é um ser de relações e que, portanto, carece do respeito para viver entre seus pares.

Neste aspecto, o MST apresenta uma concepção de ecologia de caráter social do qual se podem extrair elementos essenciais para a sua sobrevivência, destacando-se aquelas vividas dentro dos espaços de assentamentos direcionando para que os assentados possam:

⁵⁰ Jonas afirma que todas as éticas havidas até agora partilham das seguintes características, a saber: 1 - a atuação sobre os objetos não humanos não constituía um âmbito de relevância ética. 2 - o que tinha relevância ética era o trato direto do homem com o homem, incluindo o trato consigo mesmo; toda ética tradicional é antropocêntrica. 3 - para a ação nessa esfera, a entidade ‘homem’ e sua condição fundamental eram vistas como constantes em sua essência e não como objeto de uma *techne* (arte) transformadora. 4 - o bem e o mal da ação residiam nas proximidades do ato, ou na práxis mesma, ou no alcance imediato; não eram assuntos de uma planificação distante (2006, p. 29).

Evitar monocultura e o uso de agrotóxicos; preservar a mata existente e reflorestar novas áreas; cuidar das nascentes dos rios, açudes e lagos; embelezar os assentamentos e comunidades, plantando flores, ervas medicinais, hortaliças e árvores; tratar adequadamente o lixo e combater qualquer prática de contaminação e agressão ao meio ambiente; amar e preservar a terra e os seres da natureza; aperfeiçoar nossos conhecimentos sobre a natureza e a agricultura; produzir alimentos para eliminar a fome da humanidade; lutar contra a privatização da água; praticar a solidariedade e rebelar-se contra qualquer injustiça, agressão e exploração, praticada contra a pessoa, a comunidade ou a natureza (MOSISSAWA, 2001, p. 238).

Esses princípios são norteadores para se consolidar numa ética que imponha respeito porque “[...] os problemas ambientais que encontramos nos assentamentos são os mais diversos e refletem na prática agrícola predominante em cada região [...] o processo de recuperação ambiental das áreas é muito lento e caro. E às vezes o próprio assentado desanima” (STÉDILE *apud* GALVÃO, 2006, p. 181). Pois,

o alto grau de degradação ambiental da maioria das terras conquistadas, muitas delas localizadas em regiões até então inóspitas, muitas das soluções ecologicamente corretas propostas não terão efeito visível imediato, enfraquecendo a crença, especialmente dos jovens, no próprio Ambientalismo (KULESZA, 2008, p. 309).

Na prática, os assentados tentam “conviver” com tamanha diversidade respeitando princípios acima descritos como também as determinações legais do INCRA para fins de consolidação do assentamento. Em termos gerais os assentados precisam saber lidar com essa complexidade e singularidade, diferenciando-se numa lógica do agir e diálogo constante com os todos, de modo a interpretar e ponderar uma ética da práxis, ou seja, prática, como analisa Singer

Poderíamos pensar que, enquanto nos limitamos às coisas vivas, a resposta não será difícil de encontrar. Sabemos o que é bom ou mau para as plantas no nosso jardim: água, luz do sol e composto orgânico são coisas boas; extremos de frio ou calor são nocivos. O mesmo se aplica às plantas de qualquer floresta ou região inculta; portanto, por que não ver o seu florescimento como bom em si, independentemente de sua utilidade para as criaturas sencientes? (SINGER, 2002, p. 293).

Assim, a ação-reflexão sobre sua prática se faz necessária porque é promotora de inovação ao pensar alternativa para atuar nesse contexto. Há de se pensar nas questões mais problemáticas das atitudes em relação à ação, motivando-os a encontrarem uma atitude ética de modo consciente. Pois, ao refletirem as dimensões da vida em sociedade, pensar as dimensões técnicas, econômicas, sociais, ambientais e humanas,

como afirmou Freire ao destacar que a “[...] humanização⁵¹ não podem ocorrer a não ser na história mesma dos homens, dentro das estruturas sociais que os homens criam” (2001, p. 115).

Pois, para alcançar “[...] a meta da humanização, que não se consegue sem o desaparecimento da opressão desumanizantes, é imprescindível a superação das ‘situações-limites’ (FREIRE, 1975, p. 111) e assim romper as fronteiras com uma ética do respeito implícita no Ser assentado que respeita a natureza enquanto um lugar de vida, ou seja, determinam as táticas a serem usadas dentro do assentamento. Assim se expressam os assentados, quando se trata da ética do respeito

Ética é para mim o respeito ao próximo, a partir do momento que eu respeito o próximo ele também me respeita, ou seja, é agir profissionalmente. Ser ético é fazer ao outro o que gostaria que fizessem comigo, é respeito. Assim, o respeito faz com que pensemos nossas atitudes, pensando também no outro, na natureza e na vida (ASS 07).

A ética tem o sentido de fazer com que o ser humano conheça seu espaço e respeite o espaço do outro. Criando assim uma harmonia entre si. É um dos valores que procuro manter sempre, pois, considero-a como sinônimo de respeito ao próximo e aos princípios que devo seguir como ser humano íntegro e responsável pelos meus atos. Ética para mim é fundamental, pois as pessoas sem ética são pessoas sem caráter e sem moral (ASS 15).

Contudo, o mundo contemporâneo impulsiona a mudança paradigmática⁵² quanto aos modelos propostos no mercado consumidor, sugerindo que todos possam olhar adiante para refletir sobre os desafios significativos de modo a questionar, ou melhor, problematizar continuamente as ações que melhor se engajem à realidade, numa

⁵¹ Em Freire, “[...] este compromisso com a humanização do homem, que implica uma responsabilidade histórica, não pode realizar-se através do palavratório, nem de nenhuma outra forma de fuga do mundo, da realidade concretos. O compromisso, próprio da existência humana, só existe no engajamento com a realidade, de cujas ‘aguas’ os homens verdadeiramente comprometidos ficam ‘molhados’, ensopados” (1985, p. 18-19).

⁵² Kuhn adverte em seu livro *A estrutura das revoluções científicas* que para o “[...] o historiador da ciência que examina as pesquisas do passado a partir da perspectiva da historiografia contemporânea pode sentir-se tentado a proclamar que, quando mudam os paradigmas, mudam com eles o próprio mundo. Guiados por um novo paradigma, os cientistas adotam novos instrumentos e orientam seu olhar em novas direções” (2009, p. 147). E ainda afirma que não ter dúvidas em relação ao uso dos paradigmas porque “[...] um dado paradigma permite tornar-se uma contribuição duradoura para o corpo do conhecimento científico e técnico, mas os paradigmas eles próprios são com frequência postos de lado e substituídos por outros bastantes incompatíveis com eles. Não podemos recorrer a noções como ‘verdades’ ou ‘validade’ a propósitos dos paradigmas na tentativa de compreender a especial eficácia da investigação” (1974, p. 67).

dimensão socioambiental em que se evidencia uma discussão ética, cujos valores humanos estejam numa relação direta com a natureza.

Para Freire, toda ação e reflexão são “co-intencionados à realidade” em que os sujeitos (assentados) “[...] são sujeitos no ato, não só de desvelá-la e assim, criticamente conhecê-la, mas também no de re-criar este conhecimento” (1975, p. 61) em seu próprio benefício com base no seu engajamento no assentamento. Dessa forma, “[...] a realidade, tal como ela é sentida, não corresponde à realidade objetivamente vivida” (FREIRE, 1980, p. 87) mas, aquela que lhe convém para sobreviver com dignidade e assim encontrar mecanismos para a sua sustentabilidade ambiental.

Esta ética que objetiva uma interação comum entre os seres deve aparecer como opção viável nos assentamentos mediados por uma prática ambiental voltada para os anseios dos assentados que requerem um conhecimento crítico-reflexivo, os quais assimilam a compreensão da (in)dissociabilidade teoria-prática e autoconsciência da responsabilidade social para com a formação humana. Compete, portanto, aos cidadãos a responsabilidade de cuidar para que a ciência em sua produção de novas tecnologias não degrade o ambiente em que vivemos, bem como cabe à ética ambiental expandir esta responsabilidade ao homem, como por exemplo, ao trocar de celulares em virtude da potencialidade de seus aplicativos; dos computadores facilitadores de programas para viabilizar a vida das pessoas; televisões de alta resolução para o entretenimento dos usuários entre outros, dando-se a cada caso o descarte correto do resíduo eletrônico.

Não obstante, formidáveis debates sobre as questões ambientais encontram-se presentes em conferências, seminários e encontros especiais sobre a temática as quais objetivam a qualidade de vida dos sujeitos, uma vez que são oriundos de uma era de incertezas e de medo que põem em risco não somente a existência humana como também o planeta em que vivemos.

Diante dessa conjuntura, a Ética do respeito à vida se articulada às questões socioambientais, porque exige dos sujeitos uma postura de ação recíproca com responsabilidade não só para com os seres humanos, os animais, mas com toda forma de vida existente. Tal proposta comparece na obra de Albert Schweitzer, a qual será aprofundada no capítulo a seguir.

Água e flores virgem! Quem pode reproduzir a impressão que elas causam? Julgaríeis estar sonhando! Quadros fantásticos de paisagens antediluvianas, vistos não se sabe onde, tornam-se vivos. Não podeis dizer onde termina o rio, onde começa a terra. Poderosa teia de raízes cobertas de lianas emaranhadas projeta-se dentro da água. Touceiras de palmeiras, entremeadas de altos madeiros, que ostentam ramos verdes e folhas enormes; árvores solitárias que se alteiam como torres; largos trechos cobertos de tufos de papiros mais altos do que um homem, com grandes folhas em forma de leques... Entre a luxuriante folhagem, troncos apodrecidos de gigantes mortos erguem-se para o céu... (SCHWEITZER, in HAGEDORN, 1975, p. 13)

CAPITULO 3 – A ÉTICA DO RESPEITO E A SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL EM RELAÇÃO À SOCIOBIODIVERSIDADE

“[...] A essência da civilização reside no fato de que o respeito à vida, que luta pelo estabelecimento de nosso desejo de viver, se imponha cada vez mais nos indivíduos e na humanidade” (SCHWEITZER, 2013, p. 304)

Refletir sobre a ética do respeito e sua relação dentro dos assentamentos de reforma agrária, como sendo um lugar de vida e lutas conquistadas pelos envolvidos nas organizações que buscam minimizar as desigualdades, a exemplo dos Sem-Terra, nos leva a recorrer à formulação da ética de um grande humanista Albert Schweitzer⁵³ ao afirmar que “[...] *veneratio vitae*, é o resultado mais imediato e também mais profundo do meu desejo de viver” (1953, p. 19).

Em sua visão toda a vida é moralmente considerada para se resolver o problema ético. Uma vez que “[...] valorizo a minha vida tanto, como todo o desejo de viver que eu encontrar em torno de mim; em consequência disso, não cesso de agir; em consequência disso, crio valores” (SCHWITZER, 1953, p. 19).

Albert Schweitzer foi um extraordinário médico⁵⁴, organista, missionário, teólogo humanitário e filósofo. Em seu livro de 1923, *Filosofia da Civilização*, escreveu que “[...] a verdadeira filosofia deve começar do fato de consciência mais imediato e abrangente: ‘eu sou vida que quer viver, no meio da vida que quer viver’, afirma Schweitzer” (JAMIESON, 2010, p. 226).

Para Schweitzer as concepções éticas continham fragmentos do princípio da moral, o qual designa como sendo o respeito à vida: “[...] esse respeito inspira-me o

⁵³ Schweitzer dedicou-se a lutar em prol da reverência pela vida. Em 1952, ganhou o Prêmio Nobel da Paz. Com os trinta e três mil dólares que recebeu, começou um leprosário em Lambaréné, onde viveu o resto de sua vida. Mesmo em idade já avançada, ele foi um forte oponente das armas atômicas.

⁵⁴ Hagedorn escreveu sua trajetória na época comemorativa do centenário do nascimento de Schweitzer reafirmando sua formação de médica em que “[...] durante seis anos prosseguiu seus estudos científicos e médicos, aprendendo os rudimentos da teoria médica, e descobrindo, com deleite, a extrema semelhança entre o zelo pela pesquisa científica e a paixão da expressão da arte. Seu segundo período de estudante foi um tempo de fadiga sempre crescente, e por fim desesperada. Nem assim quis abandonar seus trabalhos na paróquia, nem suas conferências” (1975, p. 80). Daí surgem a grandiosidade de um teórico humanitária que se ocupa vivamente na reflexão homem-natureza frente ao seu tempo.

princípio fundamental da moralidade, segundo o qual o Bem consiste em preservar, fomentar, intensificar a vida, e o Mal, em destruí-la, prejudica-la, diminuí-la” (1953, p. 19). Enfatizando ainda que a “[...] a compaixão, amor e todos os elementos valiosos da natureza entusiástica estão contidos” (2013, p. 287) no respeito à vida.

Segundo Xavier (2007) Schweitzer sentia apreensões e desconfianças quanto à convicção generalizada de que a humanidade estivesse em constante avanço do bom para o melhor e do melhor para o ótimo. Percebia uma estranha fadiga intelectual e espiritual entre os homens que dirigiam os negócios do mundo. No lugar da justiça que fora proclamada no século XVIII, via apenas certa esperteza, no século XIX. E ainda se sentiu encorajado ao encontrar um caminho ético que, numa geração intoxicada pelo êxito material e pelas conquistas científicas, e lograda ao caráter automático do progresso e sua inevitabilidade, voltasse suas atenções ao que julgava ser essencial, a vida sob todos os aspectos. Ele pensava na sua resolução, pensava na África e pensava nos seus recursos. Pensava que não era suficiente falar da religião do amor, porém era forçoso praticá-la.

3.1 - Albert Schweitzer e a reverência pela vida

Como possibilidade de resgatar suas ideias, sua própria sensibilidade, ao descrever mensagem evangélica extensiva a todas as criaturas com bases filosóficas, levaram Schweitzer à elaboração da ética do respeito pela vida. Acreditava que da consciência não se pode subtrair uma ética do amor e do respeito por toda e qualquer vida “[...] faz com que cuidemos em que cada um de nós se conserve alerta nessa atitude de simpatia, e em que todos nós tenhamos a coragem para nortear as nossas palavras e os nossos atos pela responsabilidade tal como a sintamos” (SCHWEITZER, 1953, p. 266).

Para tanto pronunciava que é necessário que a filosofia abandone a antiga ética de limites estreitamente humanos e reconheça o valor de uma ética global, ampliada para além do humano. Ele próprio se considerava vida que deseja vida, no meio da vida que quer viver. Por isso aceitava, como bom, o preservar a vida, o promover a vida e o elevar a vida ao mais alto valor que é capaz, considerando por sua vez como mau, a destruição da mesma. Acreditava que em alguns casos, sem dúvida, o homem precisaria destruir a vida (XAVIER, 2007). Para tanto, justifica Schweitzer de que “[...] o respeito à vida, porém, sendo um fator sempre presente no pensamento, penetra a cada instante e

de todos os lados as observações, os raciocínios, as decisões do homem” (1953, p. 263) ao entender os danos de ocorrerá à água se esta for contaminada com fertilizantes, ou seja, compreender que os danos foram de sua ação. Recorro a um exemplo exposto por ele:

O camponês, muito embora tenha ceifado milhares de flores no seu campo, para alimentar o gado, deve, quando regressar à sua casa, evitar de decapitar por mera brincadeira uma flor à beira da estrada, uma vez que com isso cometeria um crime contra a vida, sem que a necessidade o coagisse a fazê-lo (SCHWEITZER, 1953, p. 265).

Assim, para Schweitzer, o homem só deve extrair algo se for essencial para a sua vida e que, portanto, não comete nenhum crime contra a natureza. Xavier (2007) ao projetar o mundo a Ética do respeito de Schweitzer almejava estabelecer um ideal que reconciliasse a uma exigência ética absoluta toda e qualquer forma de vida, nela incluída, contida e contendo por sua vez, a natureza, enquanto possibilidade de ação do ser humano atual e das gerações futuras.

Para Schweitzer, o grande problema existente em todas as éticas até os seus dias, era o fato das mesmas se preocuparem única e exclusivamente com as relações entre os seres humanos. Logo, a ética das relações entre os homens não deveria ser considerada com algo à parte por si mesma.

A ética do respeito leva em conta vários fatores: segrega um método que pode parecer lento, mas que é eficaz, pois mudanças radicais do comportamento dos seres humanos requer um trabalho intermitente e sem negligenciar as ações espontâneas; sublinhar a importância dos movimentos reflexos, estratégicos, que se preocupam com o essencial, assim como com o resultado no longo prazo (XAVIER, 2007).

Então, de acordo com Schweitzer, a ética da reverência pela vida é a ética do amor ampliado até a universalidade. Isto é, onde há vida deve haver uma reverência pela vida, demonstrada pelo amor, a qual é referenciada pela vida humana, em primeiro lugar; a vida animal ou vegetal seja ela senciente ou não. Pois, “[...] pratico a autoconservação superior, não só em face de tudo quando cruzar o meu caminho, mas também com referência ao caráter da minha relação ao mundo” (SCHWEITZER, 1953, p. 260).

Para Costa Jr, o que há de simbólico nos postulados de Albert Schweitzer é a proposição de um “[...] ideal ético conjugando uma relação entre a razão e a importância

do sentimento, sugerindo-nos que uma ruptura entre essas esferas é uma arbitrariedade” (2008, p. 46), ou seja,

a ética consiste, pois, em eu sentir a obrigação de encarar todo e qualquer desejo de viver com o mesmo respeito que tenho a meu próprio desejo de viver. Com isso obtemos o princípio básico e infalível da Moral. O bem é: conservar e fomentar a vida; o mal: destruí-la e estorvá-la (SCHWEITZER, 1953, p. 255).

Desse modo, a ética “[...] é a responsabilidade infinitamente ampliada, por tudo quanto vive” (SCHWEITZER, 1953, p. 257). Especialmente para os que vivem assentados podendo valorizar o espaço em que vivem, se responsabilizando pelas ações presentes cotidianamente no assentamento e em todo o seu entorno, demonstrando a profundidade do seu sentimento ético.

A ética do respeito “[...] põe todas as suas esperanças na intensificação do nosso senso de responsabilidade” (SCHWEITZER, 1953, p. 267) de modo a se relacionar com o outro. Para Schweitzer, “[...] a ética surgirá quando o indivíduo chegar às últimas conclusões no tocante à afirmação do mundo, que nasce naturalmente com a afirmação da vida no meu desejo de viver, e tentar transformá-la em realidade” (2013, p. 283). Enfim, toda e qualquer mudança ocorrerá quando a autoconsciência estiver presente nos sujeitos, de modo a respeitar a si, ao próximo e as outras formas de vida.

3.2 – A sustentabilidade ambiental em relação à sociobiodiversidade

São propósitos dos assentados a conservação de áreas destinadas à Reserva Legal com base na normatização e no bem-estar de todos no assentamento. Razão pela qual corroboramos com Ferreira (2007) ao afirmar que a sustentabilidade ambiental depende dos mecanismos e instrumentos que possam controlar riscos e danos ambientais tomando como princípios: a precaução⁵⁵ e a prevenção⁵⁶. Convém mencionar que, para ela esses princípios via de regra são difíceis, pois,

⁵⁵ Para Ferreira, o princípio de precaução “[...] pressupõe que o meio ambiente deve ter a seu favor o benefício da dúvida, destina-se, portanto, à limitação de riscos cuja probabilidade de ocorrências, ou mesmo a própria existência, é ainda incerta” (2007, p. 332). Mas, adverte ainda que “[...] a implantação do princípio de precaução não tem por finalidade imobilizar as atividades humanas, mas quando houver ameaça de danos sérios ou irreversíveis, a ausência de absoluta certeza científica não deve ser utilizada como razão para postergar medidas eficazes e economicamente viáveis para prevenir a degradação ambiental e ao mesmo tempo, favorecer ao desenvolvimento” (2007, p. 352).

Tanto a atuação preventiva como a precaucional buscam remédios antecipatórios contra a degradação ambiental. É dizer, ambos os princípios encontram-se permeados pela ideia de que o dano não deve se consumir, restando à reparação ou indenização como recursos últimos a serem utilizados (FERREIRA, 2007, p. 327).

A sustentabilidade ambiental se refere ao espaço físico enquanto processo de crescimento e de vivências dos sujeitos assentados em que procuram “[...] conservar a dotação de recursos naturais incorporadas às atividades produtivas, como à capacidade de sustento dos ecossistemas, isto é, a manutenção do potencial da natureza para absorção e se recompor das agressões antrópicas e dos resíduos” (GUIMARÃES, 2001, p. 56).

Nesta perspectiva, a ética do respeito pode ser desenvolvida como um processo formativo em que os assentados no seu agir⁵⁷ cotidiano incorporem uma ética para com todo o ecossistema do seu entorno, de modo a prevenir danos ou riscos ao ambiente, ou seja, requer “[...] a adoção de novos mecanismos e instrumentos dotados de racionalidade própria e, portanto, distintos daquelas que tipificam o modelo industrial” (FERREIRA, 2007, p. 331-332). Em se tratando dos espaços destinados para a conservação da natureza vejamos segundo os pesquisados, quais as estratégias utilizadas para a sobrevivência de todos no assentamento:

Os espaços que devemos cuidar por lei são cercados ou quase todo. O acesso só permitido para os que moram no assentamento. Não é permitido caçar ou tirar lenha. Mesmo que alguém do assentamento tire alguma coisa pode ser punido com a perda do espaço conquistado (ASS 28⁵⁸).

Nós respeitamos não tirando madeira, nem matando a vida animal que depende de lá. Também devemos respeitar por orientação do movimento e do INCRA. Trabalhamos somente na área que nos foi dada para plantar e colher (ASS 04).

Nós, os assentados já sabemos que não podemos mexer na reserva. Então procuramos falar para os outros que não tirem nada de lá, nem madeira, nem caça, nem pesca, nem devem caminhar por lá para não assustar os animais que vivem lá (ASS 35).

⁵⁶ Segundo Ferreira o princípio da prevenção “[...] consagra o dever jurídico de adotar as medidas necessárias para evitar a consumação de danos – ou minimizar significativamente seus efeitos – cujo risco é passível de previsão” (2007, p. 332).

⁵⁷ Para Ferreira, “[...] a ideia de agir antecipadamente pressupõe que haja conhecimento daquilo que se pretende prevenir, no caso, a concretização de um dano que venha a interferir na sustentabilidade ambiental” (2007, p. 330).

⁵⁸ Para salvaguardar a identidade dos assentados que participaram da pesquisa. Serão utilizadas as siglas ASS 01, 02, 03 e seguintes para designar a participação dos sujeitos.

Os fragmentos acima descritos evidenciam entendimento quanto à utilização de matéria prima existente nas áreas destinadas para Reversa Legal, demonstrando a adoção de estratégias enquanto uma construção formativa, consciência da sua responsabilidade social e da sustentabilidade em conformidade com aspectos da Carta da Terra a qual para Ramos foi

aprovada pelas Nações Unidas em 2002, é uma declaração universal para orientar a humanidade no sentido de uma consciência ambiental e para criar uma ética global generalizada, um código de conduta planetária para as pessoas e nações, rumos a sociedades sustentáveis. Os seus valores e princípios são os seguintes: respeitar e cuidar da comunidade da vida; integridade ecológica; justiça social e econômica; democracia, não-violência e paz (RAMOS, 2015, p. 204).

Com esse propósito os assentados constroem nova visão de mundo com base no processo formativo implementado no assentamento, possibilitando agir individualmente e coletivamente, motivando o cidadão a assumir atitudes críticas para a resolutividade dos problemas ambientais face à realidade concreta.

Compreende-se que a consciência por parte dos assentados da existência de vidas sencientes, biológicas e ecocêntricas é necessária, uma vez que são direitos fundamentais do ser e da natureza que devem ser respeitados, de modo que “[...] as transformações ambientais futuras dependerão da inércia ou da transformação de um conjunto de processos sociais que determinarão as formas de apropriação da natureza e suas transformações tecnológicas mediante a participação social” (LEFF, 2007, p. 111).

Neste sentido, urge que os assentados possam efetivamente ser ativos sobre as questões ambientais como fundamento condicionante ao processo de (re) valorização do ambiente também em assentamentos de modo sustentável, conforme reafirmam em seus depoimentos. Pois, há diversos “[...] pilares do desenvolvimento sustentável, em que os bem-estares social, econômico, ambiental e cultural são inseparáveis, para construir um mundo ecologicamente viável, com maior equidade e coesão social” (RAMOS, 2015, p. 215).

Por esse motivo, a questão da sociobiodiversidade encontra respaldo na construção dessa tese à medida em que incorporamos os aspectos sociais à biodiversidade, em razão de que não podemos perceber separadamente e sim articulados, conectados e imbricados nas ações em que o homem-natureza são únicos no sistema planetário. É necessário prosseguir os esforços formativos para uma cidadania

com responsabilidade social e a aplicabilidade de uma ética do respeito ao homem-natureza, como afirma Schweitzer ao ressaltar que “[...] é importante que a vontade de viver escolha de uma vez por todas livrar-se da compreensão do mundo e exercite a autoconservação para se deixar determinar por aquilo que existe mesmo em seu íntimo” (2013, p. 261).

Para maior esclarecimento em relação à ação pedagógica dos professores, em espaços escolares, os assentados destacaram algumas atividades que são desenvolvidos *in loco* para que os futuros cidadãos (crianças) respeite o ambiente no seu assentamento, conforme fragmentos abaixo:

Sim. Na escola os professores ensinam que não é bom agredir a natureza. Que devemos preservar para todos aproveitarem. Ensinam que não é bom jogar lixo no chão; que não devemos tirar madeira de áreas protegidas. (ASS 42)

Sim. Não é sempre que passam atividades com este tema; mas passam ao longo do ano letivo várias atividades que procuram chamar atenção para os perigos de se degradar o meio ambiente. Passam deveres e atividades de mística para incorporarmos o sentido de ser dentro do assentamento em comunhão com a natureza. (ASS 08)

Tem professores que esclarece sobre a necessidade de separar objetos a serem reciclados, dando exemplo de como aproveitar garrafas, embalagens de vidro, vaso de plástico e restos de alimentos. (ASS 32).

No assentamento, os professores promovem palestras explicando os riscos do uso abusivo de fertilizantes, descartes de objetos nas margens dos rios que passa no assentamento, problemas de saúde e a proliferação de mosquitos causadores de doenças, alerta no uso de remédios e alimentos fora do prazo de validade para o consumo humano e de animais. (ASS 15)

Esses depoimentos são esclarecedores, pois provam que os assentados tomam decisões fazendo uso de sua Ética do Respeito implícita na ação de todos (professores, alunos e familiares) na direção de que possam incorporar “[...] nova mentalidade que busca o equilíbrio ambiental” (ARAÚJO, 2015, p. 227) de modo a diminuir a desigualdade entre os seres que vivem no assentamento. Pois, ao se reportar às normatizações, repasse de informações para os demais assentados sobre as questões ambientais em todos o seu entorno, os assentados enfatizam que:

Acho que devemos ensinar o que aprendemos para as pessoas, para nossos pais e amigos. Aqueles que tem filhos devem ensinar desde cedo a cuidar de nosso planeta, de nosso lugar. Devemos seguir as

regras impostas para podermos viver no assentamento e respeitar a natureza como se fosse uma parte de nós mesmos (ASS 05).

Devemos respeitar as pessoas e agir com o mesmo sentimento pela natureza. É ela que nos dá o que precisamos para sobreviver e nos ajuda no reconhecimento do quanto ela é frágil e pode acabar de uma hora para outra. Respeitar a natureza e agir de modo ético é o mínimo que podemos fazer diante de tudo que já se fez de ruim (ASS 26).

Aqui há uma perspectiva humanista de entender essa ética e que se encontra em consonância ao pensamento de Freire, ao afirmar sobre a necessidade do diálogo constante entre os membros do assentamento para que coletivamente possam resolver os problemas e assim promover a sustentabilidade ambiental localmente. Quando questionados sobre atitudes próprias da ética do respeito:

As pessoas colocam o lixo em local apropriado para o recolhimento pelo caminhão da prefeitura; evitam caçar e desmatar áreas de reserva dentro do assentamento (ASS 22)

Meus pais me disseram que temos obrigação de cuidar do nosso assentamento, de nosso lote, que devemos preservar a área de reserva para deixar para outras gerações. Não jogamos lixo no chão em coisas que possam ser prejudicial a natureza em todos os sentidos (ASS 07)

Nessa perspectiva, a vinculação da sustentabilidade ambiental com a ética do respeito tem uma conotação muito forte de “[...] manutenção da capacidade de carga dos ecossistemas, a capacidade da natureza em absorver e recompor as agressões (GUIMARÃES, 2001, p. 64) sobretudo, quando os assentamentos são espaços de vivências e sobrevivência de uma população que de lá tira seu sustento, criação animais, plantam e colhe alimentos para serem negociados em feiras livres e/ou até mesmo manterem empresas com produtos da monocultura instaladas nos assentamentos com maiores hectares, onde se distribui lotes que servem para a produção local e a comercial, como é o caso de assentamentos localizados nos municípios de Simão Dias e Pinhão.

Os depoimentos extraídos dos participantes são instrumentos importantes para a consolidação da Ética do Respeito ancorados em Albert Schweitzer, por meio do qual fundamenta-se “[...] o próprio homem e sua autoevolução decorrente de sua causalidade íntima” (2013, p. 91), o qual se destaca enquanto ser em evolução, buscando a sustentabilidade da sociobiodiversidade no entorno do assentamento. Com efeito, urge uma gestão em nível local das causas e efeitos dos danos ambientais enquanto mecanismo estratégicos e alternativo.

3.3 – A ética do respeito como alternativa viável na promoção de sustentabilidade ambiental em áreas de assentamentos.

Para iniciar uma discussão acerca dos processos éticos vigentes em áreas de assentamentos, levando em conta que estas são essenciais em virtude de que o pensamento sobre a ética “[...] precisaria se enraizar numa visão de mundo total ou se concretizar em tal visão – ou seja, que a relação com o semelhante e com a sociedade por fim se enraíza numa relação com o mundo – justifica-se de maneira natural” (SCHWEITZER, 2013, p. 105).

Assim, entendemos que os assentados são sujeitos do meio em que vivem, pois, enquanto sujeitos de ações, oportunizam mudanças de atitudes no cotidiano do assentamento, uma vez que foram formados para desenvolverem práticas ambientais em diferentes contextos na sociedade. Neste aspecto, o bom ou mau para o lugar (assentamento): água, luz do sol e composto orgânico, tornando-se recursos naturais para a humanidade, contribuindo com a discussão sobre o meio ambiente, principalmente numa perspectiva ecológica que é essencial para a biodiversidade em virtude da necessidade de se preparar cidadãos autoconscientes de suas atitudes frente ao modo pelo qual sobrevivem no assentamento, conforme salienta o assentado:

estamos rodeados de todas as formas de vida e tivemos orientação para conversar a nossa biodiversidade para não faltar no futuro. Procuramos capturar animais para nossa sobrevivência. Mas, temos convicção de que estamos prejudicando a natureza como um todo. Contudo, só capturamos animais com índice elevado de reprodução (ASS 17)

Igualmente, fomenta-se a ideia de formar cidadãos que tenham atitudes éticas em sua essência e em suas vidas e, sobretudo, agir mediante o respeito ao outro, de modo que possam passar seu conhecimento para as futuras gerações (crianças, adolescentes e jovens que buscam algo melhor para sua formação e para suas vidas), notadamente nos espaços de assentamentos. Sobretudo, “[...] que a vontade a viver escolha de uma vez por todas livrar-se da compreensão do mundo e exercite a autoconservação para deixar determinar por aquilo que existe mesmo no seu íntimo” (SCHWEITZER, 2013, p. 261).

Em nosso trabalho de mestrado a concepção de natureza dos futuros professores dos assentamentos, concludentes do Curso de Pedagogia da Terra, da Universidade

Federal de Sergipe, concluímos que estes possuem uma visão de natureza realçada na visão antropocêntrica, uma vez que a natureza disponibiliza tudo que necessitam para sobreviverem com dignidade, considerando-a como mãe por que dela se “[...] extrai tudo que necessitamos para viver”, revelando uma ideia de natureza utilitária e individualista porque o valor atribuído a ela é do que dela se pode extrair para benefício próprio (ANDRADE, 2011).

Já, os assentados ouvidos nesta pesquisa apresentaram um comprometimento não só com a natureza ao seu redor, mas também com o próximo, pois encontram-se preparados para os enfrentamentos dos problemas socioambientais e compreendem a complexidade no contexto do qual estão inseridos. Conforme adverte Ferreira,

a questão ambiental é fundamental à existência humana, é preciso insistir, já que ela possui uma dimensão territorial implícita. Os recursos estão dispersos pela superfície terrestre, como resultado de processos naturais de milhões de anos, e são apropriados pelos grupos sociais de acordo com sua capacidade de gerar instrumentos técnicos, o que a torna, em si, foco de poder, disputa e conflitos (FERREIRA, 2010, p. 9).

Hoje em dia os problemas sociais, econômicos e ambientais deixaram de ser assunto exclusivo de alguns para se tornar assunto de todos. Assim, há uma grande viabilidade em se formar assentados voltados para a construção de um mundo melhor, em que o “florescimento humano” (LACEY, 2008) seja revigorado em todos no assentamento.

Esse princípio deverá ser mediado pelo desejo de mudança dos assentados que anseiam por conhecimento crítico-reflexivo, compreensão da (in)dissociabilidade teoria prática e autoconsciência da sua responsabilidade social e ecológica⁵⁹ para com a espécie humana. Pois, o homem é responsável pelos seus atos frente à humanidade e as questões ambientais estão presentes também nos assentamentos os quais pesquisamos, conforme anexo 3, crescendo em importância para os assentados em termos de responsabilidade social proposta por Jonas (1994, 2004 e 2006).

A proteção do ambiente da Reserva Legal (RL)⁶⁰ é discutida entre os assentados ampliando substancialmente sua responsabilidade à medida que apreendem os danos

⁵⁹ O conceito de responsabilidade ecológica pressupõe a necessidade de sobrevivência de modo a assegurar produção de alimentos para todos, influenciando diretamente seu entorno.

⁶⁰ Entende-se por área de reserva legal aquelas porções de terras localizadas no interior de uma propriedade ou posse rural, excetuada a de preservação permanente, necessária ao uso sustentável dos

que causam ao ambiente. Essa questão ganha espaço no assentamento quando desenvolve entre os sujeitos uma autoconsciência ecológica em diferentes níveis de aprendizagens.

Em tempo podemos afirmar que nem todos os assentados se encontram conscientizados sobre a importância e a responsabilidade social dos recursos naturais, pois há necessidade de ampliar a formação com a promoção de cursos de formação para os assentados sobre temáticas acerca das políticas ambientais, saúde, uso de fertilizantes, ecologia, agricultura familiar, aquecimento global, ética e outros que são essenciais para se “[...] conceber a visão de sistema [como os ecossistemas que se engendram e formam os ambientes, sejam naturais, artificiais, humanos, emocionais, etc]; a visão de interdependência de fatores, ou seja, de ligação complexa [tecendo juntos] das coisas (PELIZZOLI, 2011, p. 51).

A natureza vem carecendo de ações que devem ser acompanhadas de estratégias e procedimentos adequados para determinado ato, a exemplo de: uso da água dos rios que passam nos assentamentos; uso de fertilizantes; retirada de madeira, reflorestamentos nos mananciais e em todo o entorno dos assentamentos numa abordagem conservacionista e direcionadas para outros olhares, de modo a criar mecanismos de expansão e (re) produção de espécies para a sua sobrevivência, visando romper com velhos paradigmas⁶¹, mudando sua visão sobre os problemas ambientais, aprimorando as formas de produzir e adaptá-las às exigências sociais para uma formação ativa, crítica e ética.

Naturalmente, os seres humanos são “[...] corporificados e ativos no mundo” (TAYLOR, 1982), ao mesmo tempo “[...] em que são sociais e culturais” (LACEY, 2008). São sujeitos de interações intencionais da organização entre os seres. Sobretudo,

recursos naturais, à conservação e reabilitação dos processos ecológicos, à conservação da biodiversidade e ao abrigo e proteção da fauna e flora nativas. Contudo, vale ressaltar a Lei 12.651/2012; a Lei 11.284/2006, que dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável, institui na estrutura do Ministério do Meio Ambiente; o Serviço Florestal Brasileiro – SFB; cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal – FNDF e a Lei 11.428/2006 que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica (ANDRADE, 2011).

⁶¹ Os manuais atuais de física ensinam ao estudante que a luz é composta de fótons, isto é, entidades quântico-mecânicas que exibem algumas características de ondas e outras e partículas. A pesquisa é realizada de acordo com esses ensinamentos, ou melhor, de acordo com as caracterizações matemáticas mais elaboradas a partir das quais é derivada esta verbalização usual. Contudo, essa caracterização da luz tem meio século. Antes de ter sido desenvolvida por Planck, Einstein e outros no começo do século XX, os textos de física ensinavam que a luz era um movimento ondulatório transversal, concepção que em última análise derivava dos escritos ópticos de Young e Fresnel, publicados no início do século XIX. Além disso, a teoria ondulatória não foi a primeira das concepções a ser aceita pelos praticantes da ciência óptica. Durante o século XVIII, o paradigma para esse campo de estudo foi proporcionado pela Óptica de Newton (KUHN, 2009, p. 31).

quando questões ambientais relativas a extração dos produtos da natureza tem origem na necessidade de sobrevivência.

Especialmente, quando o crescimento econômico gera bem-estar a todos nos assentamentos de modo sustentável. Para Pelizzoli, a ideia de sustentável se reporta “[...] ao ecossistema em equilíbrio dinâmico, em sua integridade, assimilando a entropia e elaborando a emergência do caótico, onde se mantém o funcionamento de um sistema com pontos de equilíbrio e reestabilização, e que possuem um limite de alteração e mobilidade/adaptação” (2011, p. 113). Logo, os assentados deverão priorizar sua sobrevivência de modo a que se possa estabelecer parâmetros de uso em todo o entorno do assentamento.

Assim, ao longo dos últimos anos, pode-se afirmar que os recursos naturais são tratados como matéria-prima⁶² para o processo de sobrevivência e, que se encontram principalmente nos assentamentos de reforma agrária, sem que haja um pleno comprometimento com a causa ambiental. Em relação às dimensões propostas por Sachs destacaremos nesse cenário a dimensão ambiental, pois

nosso problema não é retroceder aos modos ancestrais de vida, mas transformar os conhecimentos dos povos dos ecossistemas, decodificado e recodificado pelas etnociências, como um ponto de partida para a invenção de uma moderna civilização de biomassa, posicionada em um ponto completamente diferente da espiral de conhecimento e do progresso da humanidade. O argumento é que tal civilização conseguirá cancelar a enorme dívida social acumulada com o passar dos anos, ao mesmo tempo em que reduzirá a dívida ecológica (SACHS, 2002, p. 31).

O estudo da ética do respeito pode ser efetivado por meio de atividades práticas desenvolvidas pelos assentados. Então, ao tratar dessa temática *in loco*, os assentados destacaram como sendo essencial para conservar a natureza no assentamento.

De antemão o sujeito deve ser consciência de sua ação e como atividade não descartar qualquer tipo de lixo aleatoriamente, não contaminar o solo para não agredir as diversas espécies de árvores, os

⁶² Natureza como sendo *locus* de extração de matéria prima para beneficiar a espécie humana, a exemplo da água, do calcário, do ferro, das folhagens e raízes para a elaboração de formulas farmacêuticas; dos frutos para os cosméticos e outros que são usados para fins de consumo e bem-estar e assim “[...] abrir os olhos ao aquecimento global é promover cidadania planetária, esperança na humanidade, vida às crianças, respeito à vida humana e à humanidade – ou seja, o **humus**, respeito à terra, de onde todos viemos e para onde retornaremos” (PELIZZOLI, 2011, p. 27).

lençóis freáticos, procurar jogar os lixos produzidos em locais apropriados (ASS 13).

Ao produzir lixo ser descartado em local apropriado e fazer a separação desses objetos a fim de poder redistribuir aqueles que podem ser reaproveitados (ASS 41).

Fazer replantio de árvores tem todo o entorno do assentamento, principalmente nos córregos dos rios, riachos, tanques para auxiliar na manutenção do assentamento (ASS 22).

Utilizar meios de transporte menos poluente, como exemplo: bicicletas e outros para se locomover no espaço do assentamento e outro tipo de deslocamento dentro do próprio município (ASS 32).

Esses depoimentos são reveladores de uma ética do respeito à natureza e que se faz necessário a garantia do espaço conservado. Pois, a real vivência dos valores esquecidos por muitos, a exemplo do aproveitamento de resíduos como fertilizantes naturais; a distribuição de grãos no espaço adequado (covas); o corte de plantas no ‘tempo correto’ são valores herdados e replicados no seu cotidiano enquanto processo formativo de ‘geração a geração’. Porquanto, deve ser incorporado gradativamente nas ações de cada um no seu dia-a-dia, motivo pelo qual vai se constituindo e

se corporificando ao processo formativo como algo singular do MST, que no nosso ponto de vista se configura como vontade política; compromisso social; responsabilidade pelo papel que os indivíduos desempenham nas áreas de assentamentos, que se manifesta no indivíduo quando ele consegue compreender os níveis de desigualdades, quando faz a mediação da utilização da mística de forma consciente (SOARES, 2006, p. 80).

Desta forma, a reciprocidade ética do respeito promove uma “[...] formação crítica capaz de fazer aparecer inteligências mais potentes e determinadas a levar adiante a construção histórica de uma humanidade responsável por aquilo que faz de si mesma, dentro da mais ampla condição de liberdade e dignidade de ser” (GALEFFI, 2001, p. 36).

Da mesma maneira, a autoconscientização deve existir em áreas de assentamentos no âmbito da ética do respeito, possibilitando uma reflexão sobre as questões socioambientais, sobretudo quando são responsáveis pelos “atos danosos

causados ao meio ambiente” em relação a áreas de Reserva Legal e Áreas de Preservação Permanente (APP).

As APPs são definidas como áreas cobertas ou não por vegetação nativa, que tem função ambiental conservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora. Assim, Silva adverte que “[...] a necessidade de preservar a vegetação nessas áreas é justamente para que não ocorram erosão e assoreamento dos rios, deslizamentos e inundações que possam afetar a população. Trata-se, portanto, de assegurar o bem-estar das populações e a dinâmica dos ecossistemas” (2010, p. 265). Isso implica em decisões coletivas que imponham limites aos sujeitos que convivem numa dada sociedade tecnológica⁶³. Portanto,

o fortalecimento de códigos de conduta e diretrizes para a comunidade científica e tecnológica contribui decisivamente para a consciência ambiental e o desenvolvimento sustentável. Para que sejam eficazes no processo de tomada de decisões, esses princípios, códigos de conduta e diretrizes, devem, não apenas, ser produto de um acordo interior à comunidade científica e tecnológica, mas também receber o reconhecimento de toda a sociedade (BARTOHOLO JR; BURSZRYN, 2001, p. 183-184).

Em nível social, o homem não possui controle sobre os efeitos colaterais de suas ações. Pois, “[...] toda a biosfera do planeta tornou-se um novo objeto da responsabilidade humana. Nenhuma ética precedente levava em conta a condição global da vida humana e do futuro da próxima geração” (BELLINO, 1997, p. 61).

Em relação aos participantes da pesquisa nos assentamentos, esses relevaram que há espaços para a conservação da natureza, do tipo de Reserva Legal ou Área de Proteção Permanente nos assentamentos, os quais se estabelece a relação homem-natureza nesse ambiente:

Sim, procuramos retirar da natureza apenas o essencial para a nossa vida no assentamento, a exemplo a retirada de madeira para ser usada como lenha nas residências, folhagem para os animais e galhos secos para a feitura de artesanatos para serem revendidos nas feiras livres. (ASS 01)

Sim, tentamos conservar o espaço porque ajuda ao ambiente quanto ao clima, aos recursos hídricos e também como fonte de recursos para

⁶³ Desse modo a tecnologia pode ser definida como “[...] a aplicação de conhecimento científico ou de outro tipo a tarefas práticas por sistemas ordenados que envolvem pessoas e organizações, habilidades produtivas, coisas vivas e máquinas” (DUSEK, 2009, p. 53).

retirada de elementos essenciais para a sobrevivência. Não degradamos porque entendemos ser essencial para a harmonia da natureza (ASS 09).

Claro. Para podermos ocupar a terra o INCRA delimita uma área de conservação que não podemos desmatar sob pena de perder o lote. Há outras áreas também em cada lote que abriga muitas plantas e animaizinhos que são importantes em todo lugar (ASS 17).

Neste aspecto, os assentados realçam que a natureza é a valoração da própria vida, porque se ancora na sua relação com a biodiversidade e na conservação das riquezas da biosfera. Do contrário, as devastações, as mudanças climáticas e o uso indevido de fertilizantes provocam danos irreparáveis sendo necessárias tomadas de “[...] decisões em consonância com o princípio ‘sustentabilidade’, pois, são decisões éticas que contribuem para a manutenção e aperfeiçoamento de sistemas de sustentação da vida” (BARTOHOLO JR; BURSZRYN, 2001, p. 183-184). Ramos enfatiza que na atualidade se faz necessário acompanhar

os desafios ambientais que ameaçam o equilíbrio do planeta, entre os quais: superaquecimento, redução da biodiversidade, poluição do ar e da água, escassez de água potável, riscos químicos e toxicológicos, riscos à produção e distribuição de alimentos, que se tornaram problemas cruciais para a humanidade (RAMOS, 2015, p. 189)

Essas agravantes ambientais decorrem do conhecimento e da ação humana ao longo dos tempos, e que tem ressonância na vida de todos, em especial nos espaços em que se localizam áreas de conservação da biodiversidade. Esse termo, para Santos “[...] designa a diversidade de organismos, genótipos, espécies e ecossistemas, mas também os conhecimentos sobre essa diversidade” (2004, p. 51) que são de pleno conhecimento dos assentados em virtude da sua experiência com a natureza.

Aspectos gerais expostos pelos assentados quanto ao significado de natureza para o contexto do assentamento de reforma agrária é retrato nas seguintes expressões:

Natureza significa vida porque dela temos a origem de tudo e assim pode encontrar as coisas que ajuda na sobrevivência de todos os seres vivos. Onde encontrar céus, mares, montanhas, lagos e rios (ASS 35).

No assentamento, a natureza tem muita importância para todos nós. Pois, dependemos dos rios, dos tanques, da mata, da reserva. Até mesmo para nossos animais que tanto ajudam na lida diária, tem na natureza sua fonte de recursos (ASS 16).

Não daria para o assentamento se sustentar somente com casas de alvenaria e taipa; a natureza é fonte de recursos para todos no assentamento e por isso deve ser conservada, pois é natureza viva e onde vivem muitas espécies de plantas e animais. Devemos todos ao assumir o assentamento fazer um acordo com o INCRA para cuidar do que resta da natureza na área ocupada (ASS 24).

As expressões acima extraídas dos depoimentos dos assentados, no período da pesquisa evidencia que eles têm um entendimento de suas ações ao considerarem os aspectos sociais, legais e culturais, respeitando o ambiente natural. É nesta perspectiva que se insere uma Ética do Respeito voltada à cultura ambiental de consumo sustentável; de uma sociedade mais consciente em que os sujeitos possam resolver seus conflitos por meio do diálogo. Em Freire, “[...] o diálogo se impõe como um caminho pelo qual os homens ganham significado enquanto homens” (1975, p. 93) ou ainda,

O diálogo é uma exigência existencial. E, se ele é o encontro em que se solidariza o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado, não pode reduzir-se a um ato de depositar ideias de um sujeito no outro, nem tampouco tornar-se simples troca de ideias (FREIRE, 1975, p. 93).

Por isso que, somente um juízo de valor pode dirimir e superar as controvérsias entre juízos racionais igualmente legítimos no uso da natureza sem, no entanto, pôr em risco a sua existência. Para Schweitzer, “[...] o homem torna-se uma força ativa e teológica no mundo. Olha confiantemente para novos e melhores tempos, que hão-de raiar para a humanidade, e aprende por experiência que os ideais sustentados e praticados pela massa do povo hão-de vencer as circunstâncias e remodelá-las” (HAGEDORN, 1975, p. 105). Dessa maneira, procuram mecanismos de sobrevivência em assentamentos.

A função da inteligência humana não é só a de raciocinar logicamente, conhecer e criar produtivamente, mas também de orientar sabiamente o comportamento e dar sentido à vida. Estas são funções éticas que enaltecem a razão na medida em que esta olha a natureza como sendo um todo orgânico e indissociável, promovendo assim a dignidade, a identidade e a autonomia das pessoas.

Com a autoconsciência logo se percebe a existência de vidas *sencientes*, biológicas e ecocêntricas, as quais gozam dos mesmos direitos fundamentais e todos não só para existir, mas, sobretudo para serem respeitados. Jonas (2006) propõe para

esse tipo de ação, o conceito de corresponsabilidade como sendo o mais apropriado para lidar com a realidade. Para ele somos responsáveis diretos não só pela situação presente, mas também pelas gerações futuras, pois elas têm igual direito à vida.

A degradação socioambiental, a exemplo da perda de fertilidade do solo, marginalização social, desnutrição e outras mazelas têm sido resultado de práticas inadequadas e que se reveste numa problemática para o futuro, pois “[...] as transformações ambientais futuras dependerão da inércia ou da transformação de um conjunto de processos sociais que determinarão as formas de apropriação da natureza e, suas transformações tecnológicas através da participação social” (LEFF, 2007, p. 111).

Torna-se urgente que as pessoas possam aprender a entender a complexidade da condição humana e de suas relações com a natureza numa direção que impulsiona para uma mudança de paradigmas em que se possa olhar adiante, refletir sobre os desafios e alternativas significativas para a humanidade e para o planeta e assim desenvolver atitudes de uma ética ambiental como sendo “[...] um conjunto de condutas normativas que têm por finalidade a articulação dos homens com a natureza ou natureza e cultura” (SIQUEIRA, *apud* MELO E SOUZA, 2007, p. 31).

Para tanto é preciso problematizar continuamente as ações que melhor se adaptem à realidade nessa contemporaneidade, numa dimensão ética que se evidencia um processo em construção respeitando a natureza e produzindo com sustentabilidade. As soluções adequadas deverão ser estudadas em conjunto, num processo em que participem todos os entes, porque ao conquistarem seu espaço dimensionam as formas para melhor organizar e enfrentar os desafios em níveis das relações sociais e também ambientais.

Assim, podemos ensinar por uma ética que englobe tudo e todos como o homem, a mulher, o menino, o rio, o caminho, o passarinho e a mata, ou seja, uma ética pautada no respeito generalizado, cujo objetivo seja a vida em toda sua extensão, como pensava Albert Schweitzer de que “[...] a ética precisaria se enraizar numa visão de mundo total ou se concretizar em tal visão – ou seja, que a relação com o semelhante e com a sociedade por fim se enraíza numa relação com o mundo – justifica-se de maneira natural” (2013, p. 105).

Complementando, Esquizol destaca que a ética “[...] é fonte de liberdade, se por liberdade entendemos, sobretudo, ser mais consciente da situação em que nós achamos.

Sempre é mais livre quem vê mais do que quem vê o mesmo, o sábio, mais que o ignorante” (2008, p. 138).

Um aspecto essencial para uma mudança de atitude encontra-se na possibilidade de alterar a visão do mundo não como máquina, mas, como um lugar essencial para todo o sistema vivo - ecossistemas. Essa modificação diz respeito à percepção de ambiente, do organismo humano, da sociedade e, portanto, de uma ecologia localizada. Segundo Bateson (1987), um sistema vivo não se sustenta somente com a energia que recebe de fora, mas fundamentalmente pela organização de todo sistema. Prontamente é preciso uma ética pautada no respeito que viabilize uma prática ativa em que a cultura do consumo seja equilibrada para potencializar a realização do seu fim natural.

A busca de alternativas voltadas para uma prática ativa ecologicamente é dever de todos indistintamente, porque promove um cuidado que perpassa pela própria existência, uma vez que estreita sua ligação com as demais espécies, ou seja, a relação homem-natureza.

Neste sentido, a prática ambiental com base na ética do respeito promoverá processos de (re)valorização dos assentamentos e os espaços em todo o seu entorno. Pois, além de ser uma alternativa natural é igualmente formativa/educativa, uma vez que poderá promover a resolução dos problemas ambientais *in locus* e olhar adiante para os desafios significativos que a humanidade deve ter para almejar uma ética do respeito para com o planeta. Pois,

Viver pra ver! É um a expressão coloquial com que se denota certo incômodo diante das surpresas ou das novidades, manifestando, em geral, uma opinião um tanto pessimista e negativa sobre elas. Mas poderia muito bem ser utilizada para significar algo muito diferente: ‘viver para ver’, ou, até melhor: viver vendo, viver percebendo as coisas da vida, viver prestando atenção ao que nos rodeia, aos outros e a nós mesmo. Vida do respeito e respeito pela vida (ESQUIROL, 2008, p. 138).

Sendo assim, os assentados promoverão com base na sua formação uma autoconsciência em que o respeito pelas vidas seja tão essencial para a sustentabilidade ambiental dos assentamentos, considerando seus olhares e suas ações. Pois, a relação homem-natureza na conservação do ambiente em que vivem estão na direção de uma ética sobretudo socioambiental, como advoga Boff ao afirmar que se deve manter

equidistante de duas cristações que sempre quebram o equilíbrio ecológico: o naturalismo e o antropocentrismo. Pelo naturalismo, concebe-se a natureza como um sujeito hipostenizado, em si, com suas leis imutáveis, intocáveis e sagradas, os seres humanos devem se submeter a elas. O antropocentrismo diz o inverso: o ser humano é senhor e Rei da Criação, pode interferir a seu bel-prazer e não deve sentir-se ligado e limitado por nada da natureza (BOFF, 2005, p. 35).

Cabe enfatizar que a relação homem-natureza na atualidade é bastante adequada para as reivindicações atuais das questões socioambientais em assentamentos, conjugada com o pensamento de Schweitzer que trata da ética do respeito para todos os seres da terra e não apenas aos setores da sociedade civil de modo particular. Para ele,

A ética do respeito à vida fornece-nos as armas que devemos empregar contra a pseudo-ética e os ideais falsos. Não teremos, porém, a força necessária para usá-la, se não conservarmos, cada qual na sua vida particular, o espírito humanitário. Somente quando existir grande número de pessoas a promoverem, nos seus pensamentos e atos, a discussão entre o espírito humanitário e a realidade, deixará a humanidade de ser considerada como uma ideia sentimentalista, para tornar-se o que deve ser: um fermento da mentalidade individual e coletiva (SCHWEITZER, 1953, p. 276).

A magnitude dessa reflexão nos faz refletir nosso papel formativo na convicção de que ideais éticos poderão ser apreendidos pelos sujeitos da ação ao tomar decisões com a autoridade que lhes é peculiar – seres pensantes, reflexivos e autoconscientes em que todos os seres humanos em quaisquer espaços que vive é responsável direto por seus atos e as consequências de seus atos deverão ser entendidas com resultantes destes.

A ética consiste no respeito ao desejo de viver em mim e fora de mim. A partir do respeito ao desejo de viver em mim surge primeiro a afirmação profunda da vida em resignação. Concebo meu desejo de viver não apenas como algo que se vive plenamente em acontecimentos felizes, mas ao mesmo tempo como algo que se experimenta a si mesmo. Se não permitir que essas experiências se perca em irreflexão, mas persista em percebê-la como algo valioso, surge em mim o mistério da autoafirmação (SCHWEITZER, 2013, p. 289).

CONCLUSÃO

“A verdadeira sabedoria consiste em nos emocionarmos com o mistério de que tudo ao nosso redor é desejo de viver e em percebemos quanto nos tornamos culpados ao atentar contra a vida” (SCHWEITZER, 2013, p. 299)

A ética é uma característica inerente a toda ação humana e, por esta razão, é um elemento vital na produção da realidade social. Todo homem possui um senso ético, uma espécie de "consciência moral", estando constantemente avaliando e julgando suas ações para saber se são boas ou más, certas ou erradas, justas ou injustas.

Existem sempre comportamentos humanos classificáveis sob a ótica do certo e errado, do bem e do mal. Embora relacionadas com o agir individual, essas classificações sempre têm relação com as matrizes culturais que prevalecem em determinadas sociedades e contextos históricos.

A ética está relacionada à opção, ao desejo de realizar a vida, mantendo com as outras relações justas e aceitáveis. Via de regra está fundamentada nas ideias de bem e virtude, enquanto valores perseguidos por todo ser humano e cujo alcance se traduz numa existência “plena e feliz”. Tendo, portanto, um efeito multiplicador em que as boas ideias de sustentabilidade ambiental poderão influenciar/instigar sobremaneira outras pessoas a se relacionarem com a natureza de modo interligado e com responsabilidade, partilhando a convicção de que a conservação ambiental se constitui numa ética do respeito à vida não só dos humanos como também de outras formas de vida.

A formação dos assentados em todos os contextos (escolas, reuniões, encontros, seminários, igrejas, cooperativas, clubes e outros), além de tecer questões de caráter socioambiental provocam **mudanças de atitudes** entre as pessoas de modo consciente, tornando-os autoconsciente no seu modo de agir corretamente ao buscarem alternativas viáveis para a sustentabilidade ambiental. Eis algumas mudanças essenciais: compreender ambientalmente o consumo de alguns produtos; tomar decisões quanto aos riscos e danos ambientais que poderá causar ao ecossistema; entender os benefícios dos recursos naturais para todos; envolver-se nas mudanças socioeconômicas e em relação ao clima, ao uso da terra e em formar pessoas para

avaliar toda a biodiversidade. Seus benefícios para o ecossistema são frutos do local e do saber agir corretamente no descarte dos resíduos sólidos entre outras ações, que se bem direcionadas e gestadas faz com que todos sejam favorecidos, como uma “teia da vida para todos” viabilizando uma inter-relação homem-natureza.

Ao debruçar sobre as entrevistas dos participantes evidenciou-se uma ética do respeito à vida, como filosofou Schweitzer ao endossar que se faz necessário defender a fortaleza do espaço em que se vive, conciliando as convivências de modo a conservar a natureza para ser um *lugar de vida*. Por isso, as atitudes e o agir simples de trabalhadores que compreendem as vicissitudes da manutenção e sobrevivência em espaços de assentamentos direcionam para uma sustentabilidade ambiental no Estado de Sergipe.

Os assentados evidenciaram que o modo de conviverem em organização, com respeito mútuo nos encontros formativos ajudaram-lhes com o esclarecimento de fatos e acontecimentos que ocorrem no país e no mundo. Como também auxiliam na tomada de decisões quanto ao uso da natureza, estabelecendo uma relação harmoniosa com a mesma, reafirmando ser esta “mãe” provedora dos benefícios essenciais para a vida. Como: a chuva, o sol, os rios, as árvores, frutos e animais para seu bem-estar, sendo respaldados por uma ética do respeito, a qual se encontra implícita no modo de viver.

A ética do respeito é ampliada pela formação da autoconsciência, aperfeiçoando a cada dia a vida do assentado, que (re)significa o modo de organização externa na possibilidade da conservação da sociobiodiversidade; fomentar os anseios de todos intensificando o sentimento de responsabilidade na tomada de decisões, tornando-o solucionáveis os problemas antes prejudiciais e sem alternativas

A ética avança somente quando a humanidade, ou seja, a consideração pela existência e pela felicidade do ser humano prossegue. Onde cessa a humanidade, tem início a pseudo-ética. O dia em que essa fronteira for finalmente reconhecida por todos e marcada de um modo claro para todos, há de ser um dos mais importantes na história da humanidade. Daí em diante, não poderá mais acontecer de tal ética ser considerada verdadeira e iludir ou destruir homens e povos (SCHWEITZER, 2013, p. 299).

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. Políticas ambientais e construção democrática. In: VIANA, Gilney; SILVA, Marina; DENIZ, Nilo (Org). **O desafio da sustentabilidade**: um debate socioambiental no Brasil. São Paulo: Perseu Abramo, 2001.

AGRA FILHO, Severino Soares. Os conflitos ambientais e os instrumentos da política nacional de meio ambiente. In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens (Orgs). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Editora MFMG, 2010.

ANDRADE, Edivânio Santos. Do sentido ético à sobrevivência: a prática ambiental em assentamentos rurais do MST no Estado de Sergipe. (2011) 127 f. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2011.

_____. **O pó e o vento**. Aracaju: Gráfica Triunfo, 2001.

ARAUJO, José Carlos Souza, Docência e ética: da dimensão interativa entre sujeitos ao envolvimento sócio-institucional. In: ROMANOWSKI, Joana Paulin; MARTINS, Pura Lúcia Oliver; JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo (Orgs). **Conhecimento Local e Conhecimento Universal**: pesquisa, didática e ação docente. Vol. 4. Curitiba: Champagnat, 2004

ARAÚJO, Maria Inêz Oliveira (Org). **Conceitos e percursos da educação sob diferentes olhares**. Maceió: EDUFAL, 2015.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Brasil: edições, 70, 1997.

_____. *L'analyse de contenu*. Paris, Presses Universitaires de France, 1977.

BARTHOLO JR, Roberto S.; BURSZRYN, Marcel. **Prudência e utopismo**: ciência e educação para a sustentabilidade. In: BURSZRYN, Marcel (Org) *Ciência, ética e sustentabilidade*. 2. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2001.

BATESON, Gregory. **A Natureza e o Espírito**. Uma unidade necessária. Lisboa: Quixote, 1987.

BELLINO, Francesco. **Fundamentos da bioética**: aspectos antropológicos, ontológicos e morais. Tradução Nelson Souza Canabarro. Bauru, SP: EDUSC, 1997.

BOFF, Leonardo. **Ética da Vida**. Rio de Janeiro: Sextante, 2005.

_____. **Ethos Mundial**. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

BOURG, Dominique. **Os sentimentos da natureza**. Tradução Ana Maria Novais. Lisboa: Instituto Piaget, 1993.

BRANCO, Samuel Murgel. **Ecossistêmica**: uma abordagem integrada dos problemas do meio ambiente. São Paulo: Edgard Blucher LTDA, 1999.

CALDART, Roseli. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

_____. **Pedagogia do Movimento Sem terra:** escola é mais do que escola. Petrópolis, Rio de Janeiro, 2000.

CAMARGO, Ana Luiza de Brasil. **Desenvolvimento sustentável:** dimensões e desafios. Campinas, São Paulo: Papirus, 2003.

CAMARGO, Luís Henrique Ramos de. **A ruptura do meio ambiente:** conhecendo as mudanças ambientais do planeta através de uma nova percepção da ciência: a geografia da complexidade. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

CAPRA, Fritjof. **O ponto de mutação:** a ciência, a sociedade e a cultura emergente. São Paulo: Cultrix, 1988.

CARTER, Miguel (Org). **Combatendo a desigualdade social:** o MST e a reforma agrária no Brasil Tradução Cristina Yamagami. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

CARVALHO, Andrea Feire de. Interpretações socioambientais da mística no movimento dos trabalhadores rurais sem terra. (2013) Dissertação de Mestrado. 139 fls. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, da Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **A invenção ecológica:** narrativas e trajetórias da educação ambiental no Brasil. 3. ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2008.

_____. **Educação Ambiental:** a formação de sujeito ecológico. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

CHISHOLM, Anne. **Ecologia:** uma estratégia para a sobrevivência. Tradução Luiz Corção. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.

CIANDRINI, Fernanda. A natureza do/no MST. 85 fls. Dissertação. Programa de PósGraduação em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande, 2010.

COSTA JR, Josias da. O espírito criador a ecologia na teologia trinitária de Hürgen Moltmann, Tese de Doutorado em Teologia. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2008. 242 fls.

COSTA, Edílson da. A impossibilidade de uma ética ambiental: o Antropocentrismo moral como obstáculo ao desenvolvimento de um vínculo ético entre ser humano e natureza. Tese de Doutorado pela UFPR. Curitiba, 2007

COSTA, Sandro Luiz da. Áreas protegidas e assentamentos rurais em Sergipe: sob o enfoque do princípio constitucional do desenvolvimento sustentável. Tese. Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão/SE, 2016. 281 fls.

COSTA, Sidiney Alves. Os sem-terra e a educação: um estudo da tentativa de implantação da proposta pedagógica do MST em escolas de assentamentos no Estado de São Paulo. 222fls. Dissertação, Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, 2002.

DAHL, Arthur Lyon. **O princípio ecológico**. Ecologia e economia em simbiose. Lisboa: Perspectiva Ecológicas, 1996.

DEMO, Pedro. **Éticas multiculturais**: sobre a convivência humana possível. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

_____. **Política social, educação e cidadania**. Campinas, São Paulo: Papirus, 1994

DESCARTES, René. **Discurso sobre o método**. Para bem dirigir a própria razão e procurar a verdade nas ciências. Curitiba: Hemuns, 2000.

DI PIERRO, Maria Clara. **As políticas públicas de educação básica de jovens e adultos no Brasil no período de 1985/1999**. 2000. 321f. Tese (Doutorado em História e Filosofia da Educação) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000.

DOWBOR, Ladislau. **Notas sobre governabilidade**. São Paulo, 1993, mimeo.

DUPAS, Gilberto. **O Mito do Progresso**: ou progresso como ideologia. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

DUSEK, V. **Filosofia da tecnologia**. São Paulo: Loyola, 2009.

ESQUIROL, Josep M. **O respeito ou o olhar atento**: uma ética para a era da ciência e da tecnologia. Tradução Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST**: formação e territorialização. São Paulo: Hucitec, 1996.

FERREIRA, Helene Sivini. **Precaução e prevenção na sociedade de risco**: princípios jurídicos em busca da sustentabilidade ambiental. In: LIRA, Waliska Silveira et al (Orgs). **Sustentabilidade em enfoque sistêmico**. Campina Grande: EDUEP, 2007.

FERREIRA, Lúcia da Costa. Conflitos sociais contemporâneos: considerações sobre o Ambientalismo brasileiro. **AMBIENTE & SOCIEDADE** - Ano II – nº 5 – 2º Semestre de 1999.

FERREIRA, Wagner Costa. Teorias socioambientais: em busca de uma nova sociedade. **ESTUDOS AVANÇADOS** 24, (68), 2010.

FERRER, José; ÁLVAREZ, Juan Carlos. **Para fundamentar a bioética**: teorias e paradigmas teóricos na bioética contemporânea. Tradução Orlando Soares Moreira, São Paulo: Loyola, 2005.

FERRY, Luc. **The new ecological order**. Chicago: The University of Chicago Press, 1995.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para liberdade**. 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 23 reimp. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

_____. **Educação e mudança.** Tradução Moacir Gadotti e Lilian Lopes Martin. 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

_____. **Extensão ou comunicação?** Tradução Rosisca Darcy de Oliveira. 8 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

_____. **Extensão ou comunicação?** Tradução Rosisca Darcy de Oliveira. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____. **Conscientização:** teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. Tradução Kátia de Mello e Silva; revisão técnica Benedito Eliseu Leite Cintra. 3 ed. São Paulo: Moraes, 1980.

_____. **Conscientização:** teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. Tradução Kátia de Mello e Silva; revisão técnica Benedito Eliseu Leite Cintra. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979

_____. **Ação cultural para a liberdade.** 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1978.

_____. **Pedagogia do oprimido.** 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

FURROW, Dwight. **Ética:** conceitos-chave em filosofia. Tradução Fernando José R. da Rocha. Porto Alegre: Artmed, 2007.

GALEFFI, Dante Augusto. **O ser-sendo da filosofia:** uma compreensão poemático pedagógica para o fazer-aprender Filosofia. Salvador: UFUFBRA, 2001.

GALVÃO, Maria Neuma Clemente. Educação ambiental nos assentamentos rurais do MST. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2006.

GOHN, Maria da Glória. **Mídia terceiro setor e MST:** impactos sobre o futuro das cidades e do campo. Petrópolis: Vozes, 2000.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Os (des)caminhos do meio ambiente.** 14 ed. São Paulo: Contexto, 2008.

GUATARI, Félix. **As três ecologias.** Tradução Maria Cristina S. Bittencourt. Campinas: Papirus, 1999.

GUIMARÃES, Roberto P. A ética da sustentabilidade e a formulação de políticas de desenvolvimento. In: VIANA, Gilney; SILVA, Marina; DENIZ, Nilo (Org). O desafio da sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil. São Paulo: Perseu Abramo, 2001.

GUSDORF, G, Present, passé avenir de la recherche interdisciplinaire. Ver. Int. de Sciences Sicuales. 29: 627-48, 1977.

HAGEDORN, Hermann. **O profeta das selvas.** Tradução de Ilydio Burgos Lopes. São Paulo: União Cultural, 1955.

_____. **O Profeta das Selvas.** Vida e obra de Albert Schweitzer. Tradução Ilydio Burgos Lopes, 2 ed. São Paulo: Fundação Alvorada, 1975.

HEDEGGER, Martin. **A questão da Técnica.** Cadernos de Tradução, n 2, São Paulo: USP, 1997.

_____. **Carta sobre o Humanismo.** Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Moraes, 1991.

HERCULANO, Selene. **Conflitos e Natureza.** In: SILVA, Tarcísio Augusto Alves da; GEHLEN, Vitória Régia Fernandes. Conflitos socioambientais em Pernambuco, Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangama, 2013.

HUSSERL, Edmund. **Crise da Humanidade e a Filosofia.** Rio Grande do Sul: EDIPURS, 2002.

_____. **Ideia de Fenomenologia.** Lisboa: Edições 70, 2001.

_____. **Meditações Cartesianas.** Introdução à fenomenologia. Tradução Frank de Oliveira. São Paulo: Madras, 2001.

JACOBI, Pedro. **Movimento ambientalista no Brasil.** Representação social e complexidade da articulação de práticas coletivas. In: Ribeiro, W. (org.) Publicado em Patrimônio Ambiental – EDUSP – 2003.

JAMIESON, Dale. **Ética e Meio Ambiente:** uma introdução. Tradução André Luiz de Alvarenga. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2010.

JONAS, Hans. **O Princípio Responsabilidade:** ensaio de uma ética para a civilização tecnológica. Tradução do original alemão, Marijane Lisboa e Luiz Barros Montez. Rio de Janeiro. Contraponto: Editora PUC-Rio, 2006.

_____. **O princípio vida.** Fundamentos para uma biologia filosófica. Tradução Carlos Almeida Pereira. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

_____. **Ética, medicina e técnica.** Lisboa: Veja, 1994.

JOSSO, Marie-Christine. **Experiências de vida e formação.** Tradução José Cláudio e Júlia Ferreira. São Paulo: Cortez, 2004.

KANT, Immanuel. **Fundamentação da metafísica dos costumes e outros escritos,** Lisboa: Edições 70, 1998.

_____. **Fundamentação da metafísica dos costumes.** In: Os Pensadores. 2 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

KARKOTLI, Gilson. **A responsabilidade social:** uma estratégia empreendedora para a pequena empresa. In: LIRA, Waliska Silveira et al (Orgs). Sustentabilidade em enfoque sistêmico. Campina Grande: EDUEP, 2007.

KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **A universidade do século XXI rumo ao desenvolvimento sustentável.** In: LIRA, Waliska Silveira et al (Orgs). *Sustentabilidade em enfoque sistêmico.* Campina Grande: EDUEP, 2007.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas.** Tradução Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. São Paulo: Perspectiva, 2009.

_____. **A função do dogma na investigação científica.** In: DEUS, J. D. *A crítica da ciência: sociologia e ideologia da ciência.* Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

KULESZA, Wojciech Andrzej. Reforma Agrária e educação ambiental. *REVISTA BRASILEIRA ESTUDOS PEDAGOGICOS.* Brasília, v. 89, n. 222, p. 295-311, maio/ago, 2008.

LACEY, Hugh. **Valores e atividades científica** 1. São Paulo: Editora 34, 2008.

LAKATOS Eva Maria; MARCONI, M. de A. **Metodologia Científica.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

LEFF, Enrique. **A epistemologia ambiental.** Tradução Sandra Valenzuela. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **Racionalidade Ambiental:** a reapropriação social da natureza. Tradução Luiz Carlos Cabral. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. **Saber ambiental:** sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Petrópolis: Vozes, 2001.

LIRA, Waleska Silveira et al. (Orgs). **Sustentabilidade:** um enfoque sistêmico. Campinas Grande: EDUEP, 2007.

MELO E SOUZA Rosemeri. **Redes de monitoramento socioambiental e tramas da sustentabilidade.** São Paulo: Annablume; Geoplan, 2007.

MENEGUIN, Fernando B. **Economia Verde:** a fixação de direitos de propriedade. In: OLIVEIRA, Carina Costa de; SAMPAIO, Rômulo Silveira da Rocha (Orgs.) *A Economia Verde no contexto do desenvolvimento sustentável: a governança dos atores públicos e privados.* Rio de Janeiro: FGV, Direito Rio, 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Interdisciplinaridade: funcionalidade ou utopia? *SAÚDE E SOCIEDADE* 3(2): 42-64. 1994,

MORAN, Emilio F. **Meio ambiente e ciências sociais:** interações homem-ambiente e sustentabilidade. Tradução Carlos Slak. São Paulo: Senac São Paulo, 2011.

MOREIRA, Marco Antônio. **Linguagem e Aprendizagem Significativa.** Conferência de encerramento do IV Encontro Internacional sobre Aprendizagem Significativa, Maragogi, AL, Brasil, 8 a 12 de setembro de 2003. Versão revisada e ampliada de participação em mesa redonda sobre Linguagem e Cognição na Sala de Aula de Ciências, realizada durante o II Encontro Internacional Linguagem, Cultura e Cognição, Belo Horizonte, MG, Brasil, 16 a 18 de julho de 2003. site.....

MORIN, Edgar. **O método 6: ética**. Tradução Juremir Machado da Silva. 3. ed. Porto Alegre: Sulina, 2007.

MORISSAWA, Mitsue. **A História da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Alfabetização de Jovens e Adultos. Caderno de Educação, Porto Alegre, n. 3. 1994.

NAESS, Arne. Ecology, community and lifestyle. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

NISBET, Robert. **History of idea of progress**. New York: Basic Books, 1980;

NOVAK, J.D. **Aprender, criar e utilizar o conhecimento**. Lisboa: Plátano Edições, 2002.

NOVAK, J.D., GOWIN, D. B . **Aprender a aprender**. Lisboa: Plátano Edições Técnicas. Tradução para o português do original Learning how to learn.1996.

_____. **Learning how to learn**. Cambridge: Cambridge University, 1984.

_____. **Aprendiendo a aprender**. Barcelona: Martínez Roca. Tradução para espanhol do original Learning how to learn, 1988.

ODUM, Eugene P; BARRET, Gary W. **Fundamentos de Ecologia**. Tradução Pagasus Sistemas e Soluções. São Paulo: Thompson Learning, 2007.

OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. **Desafios éticos da globalização**. São Paulo: Paulinas, 2001.

PELIZZOLI, Marcelo L. **Homo ecologicus: ética, educação ambiental e práticas vitais**. Caxias do Sul, RS: Educs, 2011.

RAMOS, Maria da Conceição Pereira. Economia solidária, inovação social, empreendedorismo e desenvolvimento local. In: ALCOFORADO, Luís et al. **Educação e formação de adultos: políticas, práticas e investigação**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011.

RAMOS, Maria da Conceição Pereira. Economia verde, impactos ambientais e responsabilidade social – desafios para a formação e consciência ambiental e a sustentabilidade. In: ARAÚJO, Maria Inês Oliveira (Org). **Conceitos e percursos da educação sob diferentes olhares**. Maceió: EDUFAL, 2015.

RAYNAUT, Claude. **Interdisciplinaridade: mundo contemporâneo, complexidade e desafios à produção e à aplicação de conhecimentos**. In: PHILIPPI Jr, Arlindo; SILVA NETO, Antônio J. (editores). Interdisciplinaridade em Ciência, Tecnologia & Inovação. Barueri, São Paulo: Manole, 2011.

RODRIGUEZ, José Manuel Mateo; SILVA, Edson Vicente da. **Educação Ambiental e desenvolvimento sustentável**. Problemática, tendências e desafios. 2. ed. Fortaleza: Edições UFC, 2010.

ROLLA, Fagner Guilherme. **Ética Ambiental**: principais perspectivas teóricas e a relação homem-natureza. Disponível em site. Acesso em: 27 de setembro de 2015.

ROWE, Stan J. Ecocentrism: the Chord that Harmonizes Humans and Earth. *Ecospherics*. 1994. Disponível em: <http://www.ecospherics.net/pages/RoweEcocentrism.html>> acesso em 27 de setembro de 2015.

SACHS, Inacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Grammond, 2002.

SANTOS, Boaventura de Souza (Org). **Semear outras soluções**: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais. Porto: Afrontamento, 2004.

SANTOS, Milton. **O País distorcido**: o Brasil, a globalização e a cidadania. São Paulo: Publifolha, 2002.

SCHWEITZER, Albert. **Filosofia da civilização**: queda e reconstrução da civilização: civilização e ética. Tradução Petê Rissatti. São Paulo: UNESP, 2013.

_____. **Entre a água e a selva**: narrativas e reflexões de um médico nas selvas da África equatorial. Tradução José Geraldo Vieira. São Paulo: UNESP, 2010.

_____. **Decadência e regeneração da cultura**. Tradução Pedro de Almeida Moura. 3ª ed. São Paulo: Melhoramentos, 1964.

_____. **Minha infância e mocidade**: histórias africanas. Tradução Otto Schneider. São Paulo: Melhoramentos, 1964.

_____. **Cultura e Ética**. Tradução Herbert Caro. 9 ed. São Paulo: Melhoramentos, 1953.

SERRES, Michel. **O contrato natural**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

SILVA, Solange Teles da. **Código Florestal e a Lógica do desenvolvimento sustentável**. In: FIGUEIREDO, Purvin de et al (Org). **Código Florestal 45 anos: estudos e reflexões**. Curitiba: IBAP, 2010.

SINGER, Peter. **Ética prática**. Tradução Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

_____. **Vida ética**. Os melhores ensaios dos mais polêmicos filósofos da atualidade. Tradução Alice Xavier. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.

SOARES, Maria José Nascimento. **Processo formativo-educativo e a prática pedagógica no MST/SE**. São Cristóvão: Editora UFS, Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2010.

_____. O processo formativo-educativo dos trabalhadores rurais do MST/SE: a prática pedagógica dos monitores-professores. 2006. 228f. Tese (Doutorado em Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2006

SOUZA, Elizeu Clementino de Souza. O conhecimento de si: narrativas do itinerário escolar e formação de professores. 344f. Tese (Doutorado em Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2004.

STÉDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava gente**: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. 1 reimp. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

TAYLOR, W. Paul. Respect for Natureze: a theory of environmental ethics. Princeton: Princeton University Press, 1986.

_____. In defense of biocentrism. Environmental Ethies. nº 4, 1983, vol. 5.

TOLDO, M. **Responsabilidade social empresarial**. Prêmio Ethos Valor. Responsabilidade social das empresas: a contribuição das universidades. São Paulo: Peirópolis, 2002.

TRIVIÑOS, A.N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais** – A pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2010.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Ética**. Tradução João Dell’Anna. 29 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

XAVIER, Luiz Felipe. A Primeira fase da investigação crítica sobre a vida de Jesus uma compreensão da análise de Albert Schweitzer da primeira busca do Jesus histórico. Dissertação de Mestrado, Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia Departamento De Teologia. Belo Horizonte, 2007.

ANEXOS

ANEXOS 1

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE
CURSO DE DOUTORADO EM ASSOCIAÇÃO PLENA



ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Este roteiro objetiva direcionar o pesquisador a extrair informações dos assentados no que se refere a questões da ética do respeito em espaços de assentamentos de reforma agrária no Estado de Sergipe com o objetivo de concluir estudos doutorais. Desde já, sou imensamente grato.

Edivânio Santos Andrade
Orientadora: Professora Dra. Maria José Nascimento Soares

PERFIL

Sexo: () M () F

Idade _____

Assentamento _____

Apelido: _____

Atuação no assentamento: _____

1. O que significa para você a natureza no contexto do assentamento de reforma agrária?

2. O espaço escolar e seus respectivos professores designa algum tipo de atividade para as crianças de modo que se respeite o ambiente no seu assentamento? Quais?

3. Há espaços para a preservação da natureza, na reserva legal no seu assentamento? Se existe como se estabelece a relação com o referido ambiente?

4. Como vocês veem os espaços destinados para a conservação da natureza?

5. Você entende o que é uma atitude ética para com o próximo?

6. Você acredita que pode haver uma atitude ética para com o meio ambiente também?

7 – Exemplifique formas e ou atitudes dos assentados que você considera uma característica própria de respeito a natureza.

ANEXOS 2



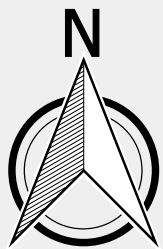
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE
CURSO DE DOUTORADO EM ASSOCIAÇÃO PLENA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Eu, _____, RG _____, abaixo assinado, declaro ter conhecimento dos objetivos da pesquisa de Tese Doutoral intitulada “A ÉTICA DO RESPEITO COMO ALTERNATIVA VIÁVEL NA PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL”, desenvolvida por Edivânio Santos Andrade, RG 1.031.338 SSP/SE, doutorando em Desenvolvimento e Meio Ambiente pelo PRODEMA/UFS e sob a orientação da Professora Dra. Maria José Nascimento Soares, pois concordo em participar de sua coleta de dados, bem como da divulgação dos resultados dessa pesquisa em reuniões científicas, sendo garantido o sigilo quanto à minha participação e/ou identificação de minhas respostas. Estou também ciente de que posso abandonar minha participação na coleta de dados da referida pesquisa no momento que assim desejar.

_____, _____ de _____ de _____

Assinatura



SERGIPE

ASSENTAMENTOS RURAIS

2016

PROJETO DE ASSENTAMENTOS PESQUISADOS - INFORMAÇÕES GERAIS

Código	Projeto de Assentamento	Município	Ano de criação	Nº de Famílias
29	22 de novembro	Lagarto	1996	50 famílias
51	Tapera		1996	79 famílias
54	Antônio Conselheiro		1999	44 famílias
64	Camilo Torres		1999	30 famílias
164	Roseli Nunes I		2010	61 famílias
97	Mártires de Eldorado		2004	59 famílias
119	Karl Marx		2004	40 famílias
62	Zumbi dos Palmares	Macambira	1999	80 famílias
25	Vaza Barris	Pinhão	1996	49 famílias
35	Santa Maria da Laje	Poço Verde	1998	26 famílias
49	08 de outubro	Simão Dias	1998	81 famílias
53	Carlos Lacerda		1999	31 famílias
81	Maria Bonita		2000	34 famílias
67	27 de outubro	Tobias Barreto	1999	36 famílias
135	Novo Marimbondo		2005	76 famílias

Desenvolvido com QGIS, versão 2.8.2 (Wien)



7 0 7 14 21 28 km
Escala Numérica: 1:700.000
Sistema de Referência
Sistema de Coordenadas Planas: UTM
DATUM: SIRGAS 2000

Fonte:
IBGE. Base Cartográfica Contínua do Brasil, na escala de 1:250.000, 2015.
INCRA-SE. Serviço de Cartografia. Base de Dados Fundiários, 2015.

CONVENÇÕES CARTOGRÁFICAS

- ASSENTAMENTOS RURAIS
- ASSENTAMENTOS RURAIS PESQUISADOS
- LIMITE ESTADUAL
- LIMITE MUNICIPAL
- MUNICÍPIO BAIANO SOB A INFLUÊNCIA DE SERGIPE
- MUNICÍPIO SERGIPANO
- CORPO D'ÁGUA